

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

MARIA CLARA PEREIRA DOS SANTOS

**O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS DE UM COLÉGIO DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MAIO 2022**

MARIA CLARA PEREIRA DOS SANTOS

**O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS DE UM COLÉGIO DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MAIO 2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S237

Santos, Maria Clara Pereira dos.

O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO : ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS DE UM COLÉGIO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ / Maria Clara Pereira dos Santos. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

113 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Ricardo André Avelar da Nóbrega.

1. Neoliberalismo. 2. Ensino Médio. 3. Egressos. 4. Juventude. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

**O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
ESTUDO DE CASO DE EGRESSOS DE UM COLÉGIO DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

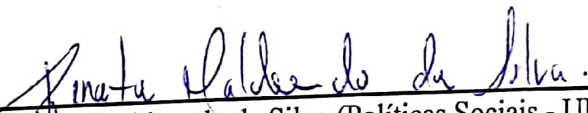
MARIA CLARA PEREIRA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.


Aprovada: 13/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel (Sociologia Política - UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF


Prof.ª. Drª Renata Maldonado da Silva (Políticas Sociais - UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF


Prof. Dr. George Gomes Coutinho (Ciências Sociais - UFF) Universidade Federal Fluminense - UFF


Prof. Dr. Ricardo André Avelaf da Nóbrega (Sociologia Política - UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Orientador)

DEDICATÓRIA

À Deus, Oxalá e Exu, por todas as bênçãos concedidas.
A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa.
A todos os estudantes, pela garra de não desistir.
A todos os educadores que acreditam em uma educação menos desigual.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Exu, pois sem ele não há caminhos! Agradeço por todos os caminhos abertos e minha chegada até aqui! Laroyê!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega, pela parceria durante o processo de construção e elaboração do presente trabalho. Que mesmo diante de um contexto desafiador durante a pandemia me deu forças e colaborou para que o trabalho prosseguisse e chegasse à sua versão final. Agradeço os apontamentos e as reuniões virtuais, espero que nossas trocas não se encerrem por aqui.

À Profa. Dra. Renata Maldonado da Silva, ao Prof. Dr. George Coutinho e ao Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel, por aceitarem a fazer parte da banca examinadora e por contribuírem para esta pesquisa. Acredito no potencial de cada um para o enriquecimento do presente trabalho.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, pela bolsa de estudos concedida, que foi, sem dúvidas, o grande facilitador para a elaboração do presente trabalho. Agradeço pela oportunidade e pela possibilidade de contribuir para a ciência em momento tão difícil da atual conjuntura do país.

Aos interlocutores desta pesquisa, alunos do Colégio Estadual José do Patrocínio, que aceitaram em participar da pesquisa de maneira tão solícita. Tenho por vocês um carinho enorme e quero vibrar por cada vitória. Sem vocês esta pesquisa não teria sido concretizada. Muito Obrigada!

Aos meus pais Silvana e Adilson, minhas principais referências de vida e acadêmica. Agradeço por toda a ajuda e por acreditarem na minha capacidade de seguir os mesmos passos que vocês.

Aos meus irmãos Ana Luiza, Pedro, João Vitor e Vinícius, por todo o apoio e incentivo ao longo desta caminhada.

Aos amigos e parceiros que encontrei ao longo dessa trajetória e aos que já me acompanhavam. Vocês venceram mais esta batalha comigo. Em especial à Vitória e Willians, que dividiram de perto esta experiência. Ao Lucas, Mariana e Fabriele, pelo apoio e parceria durante todo o processo.

Por fim, agradeço a Iemanjá por ter me mantido equilibrada neste percurso e a Ogum por mais uma batalha vencida! Odoyá! Ogunhê!

Seguiremos!

RESUMO

SANTOS, Maria Clara Pereira dos. O Neoliberalismo e a política educacional do ensino médio: estudo de caso de egressos de um Colégio do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

A pesquisa examina as influências do neoliberalismo na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio de um colégio estadual na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, buscando identificar quais os caminhos percorridos pelos egressos após um ano de formação. Esta pesquisa se caracteriza por um estudo de caso, de caráter qualitativo, que utilizou como metodologia de coleta de dados a revisão na literatura e a entrevista semiestruturada, afim de chegar aos resultados obtidos. O referencial teórico utilizado tratou do neoliberalismo, da educação, do trabalho, do ensino médio e da juventude. Levando em consideração a diversidade de juventudes existentes, conforme Abramovay e Castro (2015), o perfil dos egressos entrevistados são jovens com idade média de 19 anos, de classes baixas e, em sua maioria, autodeclarados negros. Residem próximo ao Colégio que se formaram e são de conformações familiares distintas. A influência do neoliberalismo perpassa a subjetividade dos egressos, uma vez que se responsabilizam pela formação recebida, atribuindo o sucesso ou o fracasso a si próprios, seguindo a lógica das teorias apresentadas por Harvey (2008), diante da dignidade humana em busca de bem-estar e a lógica do “Homo economicus” desenvolvida por Foucault (2008). Desse modo, a noção acerca dos direitos que devem ser garantidos pelo Estado são dificultados, como apresenta Brown (2019), o que aumenta a subjetividade neoliberal proposta por Dardot e Laval (2016). No que se refere às trajetórias após a formação, os jovens egressos, em sua maioria, se encontram no mercado de trabalho sob condições precárias e flexibilizadas, como sugere Antunes (2020a). Além disso, poucos acessaram ou desejam acessar o ensino superior, estes estão direcionados às instituições superiores privadas. O que sugere um maior fortalecimento das políticas de acesso às instituições de ensino superior públicas. Portanto, a pesquisa visa contribuir para pensar acerca do perfil socioeconômico dos jovens frente à inserção da vida social na contemporaneidade capitalista. Traz, também, alguns afetamentos na vida dos jovens acerca do contexto político, social e pandêmico que o Brasil vivencia. Sendo assim, a pesquisa contribui para a defesa de um ensino de qualidade, para além do capital, e em defesa das classes trabalhadoras.

Palavras Chave: Neoliberalismo. Ensino Médio. Egressos. Juventude.

ABSTRACT

SANTOS, Maria Clara Pereira dos. Neoliberalism and high school educational policy: a case study of graduates from a College in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

The research examines the influences of neoliberalism on the trajectory of young high school graduates from a state college in the city of Campos dos Goytacazes, in the State of Rio de Janeiro, seeking to identify which paths taken by the graduates after a year of training. This research is characterized by a case study, of a qualitative nature, which used as a data collection tool the literature review and the semi-structured interview, in order to arrive at the results obtained. The theoretical framework used dealt with neoliberalism, education, work, high school and youth. Taking into account the diversity of existing youth, according to Abramovay and Castro (2015), the profile of the interviewed graduates are young people with an average age of 19 years, from lower classes and, for the most part, self-declared black. They live close to the College they graduated from and come from different family backgrounds. The influence of neoliberalism permeates the subjectivity of graduates, since they are responsible for the training received, attributing success or failure to themselves, following the logic of the theories presented by Harvey (2008), in the face of human dignity in search of well-being. being and the logic of the “Homo economicus” developed by Foucault (2008). In this way, the notion about the rights that must be guaranteed by the State are hampered, as presented by Brown (2019), which increases the neoliberal subjectivity proposed by Dardot and Laval (2016). With regard to trajectories after graduation, most of the young graduates are in the labor market under precarious and flexible conditions, as suggested by Antunes (2020a). In addition, few have accessed or wish to access higher education, these are directed to private higher institutions. This suggests a greater strengthening of access policies to public higher education institutions. Therefore, the research aims to contribute to thinking about the socioeconomic profile of young people facing the insertion of social life in contemporary capitalist. It also brings some affects in the lives of young people about the political, social and pandemic context that Brazil experiences. Therefore, the research contributes to the defense of quality education, beyond capital, and in defense of the working classes.

Keywords: Neoliberalism. High school. graduates Youth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem frontal da escola. 60

Figura 2 - Indicador de economia - Domicílios com até 2 SM no ano de 2010, em Campos dos Goytacazes. 70

Figura 3 - Comparação dos níveis de escolarização dos responsáveis dos entrevistados com os dados da PNAD 2019. 72

Quadro 1 - Classificação das escolas de Campos dos Goytacazes, conforme as notas obtidas no ENEM 2019. 63.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação das ocupações dos responsáveis pelos egressos conforme o CNAE. 73

Tabela 2 - Distribuição dos responsáveis dos egressos na formalidade e informalidade. 74

Tabela 3 - Planejamentos dos egressos do Ensino Médio.100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Escolha do tema da pesquisa	11
Justificativa e relevância do estudo	12
Problema de pesquisa e hipóteses.....	13
Objetivos.....	13
Organização da pesquisa	14
CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO, A EDUCAÇÃO E O ENSINO MÉDIO	18
1.1 O Neoliberalismo no mundo: alguns pensadores clássicos e contemporâneos	18
1.2 Neoliberalismo na América Latina e Brasil	24
1.3 Neoliberalismo e Educação no Brasil.....	27
1.4 Educação e Trabalho	30
1.5 O Ensino Médio no Brasil	36
1.6 Conjuntura educacional, política e pandêmica	39
1.7 Juventude e seu perfil	44
CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO	54
2.1 Natureza, classificação, instrumentos e procedimentos metodológicos da pesquisa	54
2.2 Caracterização do Colégio objeto da proposta de estudo e sua conformação no projeto neoliberal	59
2.3 Caracterização geral do perfil dos discentes do Colégio em análise.....	64
2.4 Contexto no qual a pesquisa foi realizada	65
CAPÍTULO 3 – OS SUJEITOS DA PESQUISA E A SUA PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E AS SUAS TRAJETÓRIAS	66
3.1 O Perfil Socioeconômico dos Entrevistados	66
3.2 Ensino Médio: Percepção dos entrevistados sobre a formação e as influências em sua vida	75
3.3 Vida profissional dos egressos após um ano de formação	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Escolha do tema da pesquisa

O presente trabalho examina a influência do neoliberalismo na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio de um Colégio Estadual da cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, buscando identificar qual a inserção social dos mesmos após um ano de formação.

As experiências advindas do meu processo formativo contribuíram para a formulação de questões que deram origem a esta investigação, mais do que isso, despertou-me para o interesse de estudar a escola, como um ambiente rico de trocas de experiências e saberes e, acima de tudo, por querer compreender as influências de determinada política educacional para os jovens. Realidade esta que, ainda, está muito próxima do meu processo formativo na Educação Básica.

Alguns fatores foram fundamentais para que eu pudesse despertar para essas questões, um deles se deu a partir da minha participação como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), onde pude ter o primeiro contato e desenvolver pesquisas junto aos discentes de três escolas públicas, e como bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PIRP), uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, que é um projeto de extensão com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Este programa remunerado, visa contribuir para a formação de futuros docentes, com o intuito de aproximar a formação acadêmica com a realidade da educação básica, em especial com a escola pública. O programa tem como objetivo aperfeiçoar a formação prática nos cursos de licenciatura, dessa maneira é realizada uma série de atividades como regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da Educação Básica e orientado por um docente da Instituição formadora do Ensino Superior.

A vinculação ao Programa de Residência Pedagógica se deu no mês de agosto do ano de 2018, mesmo período em que comecei a realizar uma pesquisa que terminou no ano de 2019, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal Fluminense/RJ. Essa pesquisa analisou a implementação do novo Ensino Médio Integral, na perspectiva dos discentes, a partir do Ensino Técnico em Administração com

ênfase em Empreendedorismo, ofertado em um Colégio Estadual localizado no Parque Leopoldina, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa concluiu que a reforma educacional para o ensino médio, proposta pelo governo, não levou em consideração o contexto e a realidade da escola e dos discentes no ensino médio integral. Foi possível perceber, ainda, como o neoliberalismo está sendo internalizado no campo educacional a partir do caso específico analisado, permitindo uma reflexão sobre até que ponto esta internalização da formação para o empreendedorismo, a partir do novo capitalismo, tem estado presente na vida dos discentes da escola.

Sem dúvida, as experiências no PIBID e no PIRP, possibilitadas pelo processo formativo na graduação, e o fato de ter realizado uma pesquisa sobre uma política educacional implementada na Educação Básica Pública, especificamente no Ensino Médio, foram os fatores motivadores para a abordagem do tema ora investigado.

Justificativa e relevância do estudo

Encontra-se consolidado na literatura especializada a influência exercida pelas distintas concepções e correntes políticas nos sistemas educacionais. Nesse particular, estudos recentes, alguns dos quais serão mencionados no referencial teórico, dão conta de que o neoliberalismo vem implantando de maneira decisiva as políticas sociais e, em particular, as políticas educacionais.

A posição do ensino médio no sistema educacional brasileiro, como etapa de transição da educação básica para a superior, sempre colocou esse nível de ensino diante de disputas ideológicas em termos da sua finalidade e propósitos. A dualidade entre a garantia de formação propedêutica e profissional é marca própria do ensino médio. É, pois, este o viés e recorte desta pesquisa. Tendo como referência a política educacional do Ensino Médio, que como em todo o Brasil, também é oferecida para a juventude do Estado do Rio de Janeiro. Apreende-se dessa política intencionalidades totalmente conectadas com o projeto neoliberal global.

Ante ao exposto, a pesquisa será realizada em um Colégio Estadual de Campos dos Goytacazes, que é a segunda maior cidade do Estado. Focalizará estudantes egressos do ensino médio dos turnos matutino (manhã) e vespertino (tarde), que concluíram o curso no ano de 2019. A relevância da investigação proposta reside no fato de que poderá contribuir para a compreensão dos impactos do projeto neoliberal na formação oferecida a tais jovens.

Além disso, estudos dessa natureza podem ajudar, ainda, para o explicitação de como os jovens da Educação Básica estão sendo formados no Ensino Médio e, ainda, se conseguem

dar continuidade aos estudos, se inseriram no mercado de trabalho ou, simplesmente, não trilharam nenhum desses caminhos na perspectiva da inserção social. Dessa maneira, almeja-se que este estudo ajude a identificar os efeitos da política/ideologia neoliberal, subjacente à formação no Ensino, e como exerce influência na trajetória dos seus egressos, tendo em vista o estudo de caso apresentado.

Problema de pesquisa e hipóteses

A investigação proposta busca responder ao seguinte problema: Como o neoliberalismo influencia na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio, de um Colégio Estadual de Campos dos Goytacazes/RJ, após um ano de formação?

Uma hipótese seria a de que, considerando as expectativas de futuro dos jovens egressos do Ensino Médio, ocorra a internalização de lugares e papéis sociais reservados a eles, quais sejam, nas ocupações periféricas no contexto do capitalismo. Outra hipótese seria a de que o neoliberalismo se manifeste nos jovens, mesmo que de maneira inconsciente, a partir de uma formação geral, fazendo-os buscar alternativas que sejam mais viáveis no contexto do capitalismo ou que melhor se adapte ao seu cotidiano.

Objetivos

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é examinar as influências do neoliberalismo na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio de um colégio estadual na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, buscando identificar o que estão fazendo após um ano de formação.

Para ajudar a responder ao problema desta pesquisa, destaca-se os seguintes objetivos específicos:

1. Traçar o perfil socioeconômico e cultural dos egressos do Ensino Médio;
2. Apreender a percepção dos egressos em relação à formação recebida;
3. Analisar a inserção educacional e no mercado de trabalho dos egressos do Ensino Médio;
4. Analisar como a formação recebida interferiu nas “escolhas” dos alunos após a conclusão do Ensino Médio;

5. Refletir as influências do neoliberalismo no Ensino Médio a partir do Colégio escolhido, bem como as subjetividade dos discentes.

Organização da pesquisa

A pesquisa se insere na temática da Linha de Pesquisa 1, do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política - Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade e, para responder à questão problema deste trabalho, bem como atender aos objetivos e confirmar ou não as hipóteses, a pesquisa está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro visa apresentar um arcabouço teórico, que seria uma revisão da literatura sobre a temática em estudo, esta base de dados serviu para fundamentar e respaldar a análise realizada sobre os dados coletados junto aos entrevistados.

Esse primeiro capítulo está dividido em sete tópicos, sendo que o primeiro aborda o neoliberalismo a partir de um panorama geral, que parte de dois pensadores que contribuíram com teorias importantes acerca do neoliberalismo, bem como seu surgimento e disseminação pelo globo. David Harvey faz uma análise do neoliberalismo com influências neomarxismo e Michel Foucault aponta o método genealógico. Harvey (2008) se preocupa com as consequências da política neoliberal como garantidora do bem estar social na vida da classe trabalhadora, enquanto Foucault (2008) aborda como a lógica neoliberal afeta a conduta das pessoas que se transformam em capitais humanos.

É apresentado no primeiro tópico o quanto as duas abordagens contribuem para as análises do neoliberalismo para a contemporaneidade. Assim, também, é visto como o neoliberalismo se integra nas demandas do novo capitalismo à partir das ideias de Boltanski e Chiapello (2009). Por fim, serão apresentados alguns pensadores da contemporaneidade acerca do tema como Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2018).

Entendendo que o neoliberalismo afeta os países de diferentes formas, o segundo tópico do capítulo 1 aborda, especificamente, a América Latina, tendo em vista sua posição de dependência no globo, conforme discute Marini (2017). Com isso, são apresentadas ideias de como o neoliberalismo foi implementado nesses países como, também, são as formas de resistência dos indivíduos perante a lógica neoliberal a partir das ideias de Gago (2018). Após esta exposição, é mostrado o surgimento do neoliberalismo no Brasil e como se legitimou a partir da proposta da “nova ordem”, demonstradas por Martins e Neves (2015).

A terceira parte do capítulo 1 traz a discussão sobre o neoliberalismo e a educação e o advento de programas como o “Educação para Todos”¹, em meados dos anos 2000. A partir disso, é destacada a ascensão do empreendedorismo diante desse contexto, a partir das ideias de Dias (2018), bem como o interesse das instituições privadas diante desse processo. Além disso, são apresentadas as transformações ocorridas em diferentes governos, como a passagem para o programa “Todos pela Educação” no projeto de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Na quarta parte, estão as contribuições acerca da sociologia da educação, bem como da sociologia do trabalho, questões fundamentais para as análises do objeto desta pesquisa. Acerca do mundo do trabalho, a discussão conta com as contribuições de Marx (2011), em especial a sua obra “O Capital”, que até hoje servem de base para a compreensão do mundo contemporâneo. Autores mais atuais, que possuem influências dos pensadores clássicos, também foram utilizados para discutir o tema desta parte, como Antunes (2020a), que pontua sobre as novas demandas do mundo do trabalho. Considerado, também, um clássico da questão salarial, tem-se Castel (1998), que auxiliará nessa discussão.

Ainda na quarta parte, para tratar da educação são utilizados autores que, também, foram influenciados por Marx, como Bourdieu e Passeron (1975), com a clássica teoria da reprodução, Althusser (1980), que classifica a escola como um aparelho ideológico do Estado e, ainda, Gramsci (2004), que aborda os aparelhos hegemônicos do estado e a necessidade de contra-ideologias hegemônicas, tendo em vista que a instituição escolar deve ser um local de disputa de ideologias.

A quinta parte do capítulo refere-se ao histórico do Ensino Médio no Brasil e as disputas existentes acerca dessa etapa de ensino, que tem um histórico disputado e controverso. Assim, perpassa desde as reformas dos anos de 1930, caminhando pelas aprovações de leis nos anos de 1970 e 1980, bem como o caráter propedêutico e profissional que o ensino médio deveria conciliar, segundo autores que discutem a educação, como Demerval Saviani.

A sexta parte do capítulo 1 aborda a conjuntura educacional, política e pandêmica que o Brasil vivência, contexto no qual esta pesquisa foi realizada. Destaca como o projeto neoliberal continua presente nos atuais governos e como tem se intensificado frente às reformas trabalhistas e do Ensino Médio aprovadas na contemporaneidade. Aliado a isso, é feita uma reflexão sobre o contexto da pandemia (crise sanitária) conjuntamente com outras crises, sendo

¹ O Brasil se integrou ao “Educação para todos”, um programa da UNESCO que tinha interesse em privilegiar o acesso e a permanência de maiores contingentes das classes trabalhadoras na escola, sob parâmetros neoliberais.

este período denominado de capital pandêmico por Antunes (2020b), e como todo esse cenário de crises afeta as diferentes classes.

O último tópico do capítulo 1 destaca a temática da juventude e o seu perfil, levando em consideração que os jovens são os sujeitos desta pesquisa. São apontadas as especificidades das juventudes que, diante de sua condição de classe, gênero e raça, enfrentam diferentes situações e desafios nessa etapa da vida. Com isso, é levantado apontamentos socioeconômicos do contexto familiar, territorial, racial e de gênero. Por fim, são apresentados alguns caminhos possíveis de inserção social da juventude.

O segundo capítulo delinea o percurso metodológico da pesquisa e está dividido em quatro tópicos. No primeiro, é apontado a natureza da pesquisa, a classificação, a especificação dos instrumentos metodológicos e os procedimentos, com suas etapas, para a execução deste trabalho. Considerando que o trabalho trata-se de um estudo de caso, além de ter abordado a forma como ocorreu a seleção do referencial teórico, explicitou-se de forma detalhada a entrevista com os sujeitos deste estudo (egressos do Ensino Médio) e as limitações para a sua realização.

O segundo tópico do Capítulo 2 apresenta a caracterização do Colégio onde os egressos estudaram, e o motivo para a escolha deste campo de pesquisa. Conhecer a instituição formadora e o contexto em que os egressos compartilharam as suas experiências contribuiu sobremaneira para analisar as suas trajetórias. No terceiro tópico aponta-se o perfil dos discentes do Colégio, de forma geral e não especificamente dos participantes desta pesquisa, isso contribuiu para compreender o público que é atendido pelo Colégio e as interações estabelecidas. No último tópico desse Capítulo é apontado o contexto em que a pesquisa foi realizada, destacando o cenário pandêmico e de crises, criando dificuldades e desafios para os jovens, sujeitos desta pesquisa, bem como para a pesquisadora.

No terceiro capítulo são apresentados os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com os egressos do Ensino Médio. Está dividido em três tópicos: 1. Perfil socioeconômico, 2. Formação no ensino médio e 3. Vida profissional dos egressos. O primeiro tópico apresenta o perfil dos jovens de acordo com a idade, o local de moradia, a raça e a renda. Aliado a isso, são apresentados o contexto familiar dos jovens, bem como o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis legais e profissão.

Na segunda parte são apresentadas as opiniões dos egressos acerca do Ensino Médio, que são analisadas considerando as influências do neoliberalismo enquanto política e ideologia. Para complementar esta parte, são apontadas as respostas dos egressos sobre: 1. o motivo de cursar o Ensino Médio, 2. como avaliam a experiência de ter cursado esta etapa de ensino no

Colégio, 3. as influências da última etapa do ensino básico na vida e 4. se consideram a experiência como sendo de sucesso ou insucesso.

A terceira e última parte do Capítulo 3 mostra a inserção social dos egressos após a conclusão do Ensino Médio, seja no mercado de trabalho, com base nas novas demandas do mundo do trabalho; na continuidade dos estudos, acessando o ensino superior ou pós-médio. Neste caso é apontado a flexibilidade dos jovens que estudam e trabalham; e os jovens que não estudam e não trabalham. Por fim, os planos e sonhos dessa juventude. Neste capítulo as respostas dos egressos foram analisadas com base na revisão da literatura sobre a temática. Após as análises serão apresentadas as considerações finais, com os destaques encontrados, tal como discussões futuras.

CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO, A EDUCAÇÃO E O ENSINO MÉDIO

Visando compreender a temática em estudo, neste primeiro capítulo serão destacados, a partir de aportes teóricos, alguns aspectos do neoliberalismo no mundo, bem como no Brasil e, ainda, a influência do neoliberalismo na educação. Além disso, serão apresentados estudos sobre a sociologia da educação e a sociologia do trabalho. Será apresentado, também, o contexto político, educacional e pandêmico em que esta pesquisa foi realizada. Por fim, destaca-se uma discussão acerca do Ensino Médio no Brasil, as juventudes e as suas especificidades, como: raça, gênero, classe, entre outros, que contribuirão para refletir e discutir sobre os caminhos percorridos pelos discentes egressos do Ensino Médio.

1.1 O Neoliberalismo no mundo: alguns pensadores clássicos e contemporâneos

Nesta pesquisa dois pensadores servirão como ponto de partida para o desenvolvimento das análises acerca do neoliberalismo, tendo em vista que ambos contribuem para pensar as transformações do mesmo no cenário mundial, são eles: David Harvey (2008) e Michel Foucault (2008). Outros autores como Laval (2020), Brown (2018, 2019), Boltanski e Chiapello (2009) e Dardot e Laval (2016) contribuirão, também, para a discussão.

Por um lado, tem-se David Harvey (2008), antropólogo e geógrafo que, influenciado pelas ideias marxistas em sua obra “Neoliberalismo: histórias e implicações”, traz um apanhado da geopolítica e da história do neoliberalismo e como ele se proliferou pelo globo. Segundo esse pensador, o neoliberalismo é uma teoria pautada em práticas político-econômicas, que foi difundido nas sociedades desde o século XX e ainda permanece no século XXI, que propõem o bem-estar social, mas na verdade apresenta uma série de contradições.

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo se consolidou à partir de ideias sedutoras, como a de liberdade individual e da dignidade humana, pois eram valores centrais de civilização. Nota-se que estas ideias foram difundidas por grupos financiados por poderosos líderes, formados por economistas influenciados por Hayek e Friedman, que defendiam o projeto neoliberal. Isso representa, segundo o autor, pensamentos de uma classe dominante que através de um aparato conceitual que mobiliza sensações no instinto, valores e desejos tem seus ideais difundidos. Vale destacar que estas ideias foram difundidas num contexto de pós-guerra, o que é uma ótima estratégia, tendo em vista que os indivíduos buscam liberdade e expressão diante de contextos de crises.

O pós-guerra deixou um sentimento de que o capitalismo e as outras ideologias existentes estariam falhando e o único caminho possível, segundo o autor, foi uma combinação do “estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão e a estabilidade” (HARVEY, 2008, p.20). Foi desta maneira que vários países do globo foram se aproximando das políticas liberais, onde o Estado caminhava lado a lado com o mercado para assim garantir o bem-estar dos cidadãos. Nota-se que isso não foi suficiente, pois ao final dos anos de 1960 o liberalismo ocasiona várias crises requerendo, assim, novas alternativas.

Diante de uma série de crises, o neoliberalismo se tornou vitorioso diante do contexto capitalista, tendo em vista que o mesmo estava com uma série de experimentos conturbados. Dessa forma, o mundo capitalista mergulhou na neoliberalização a partir da metade dos anos de 1970. Essas políticas foram adotadas, segundo Harvey (2008), por grandes potências durante os anos de 1970 e 1980, como na Inglaterra por Thatcher, que descartou as ideias keynesianistas e realizou uma nova reforma econômica.

Também foi implementado nos Estados Unidos por Reagan, que apoiou as desregulações do mercado e privatizações. Ambos os governos passaram a enfrentar, desta forma, a classe trabalhadora e, principalmente, as forças sindicais ocasionando, assim, mazelas a esta classe, como o desemprego. Essas forças imperiais foram fundamentais para a proliferação do neoliberalismo no mundo, desde então ocasionando o seu desenvolvimento para a China em 1978, na Índia em 1980, na Suécia em 1990, entre outros países.

A neoliberalização, segundo o geógrafo, redefine as classes até então no poder e passa a dar o lugar das elites militares e judiciárias para os empreendedores de grandes empresas e novos ricos. Assim, surgem novos mercados financeiros, o que contribuiu para o domínio das finanças sobre todas as áreas da economia, bem como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que são os órgãos responsáveis pela regulação das finanças e o comércio global. Aliado a isso, as propostas neoliberais também passam a ter influência nos campos da educação, da comunicação e da política.

Harvey (2008) aponta que o surgimento do neoliberalismo se trata de uma grande ofensiva para várias frentes ideológicas e políticas que, também, ascendiam na época como o socialismo e o comunismo. Diante disso, o neoliberalismo passa a ter uma hegemonia e afeta os modos de pensamento dos indivíduos como, também, passa a ser incorporado nas formas de viver e compreender o mundo. O autor especifica sua preocupação, principalmente, com a classe trabalhadora.

Em entrevista concedida para Jacobin em 2017², Harvey diz que o neoliberalismo é um projeto político realizado pela classe capitalista que se sentiu ameaçada no final dos anos de 1960 e durante os anos de 1970 e foi adotado como uma estratégia de reduzir a força da classe operária vigente, ou seja, diminuir a força da classe trabalhadora que estava em busca de melhorias.

Dessa maneira, a estratégia de liberdade econômica, segundo o pensador, apenas serve como estratégia de reduzir as tarifas e reforçar o capital financeiro. Diante das análises históricas do neoliberalismo e contribuições de Harvey, é perceptível suas preocupações com a classe operária. Nesse mesmo sentido, vale também destacar as ideias de outro autor que contribui para pensar o neoliberalismo, principalmente no que tange o seu caráter político.

Michel Foucault (2008), em umas de suas aulas proferidas em 1979, que está presente na obra “Nascimento da Biopolítica”, através da genealogia do poder que é a reconstrução estratégica da história por meio de arquivos, utiliza-se do neoliberalismo alemão e estadunidense para trazer suas ideias acerca da governamentalidade que, segundo ele, é uma “arte de governar” ou “racionalidade governamental” que conduz os indivíduos.

Segundo esse pensador, o neoliberalismo alemão é uma renovação do liberalismo, onde os indivíduos em sociedade se adaptam à realidade dada, o que o autor irá denominar de *política de moldura*, que tem por objetivo orientar as condutas dos indivíduos para que os mesmos passem a agir para o funcionamento do mercado. Neste caso, os indivíduos passam a levar estas questões para as suas escolhas, passando a agir como uma empresa. Já o neoliberalismo estadunidense, segundo Foucault (2008), tem como reivindicações as mudanças liberais, que fazem com que o Estado passe a se autolimitar pelo liberalismo e o mesmo passa a ser fundador do Estado. O pensador denomina este modelo como de *conduta do sujeito econômico*. Enquanto no modelo alemão os indivíduos se adaptam à realidade, neste caso o indivíduo tem, também, reação, o que faz refletir nas responsabilizações frente aos riscos da vida, o que torna o indivíduo uma empresa de si. Nota-se que, neste caso, existem técnicas comportamentais e, para que os sujeitos passem a se ver como empresas, acabam ultrapassando limites éticos frente a uma ordem neoliberal.

Segundo Laval (2020), Foucault se utiliza de duas vertentes do neoliberalismo para construir sua análise, tendo em vista que se complementam e são relevantes para pensar a

² Entrevista concedida a Jacobin e reproduzida por “Outras Palavras” em 30/05/17. tradução Inês Castilho. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey>>.

racionalidade política por detrás da governamentabilidade. Em sua obra, Laval garante aparatos teóricos para a compreensão do neoliberalismo para Foucault e alega que para o pensador o neoliberalismo é uma “racionalidade política” e não se trata de uma ideologia ou teoria econômica. Para ele se trata de um componente do governo que conduz os modos de vida das sociedades através do mercado que, segundo o autor nas palavras de Laval, “é um tribunal econômico permanente em face de governo” (LAVAL, 2020, p.75).

Dessa forma, os indivíduos passam a viver sob uma lógica concorrencial do mercado que sustenta a política neoliberal. Segundo Laval (2020), a partir das ideias de Foucault o mercado se torna um espaço normativo de racionalidade com uma face ideológica que naturaliza o estado e outra política, pois cria condições econômicas e jurídicas para que o mercado funcione plenamente. Esta lógica contribui para pensar o que Foucault (2008) desenvolve acerca de capital humano a partir das ideias iniciais de Gary Becker. O pensador acredita que a economia clássica deve avançar o pensamento acerca do trabalhador e entendê-lo enquanto um capital humano que não deve ser visto apenas como uma renda. Nesse sentido, o autor aborda que o trabalhador não vende apenas a sua força de trabalho, mas também é um investidor de si mesmo.

Nesse sentido, Foucault (2008) aponta que o trabalhador passa a ser um “Homo economicus” e diz que “acontece uma troca do *homo economicus* da troca por um *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele seu próprio capital, sendo pra si mesmo seu produtor, sendo pra si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008, p.311). Nota-se que o “Homo economicus” é redefinido pelo neoliberalismo e suas variáveis de mercado, juntamente com o governo que sustenta o mercado nesta lógica. Assim, ele é sobretudo adaptável, governável e passa a produzir uma subjetividade que, segundo Laval (2020), a partir de Foucault, acaba intervindo e produzindo a sociedade, assim o neoliberalismo contribui para “a produção de um sujeito capaz de buscar na economia, ou no cálculo econômico a matriz primeira de intenção de toda sua experiência vivida” (LAVAL, 2020, p.80).

A partir destas colocações, Foucault contribui para pensar o neoliberalismo com objetivo de falar do nascimento da biopolítica, ou seja, uma forma de governo das populações através dos mecanismos de regulação da conduta individual, constituindo em construir o meio social como um mercado.

As contribuições de Harvey e Foucault são importantes para compreender o neoliberalismo e suas implicações. Os dois pensadores partem de análises históricas para assim mobilizar os conceitos e as consequências que o projeto neoliberal propõe para a sociedade e, principalmente, para os indivíduos. Ambos os autores, à partir de suas análises acerca do

neoliberalismo, apontam como o mesmo beneficia o mercado a partir de linhas de pensamento distintas, uma vez que Harvey mobiliza a concepção da liberdade individual e dignidade humana e Foucault a lógica concorrencial.

Brown (2019) auxilia para pensar sobre a discussão entre os autores alegando que Harvey, a partir de uma abordagem neomarxista, tem como foco as instituições e as relações de causa e efeito da economia. Já a abordagem de Foucault contribui mais para pensar nos efeitos do neoliberalismo enquanto forma de governar, assim o enfoque da abordagem foucaultiana pensa nos princípios que orientam o Estado, a sociedade e os sujeitos, mas não pensa nos poderes do capital que o neoliberalismo fortifica, como na abordagem neomarxista.

Vale destacar que Foucault foi um dos pioneiros a abordar a tendência do neoliberalismo que vigora até a contemporaneidade, pois apresenta tendências importantes da forma de governar do neoliberalismo. Assim, contribuiu para pensar as subjetividades dos indivíduos a partir do doutrina neoliberal. Já os pensamentos de Harvey complementam suas contribuições, uma vez que traz uma preocupação com a classe trabalhadora, o que auxilia na compreensão da subjetividade dos trabalhadores.

As análises marxistas contribuem sobremaneira para pensar como o neoliberalismo está aliado a um novo capitalismo, que se desdobra em novas forças e crises. Vale destacar que o neoliberalismo, expressão do capitalismo, foi analisado na contemporaneidade por Boltanski e Chiapello (2009), que acompanharam as mudanças do capitalismo desde o final dos anos de 1960 até meados dos anos de 1990 e abordam o novo espírito do capitalismo. Os autores caracterizam o capitalismo por uma circulação constante de capital que se tenha extração de lucro e acúmulo de capital, mas chamam a atenção que isso não acontece com as diferentes classes e que isso é recorrente com os capitalistas empresariais de grande porte, os mesmos que influenciam no neoliberalismo.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), o espírito do capitalismo tem três pilares: o progresso material, o modo de organização associado aos regimes liberais e a satisfação das necessidades. Ele se desdobra sob três estados históricos, o primeiro é associado ao burguês dono da fábrica e tem um ideal de empresa associado à família. Num segundo estado, tem-se o empresário executivo que se mostra através da figura de um diretor dono de empresa. O terceiro seria o capitalismo globalizado diante das novas tecnologias. Na virada do segundo para o terceiro tem-se o indivíduo tomado pelas ideias do capitalismo pautadas no neoliberalismo e no discurso do empreendedorismo.

Espera-se, nesse caso, que os indivíduos passem a utilizar o discurso do empreendedorismo como modo de vida à partir de uma ordem empresarial, mesmo que esta

não seja suficiente para abarcar toda a sociedade. Nesse sentido, é possível compreender, segundo Boltanski e Chiapello (2009), que o capitalismo vai além da busca pelos lucros e pretende, também, contribuir para a justificação moral que dá lugar ao discurso do esforço. Nota-se que estes autores fizeram uma análise crítica que contribuiu para pensar na lógica empresarial do neoliberalismo na contemporaneidade.

Os autores abordados até aqui contribuíram para pensar como o neoliberalismo se ampliou no mundo, quais são as suas bases conceituais, bem como a sua influência direta com o capitalismo, tendo em vista que andam juntos. Para complementar essas ideias, autores como Dardot e Laval (2016) continuam pensando acerca do neoliberalismo e trazem estudos importantes para a análise do tema em questão. Segundo esses autores, o neoliberalismo não se resume apenas à lógica do mercado como, também, pode ser uma ideologia ou uma política que interfere na vida dos indivíduos. Os autores contribuem, principalmente, para pensar o neoliberalismo enquanto uma norma de vida:

Essa norma impõe a cada um de nós que vivemos em um universo de competição generalizada, a população entra em luta econômica uns com os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar as desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16).

Para complementar esta norma de vida, perpassam pelo âmbito político, a partir da conquista do poder pelas forças neoliberais, o âmbito econômico, devido ao rápido crescimento do capitalismo financeiro, o âmbito social, a partir da individualização das relações sociais, e o âmbito subjetivo, a partir do surgimento de um novo sujeito que desenvolve novas patologias psíquicas. Esses aspectos são dimensões complementares do que os autores irão chamar da “Nova razão no mundo” e que integra todas as dimensões da existência humana.

A teoria de Dardot e Laval (2016) chama a atenção para a subjetividade neoliberal, que é a internalização de normas e condutas neoliberais onde os indivíduos se auto gerenciam como miniempresas, buscando o sucesso pessoal individual. O sujeito neoliberal se torna cada dia mais competidor, usa seu máximo esforço para atingir o melhor desempenho possível e assume sozinho a responsabilidade de seus eventuais fracassos. Os autores alegam que com a acirrada competição os indivíduos se tornam “empreendedores de si mesmos” e se veem como uma empresa que vendem serviços ao mercado.

Brown (2018), preocupada com a internalização do neoliberalismo sob os sujeitos e suas consequências acerca da noção de cidadania, desenvolve um trabalho que leva em consideração tanto as preocupações de Harvey (2008) com as ameaças ao sindicalismo que aconteceram no

pós-guerra, a partir das implementações do neoliberalismo nos governos que passaram a enfrentar os sindicatos e disseminar um discurso de responsabilidades individuais, como no governo de Thatcher, quanto nos apontamentos acerca do “homo economicus” de Foucault (2008), que denunciava um modelo de vida conduzido pelas práticas de empreendedorismo de si, características do neoliberalismo.

A pensadora política aborda que a governança neoliberal é pautada em um discurso de igualdade e liberdade, mas na prática dá ao indivíduo o direito de empreender e acentua as competições, dessa maneira acarretam a responsabilização e os sacrifícios individuais. Segundo Brown (2018), isso deslegitima as organizações populares e, principalmente, substituem a consciência de classe pela consciência de equipe, bem como ameaça os direitos obtidos pelas classes trabalhadoras. Ela também aborda a sobrecarga que os indivíduos carregam culpabilizando a si próprios por falhas que são do Estado neoliberal, tendo em vista que o mesmo deveria garantir melhorias para as desigualdades no lugar de construir sujeitos neoliberais a partir de uma norma. como aponta Dardot e Laval (2016).

Outra importante contribuição de Brown (2018) é sobre a noção de cidadania. Segundo ela, no modelo neoliberal as identidades passam a ser substituídas pelo capital humano, por meio de um investimento próprio, como mostra Foucault (2008). Mas isso acarreta uma redução da cidadania, ou seja, o cidadão deixa de ser um portador de direitos para internalizar a lógica de uma cidadania de sacrifícios e responsabilizações diante de suas condições econômicas. Conforme a autora, a “virtude cidadã é resumida a um acomodar-se, sem queixas, à vida econômica da nação” (BROWN, 2018, p.33). Dessa maneira, o indivíduo passa a ter dificuldades de compreender os seus direitos, que devem ser assegurados pelo Estado, e passam a se cobrar por essas falhas.

Assim, é notável o quanto o neoliberalismo transformou o mundo global, seja a partir dos indivíduos operando a sua lógica de culpabilização individual, no que tange uma ideologia, bem como através das políticas do Estado que corroboram para a sociedade de classes, o que será visto no âmbito educacional, por exemplo, em outras discussões que serão apresentadas neste trabalho.

1.2 Neoliberalismo na América Latina e Brasil

No item anterior foi apresentado uma visão geral do neoliberalismo e, principalmente, nos grandes centros. Mas é importante, ainda, destacar a sua influência nos países da América

Latina, mesmo que de maneira breve, e um recorte de como o mesmo influencia no Brasil. Gago (2018) alega que o neoliberalismo na América Latina foi instaurado por uma série de reformas e regimes autoritários, que ela considera como “de cima para baixo” e isso alterou a fisionomia do continente que serviu de experimento para várias mudanças desde a década de 1970, como as privatizações, redução de proteções sociais, desregulação financeira, flexibilidade do trabalho, entre outras.

Harvey (2008) complementa essa afirmativa, pois em suas análises históricas mostra que o neoliberalismo foi experimentado primeiro nos países periféricos para, depois, serem adotados no centro. O que não é um acaso, já que uma das intenções do projeto neoliberal, pensado pelos países imperialistas, era de prevalecer o domínio geopolítico através de uma ideia de liberdade e multiculturalismo democrático, que sugere prezar por igualdade, mas na verdade beneficia o livre mercado. Pensadores da teoria da dependência, como Marini (2017), apontam para as desigualdades existentes entre os países periféricos e centrais, tendo em vista que o capitalismo moderno latino-americano tem se constituído com base na economia exportadora e, desse modo, a América Latina se desenvolve junto com a dinâmica do capitalismo internacional.

Segundo Marini (2017), desde que os países da América Latina eram colônia já contribuía para o aumento do fluxo de mercadorias e para o desenvolvimento do capital comercial europeu. Com a chegada da industrialização o cenário não se modificou e os países latino-americanos passaram a produzir bens primários em troca de manufatura de consumo. Assim, as relações entre América Latina e os centros capitalistas passam a se inserir na divisão internacional do trabalho e, segundo o Marini (2017):

A partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2017, p.327).

Esta dependência perpassa diferentes momentos históricos e, também, influencia no avanço do neoliberalismo, tendo em vista que, segundo Harvey (2008), no pós guerra um novo sistema financeiro precisou entrar em vigor e todas as moedas passaram a estar atreladas ao dólar e ouro, o que favoreceu muito os Estados Unidos e prejudicou os países da América Latina.

Além disso, antes do neoliberalismo ser implementado pelos países do centro, suas ideias foram difundidas na América Latina para neutralizar as tendências esquerdistas vigentes.

Segundo Sampaio (2020), o Chile foi palco de estreia oficial de uma arte de governar que já estava sendo pensada em outros locais quando o neoliberalismo foi implementado por Pinochet. Vale destacar que, antes de Thatcher e Reagan implementarem este modelo em suas grandes potências, ele já havia sido experimentado na América Latina, segundo Harvey (2008), pode-se notar que a experiência brutal “realizada na periferia se transformou em modelo para a formulação de políticas no centro” (p.19).

Isso mostra o quanto os países que estavam no domínio das grandes nações tiveram que firmar alianças com os da periferia por meio de ditaduras, como no caso do Chile. Contribui, assim, para compreender as crises que os países vivenciam no que se refere à corrosão das democracias por meio do neoliberalismo, como aponta Brown (2019), que pode ocasionar em avanços autoritários e conservadores da extrema direita.

Tendo em vista o domínio dos países centrais sob os países periféricos, Gago (2018) sugere pensar o neoliberalismo na América Latina não apenas “de cima para baixo” que, segundo a autora, está relacionado às estratégias das corporações e governos vinculados aos interesses do capital. Mas pensar também o neoliberalismo “de baixo para cima” levando em consideração seus modos de resistência, a partir de análises dos modos de que “reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (GAGO, 2018, p.13).

Cabe ressaltar que estas ideias serão retomadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, mas servem também para a compreensão do cenário abordado até então. Como mencionado por Harvey (2008), o neoliberalismo surge nos anos de 1960 e de 1970 de uma classe empresarial que, juntamente do Estado, prometiam coesão na sociedade e uma recuperação da taxa de lucros de maneira rápida que asseguravam a liberdade de mercados e indivíduos.

Como mostram Martins e Neves (2015), em meados dos anos 1990 os balanços afirmam que as promessas de desenvolvimento econômico do neoliberalismo não haviam sido concretizadas. Diante disso, surge uma proposta de “nova ordem” aliada a uma reforma na democracia, que foi denominada como projeto neoliberal de terceira via.

Naquele contexto, vários países realizam uma reforma no estado redefinindo as funções econômicas e político-sociais, criando laços entre a ONU (Organização das Nações Unidas), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Unicef (Fundo das nações unidas para a Infância), entre outros, que foram fundamentais para disseminar uma ideia de nova ordem que seria um avanço para a sociedade.

Dessa forma, surge um modelo que se mostra preocupado com as individualidades, mas que na prática beneficia o grande mercado. Segundo Martins e Neves (2015), o Brasil adotou as ideias do neoliberalismo de maneira tardia, comparado a outros países, mas, também, difundiu um projeto político mundialmente consagrado de um capitalismo neoliberal de face humanizada. Este modelo, então, foi incorporado nas práticas econômicas, políticas e culturais do país, bem como na educação, que é o interesse em questão desta pesquisa.

1.3 Neoliberalismo e Educação no Brasil

A influência do neoliberalismo na educação acontece em vários países do mundo, como aponta Laval (2004). Em sua análise sobre as escolas francesas, o autor observou que no continente europeu este modelo não garante a todos os seus membros direito à cultura. A educação funciona como estratégia vinculada aos interesses das empresas, que a utilizam como ferramenta de preparação de mão de obra. Dessa forma, a instituição escolar parece existir para fornecer às empresas o capital humano de que necessitam. É característica deste capital humano tornar as pessoas competitivas. Assim, Laval (2004) desenvolve em sua tese que o mundo das empresas já se confunde com o mundo das escolas.

Além de compreender o neoliberalismo em um contexto global, é importante destacar como ele se desenvolve no Brasil, com isso a pesquisa terá como referências os trabalhos de dois grupos de estudos preocupados com o neoliberalismo e o contexto da educação. O neoliberalismo passa a se difundir ao longo dos anos de 1980, mas em meados dos anos de 1990 suas promessas de desenvolvimento econômico não haviam sido concretizadas. Segundo Neves e Martins (2015), nesta época houve várias reformas educacionais que visavam ordenar o trabalho educativo com base na formação humana pautada no neoliberalismo.

No final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000 o Brasil se integra ao programa “Educação para Todos” da Unesco. Conforme Neves e Martins (2015), era um projeto preocupado com a inserção dos considerados excluídos e, assim, passou a privilegiar as classes trabalhadoras na escola e tinham como interesse uma educação para a cidadania, baseada no projeto neoliberal de terceira via, que buscava conciliar o mercado com a justiça social.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), acontece uma valorização das privatizações e celebração das parcerias público-privadas com o objetivo de acumular recursos públicos para responder às demandas do capital privado. É nesse cenário, como aponta Dias (2018), que ocorrem mudanças nas formas de trabalho iniciado por um forte processo demissionário seguido por variadas formas de flexibilização das relações de trabalho. Assim,

iniciam os questionamentos acerca do fim da sociedade do trabalho e, como solução, surgem o empreendedorismo e o auto-emprego como estratégias do capitalismo frente às crises econômicas.

Nota-se que o termo “empreendedorismo” aparece na década de 1980, junto com as reformas neoliberais, que se alastraram para os países de capitalismo central e periférico. Na América Latina várias instituições assumiram uma agenda em defesa do empreendedorismo, como a Unesco, conforme exemplificado acima. Desse modo, um dos objetivos das reformas liberais era incluir nas políticas educacionais do continente um programa chamado “Aprender a Empreender”, como um dos pilares da educação formal que, segundo Coan (2013 *apud* DIAS, 2018), o conteúdo do programa buscava apresentar à juventude alternativas para o desemprego.

A autora aponta que o termo “empreendedorismo” era desconhecido pela ampla massa de trabalhadores, o que exigiu de agentes e agências estratégicas a adoção de métodos de difusão para generalizá-lo. Com isso, “sob a homilia do fim do trabalho, o termo passou a ser repetido na televisão e nas revistas, além de se tornar objeto de pesquisas acadêmicas, especialmente no campo de estudos gerenciais” (DIAS, 2018, p.390). Tendo em vista o interesse das instituições privadas na educação para difundir o empreendedorismo, Dias (2018) aponta o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) como uma empresa que passou a ter um papel estratégico na consolidação da ordem neoliberal, pois ajudou na reforma moral e intelectual que a sociedade passou.

Nos anos de 1990, a empresa foi privatizada e, segundo a autora, pode ser considerada um aparelho privado de hegemonia na visão de Gramsci, tendo em vista que cumpre função educativa e formativa e, além disso, assumiu a tarefa de adequar os sujeitos a determinada moralidade, condizentes com as necessidades do desenvolvimento do aparelho econômico. Para tal, formulou programas, materiais e notícias que foram disseminadas no ambiente escolar.

Assim, o SEBRAE se tornou estratégico para o capital por ser a principal agência em difundir ideias do empreendedorismo nos anos de 1990, período em que há um aumento dos índices de desemprego e crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, terceirizações e outros, como veremos mais à frente.

Após o governo FHC o presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse, este ampliou a implantação de políticas para os excluídos e viabilizou uma democratização representativa, a fim de construir uma nova ideia de sociedade que fosse harmoniosa e colaboradora da nova ordem do neoliberalismo de terceira via. Diante disso, tem-se um projeto de educação que reestruturou alguns programas educacionais, aderindo às novas tecnologias, e investiu em colocar jovens e crianças na escola, mas que não deu atenção ao conteúdo que era difundido no

ambiente escolar, o que deu lugar às ideias de empreendedorismo e colaboracionismo como dito acima.

Em 2008, face à crise mundial, a burguesia passa a questionar o governo em vigor e começa a ocupar seu espaço nos blocos de poder e alianças com outros países. Nesse contexto, o projeto educacional se torna um lugar estratégico no projeto hegemônico das classes dominantes, em busca de se manter detentora das riquezas. Acontece, então, o esforço no sentido de uma qualificação técnica da força de trabalho, com o intuito de colocar a educação na lógica do mercado.

Assim, o Brasil passa do projeto de “Educação para Todos” para o projeto “Todos pela Educação”, essa mudança associa a educação à formação para o trabalho. Há incentivo à criação de escolas de tempo integral, com avaliações do ensino em cada ano, buscando aceleração da formação. De tal modo, as classes trabalhadoras são, cada dia mais, inseridas na lógica do neoliberalismo já instalado.

Para Neves (2005), a partir dessa influência do projeto neoliberal de terceira via na educação, observa-se a transformação da sociedade e constrói-se uma nova pedagogia. Pedagogia essa denominada pela autora como da hegemonia, e que é capaz de gestar um consenso em torno das ideias de democracia, de cidadania, de ética e de participação, alinhado com os interesses privados do capital.

A pedagogia da hegemonia proposta pela autora tem como base as ideias de Gramsci (2004), tendo em vista que o mesmo demonstra como as doutrinas pedagógicas têm importância estratégica para a disseminação de ideologias dominantes, ocasionando as desigualdades e as fábricas de mão de obra qualificada.

O contexto de inserção do neoliberalismo no âmbito educacional no Brasil, também é debatido por Costa (2009), que a partir das ideias de Foucault, busca compreender a educação aliada à governamentalidade neoliberal associada à internalização de capital humano, o que ele afirma colaborar para pensar o comportamento dos indivíduos como microempresas.

Assim, Costa (2009) analisa a cultura do empreendedorismo diante do contexto escolar, que passa pela influência política, atravessa as relações sociais e modifica os comportamentos dos indivíduos, tornando-os mais aptos a encarar o que lhes espera após a conclusão do Ensino Médio. Que é um mercado de trabalho flexibilizado, tendo em vista que o neoliberalismo prepara para o mercado de trabalho de constante concorrência. O autor afirma que “a noção de capital humano refere-se a um conjunto de habilidades, capacidades e destrezas que adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital, entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista” (COSTA, 2009, p. 175).

Mediante ao exposto, fica evidente a relação da educação com o mundo do trabalho e, por isso mesmo, é importante desenvolver uma abordagem a partir da sociologia da educação e da sociologia do trabalho, como forma de contribuir para as reflexões e discussões deste trabalho.

1.4 Educação e Trabalho

O presente trabalho visa abordar, também, as influências do neoliberalismo nas trajetórias dos egressos do Ensino Médio. Para contribuir com a discussão, é importante destacar algumas transformações do mundo do trabalho aliado à educação, considerando o contexto do capitalismo.

Segundo Batista (2011), desde o final da época feudal a sociedade já era dividida por classes (clero, nobres e servos) e a forma de trabalho não era baseada no mercado e sim por um meio de produção de sustento próprio. Passadas algumas revoluções industriais (1760-1840) e Francesa (1789 – 1799), as relações de produção passaram a se modificar, bem como as relações de classe (burguesia e proletariado). Dessa forma, passa a ter uma nova divisão do trabalho e um avanço das máquinas que priorizavam a produção de bens que não era mais de autonomia dos trabalhadores.

Bastante preocupado com estas questões, Marx desenvolveu uma vasta contribuição em defesa da classe trabalhadora, bem como um arcabouço teórico que auxilia a pensar nas transformações do capitalismo. Em “O Capital”, o pensador se preocupa em demonstrar a exploração do trabalhador que era controlado pelos donos do meio de produção.

Segundo Marx (2011), o trabalho era uma atividade vital para a sobrevivência, de modo que os trabalhadores precisavam vender sua mão de obra para os capitalistas, uma vez que o mesmo obtém os objetos de trabalho e as matérias primas necessárias para a construção das mercadorias. Sua preocupação principal diante deste modelo é a alienação do trabalho, já que a força de trabalho que é incorporada no capital final da mercadoria não volta para o trabalhador, mesmo que o seu processo de trabalho fique armazenado no produto do capitalista.

O autor se preocupa com a questão dos salários dos trabalhadores, que muitas das vezes não consegue suprir as despesas familiares. Aliado a isso, a hostilidade do capitalismo faz com que o ser humano passe a estranhar as suas relações sociais. As análises de Marx deve ser levada em consideração para compreender as transformações do mundo do trabalho, que até a

contemporaneidade sofrem com a falta de emancipação que o autor almejava com a contribuição de seus trabalhos.

Marx (2008) acreditava que a emancipação do homem só seria possível quando o mesmo deixasse de ser alienado, ou até mesmo com o fim do modo de produção capitalista. O que não aconteceu e pensadores a frente do seu tempo continuam a refletir sob suas influências as transformações do mundo do trabalho, como Antunes (2020a).

O autor analisa os modelos de produção fordista e taylorista que foram submetidos aos pensadores desde quando passaram a ser assalariados, bem como as suas formas de organização frente as condições de trabalho. Vale destacar, também, as contribuições de Castel (1998) para pensar a sociedade assalariada, tendo em vista que o salário assegura uma certa coesão na sociedade dentro do sistema capitalista, tendo em vista que é um símbolo de integração e inclusão social, que constrói a identidade dos indivíduos em sociedade.

Castel (1998) chama a atenção para o fato de que ser assalariado é uma condição para que os indivíduos usufruam de seus direitos e do bem-estar do Estado. Mas, nota-se, que o mesmo observa um forte cenário de competições, desemprego e informalidade que são importantes para pensar o enfraquecimento da condição salarial.

Outro autor, Ricardo Antunes, contribuiu para pensar na luta dos trabalhadores diante dos modelos industriais vigentes em cada época. Segundo Antunes (2020a), algumas conquistas foram resguardadas pelos trabalhadores, mas constata-se que a partir dos anos de 1980 ocorre uma mudança do proletariado tradicional para o que o autor vai denominar de trabalhador assalariado de serviços. O autor analisa que nessa fase acontece uma nova morfologia do mundo do trabalho que ilustra uma nova etapa de precarização do trabalho.

Antunes (2020a) aborda o avanço da tecnologia de informação que ameaça algumas conquistas, como a regulamentação do trabalho, o direito à carteira de trabalho e as greves. Mas, em contrapartida, apresenta uma face mais heterogênea tendo, como exemplo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo esse autor, o mundo vivencia um momento de precarização aliado às terceirizações, flexibilidade e sistema de metas.

Devido a esse aspecto, vale recordar que Sennett (1999), em seu estudo acerca da corrosão do caráter, já apontava a flexibilização do trabalho que, segundo ele, quebra a rotina do trabalho formal e visa um trabalho informal, onde o trabalhador passa a ser seu próprio empreendedor e transcende as relações pessoais e de trabalho. Na sua análise sobre o novo capitalismo, aponta que acontece uma reestruturação do tempo que torna as instituições mais flexíveis, criando novas formas de poder e controle.

Levando esta discussão para a contemporaneidade, Antunes (2020a) aponta o trabalho intermitente, como o dos motoboys, call center, entre outros, e questiona as promessas de que a sociedade digital iria acabar com o labor do modelo de trabalhador fabril. Segundo o autor, a nova morfologia do trabalho tem por características a intensificação do trabalho, a superexploração, a informalidade, as exigências de metas, os assédios e os adoecimentos. Fatores que trazem consequências profundas nas lutas sindicais e nos direitos trabalhistas.

Vale destacar que as mudanças no mundo do trabalho, apontadas por Antunes (2020a), estão atreladas à vigência do neoliberalismo no mundo e, tendo em vista que o capitalismo necessita de mão de obra qualificada que acompanhe suas transformações, a escola sempre foi alvo das suas interferências. Segundo Batista (2011), para que o capitalismo vigorasse e os modos de produção tivessem sucesso era necessário produzir um perfil de trabalhador adequado a estas atividades.

Devido a isso, a escola se organiza conforme as demandas do capital e, ao mesmo tempo, é o espaço onde são desenvolvidas relações sociais. Acrescenta que, diante das mudanças econômicas e da globalização, as empresas também se modificaram, tornando-se mais competitivas e flexíveis e, deste modo, espera-se que a educação molde novos perfis de trabalhadores que se adaptem às novas exigências do mercado. Isso pode ser notado, também, através das regulamentações e leis impostas, que serão melhor analisadas em outro tópico do trabalho.

Muitos autores foram fundamentais para pensar a educação no mundo, como Durkheim, Parsons, Weber, Dewey, Mannheim, entre outros, mas, para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas as contribuições de Marx, Bordieu, Passeron, Althusser e Gramsci. Importante ressaltar que eles podem ser considerados clássicos e suas ideias, assim como as suas produções, precisam ser compreendidas no contexto em que eles viveram, entretanto, a despeito do tempo decorrido das suas reflexões, elas ainda podem ser consideradas relevantes para compreender vários aspectos da contemporaneidade, principalmente as discussões sobre a educação.

Além disso, as discussões desses autores ajudam na compreensão sobre a sociedade capitalista neoliberal, que a educação e o mundo do trabalho estão inseridos. Vale destacar ainda que, segundo Freitag (1980), o que coloca todos estes autores em conformidade é que a doutrina pedagógica se baseia em uma filosofia de vida da relação do homem com a sociedade, que se dá através de uma instituição específica.

Marx e Engels (1998), na obra “A Ideologia Alemã”, apontam a existência de uma ideologia dominante que define a forma que os pensamentos vão se mover. Esses autores chamam a atenção para o fato de que as condições materiais não são iguais para todos e, a partir

de então, podemos analisar que isso também se aplica à educação. A educação na sociedade capitalista não é neutra e representa um aparato que oferece instrumentos ideológicos para os indivíduos, para que, assim, os mesmos decidam sobre seus pensamentos acerca da sociedade. Mas, se nos atentarmos para o fato de que as condições de classe são divergentes, pode-se afirmar que uma liberdade ideológica não é garantida perante a realidade desigual e pelas condições dadas.

Retomando os pensamentos de Marx (2011) acerca do mundo do trabalho, a sua concepção sobre a divisão entre a classe burguesa (detentora dos meios de produção) e a classe trabalhadora (detentora da mão de obra) está diretamente ligada ao âmbito educacional, tendo em vista que as relações sociais estão associadas às relações de produção. Isso é explicado por ele quando demonstra como as mercadorias que são feitas pela força de trabalho influenciam na divisão de classes, como visto acima.

Com base nos pensamentos de Marx, pode-se constatar que as trocas a partir das mercadorias são perpassadas por relações sociais que geram produção e desigualdades, pois as mercadorias são produzidas para satisfazer necessidades humanas a partir do trabalho humano e, por meio do fetichismo, são trocadas pelo valor do dinheiro sem ser levado em conta as condições de produção, pois são vistas como relação de coisas, mas, que no fundo, são quantidades de trabalho se trocando.

Dessa maneira, o pensamento marxista é importante para pensar a educação. Suas ideias influenciaram muitos pensadores a construírem teorias e estudos para refletir o campo educacional. Neste sentido, Bourdieu e Passeron (1975), na obra “A Reprodução”, fazem uma análise do sistema de ensino francês nos anos de 1960 e mostram como acontece a reprodução da cultura dominante no ambiente escolar, a partir da estrutura de classes decorrentes da divisão do trabalho.

Segundo os autores, a educação reproduz a cultura e as estruturas de classe da sociedade e, para que estas reproduções sejam garantidas, é necessário que os homens estabeleçam, também, as relações de produção. Essas reproduções acontecem aliadas aos capitais culturais que são distintos, a partir da bagagem que cada aluno leva à sala de aula como, também, será distribuído conforme a reprodução das relações sociais e de classe em conformidade com uma ideologia dominante.

Bourdieu e Passeron (1975) esclarecem essas reproduções a partir do conceito de *habitus*, que são os atributos incorporados pelos indivíduos diante de sua classe e, no sistema educacional, este *habitus* é criado nos educandos de maneira imposta com predisposições de agir a partir de um código de normas e valores que os caracterizam como pertencentes a um

certo grupo ou classe. Isso acaba por acarretar em exclusões escolares e em alunos que se sentem sem habilidades e que acreditam no mau desempenho.

Isso é exemplificado pelos autores a partir dos exames, como será visto mais à frente. Toda essa reprodução social e cultural acontece a partir de uma violência simbólica, que exclui os não privilegiados colocando-os em condição de dominados. Essa violência ocorre de maneira sutil, a partir das ações pedagógicas que impõem a cultura dominante e contribuem para a exclusão. Dessa forma, Bourdieu e Passeron (1975) contribuem para refletir que a escola aloca os indivíduos em suas classes, cumprindo assim o papel de reprodução cultural e social afim de reproduzir, também, as relações sociais de produção da sociedade capitalista.

As contribuições dos autores são importantes para compreender o foco desta pesquisa, mas, como coloca Freitag (1980), faltou na obra de Bourdieu e Passeron uma análise sobre a interferência das empresas e do Estado na educação, com isso faz-se necessário, também, contar com as contribuições de Althusser (1980).

Este pensador classifica a escola como um aparelho ideológico do Estado (AIE), tendo em vista que a mesma contribui para a cultura e para o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, para Althusser (1990) a escola reproduz as relações sociais de produção, como apontam, também, Bourdieu e Passeron (1975). Isso mostra como contribui para a divisão de classe a partir de uma ideologia dominante do Estado. Althusser (1980) destaca que a escola colabora para a divisão das classes, uma vez que qualifica o trabalhador em saberes técnicos, relacionado ao manuseio de equipamentos e bons costumes que dizem respeito ao comportamento e consciência de como se comportar. Dessa maneira, o Estado se encarrega de ocasionar a divisão de classes no âmbito da infraestrutura econômica e a escola se incumbem por reproduzir falsas consciências fazendo, assim, com que os indivíduos aceitem suas condições de classe explorada.

Althusser avança ao pensar na escola associada ao Estado e economia mas, segundo Freitag (1980), ainda falta uma explicação de como a escola mantém tais reproduções, para assim compreendê-la não apenas como um instrumento de dominação das classes dominantes, mas falta um aprofundamento no que tange à importância da escola em se tornar um instrumento de libertação da classe dominada. Nesse sentido, a autora, que se propõe a apresentar as teorias de clássicos pensadores da educação, sugere que a luta de classes se trava no pensamento de Althusser e acredita que Gramsci será um autor que se aprofunda neste aspecto.

Também influenciado pelas ideias de Marx, Gramsci oferece estratégias aos problemas das instituições civis e, por consequência, da escola, a partir da dialética. Suas contribuições

estão na obra “Cadernos do cárcere”, em especial na parte em que escreve sobre os intelectuais. Gramsci (2004), para explicar o Estado, subdivide a sociedade política da sociedade civil, sendo que esta segunda abarca as instituições como a igreja e a escola.

Nesse sentido, juntamente da sociedade política as instituições asseguram a estrutura de poder do Estado, por meio da dominação que se expressa sob uma forma de hegemonia. Segundo o autor, é a partir da sociedade civil que circulam as ideologias impostas pelas classes dominantes e que são desenvolvidas por meio do senso comum, ocasionando uma falsa liberdade nas classes subalternas, legitimando assim sua condição de classe e contribuindo para as relações de produção.

Gramsci (2004) avança quando alega que as classes oprimidas também devem disputar os aparelhos privados de hegemonia do Estado, pois estes também devem fazer parte da luta de classes. Desse modo, as classes dominadas devem lançar sua contra ideologia que pode acontecer por meio das instituições já existentes, bem como na criação de contra-instituições. Esta contra ideologia, proposta pelo filósofo, deve acontecer a partir das relações pedagógicas que divulguem uma nova concepção de mundo que concorra com o senso comum. Aliado a isso, é importante, também, que aconteça sempre a fiscalização das leis educacionais, tendo em vista que estas podem servir como estratégias de assegurar a ideologia das classes dominantes.

A partir dessas colocações, o autor defende uma escola unitária, que não tenha nenhum tipo de distinção de classe na formação que será oferecida, ou seja, defende que a escola não deve determinar a capacitação das classes e, para além disso, a formação deve ser mais ampla com uma formação humanística que amplie a emancipação dos indivíduos.

Contudo, essa escola deve ser gratuita, de qualidade, laica e que dê autonomia a todos os indivíduos a se construírem para o mundo. Diante do exposto, Gramsci (2004) foi o autor capaz de explicar a escola como um mecanismo de reprodução de ideologias dominantes, mas, também, oferece medidas para que isso deixe de acontecer a partir das ideias contra ideológicas.

As colocações dos autores, até aqui mencionados, são importantes pois, segundo Freitag (1980), a política educacional reproduz o capital e as relações de trabalho e de produção que as sustenta. A partir dessa ideia, a autora mostra como as classes dominantes são ágeis ao transformarem a escola nos centros de qualificação da força de trabalho.

Tendo em vista que a presente proposta de trabalho aborda a influência do neoliberalismo na vida dos egressos do Ensino Médio, no que se refere à trajetórias possíveis, como: a inserção no mercado de trabalho, a continuação nos estudos ou outras trajetórias, vale destacar que as reproduções de classe podem estar presentes, uma vez que o perfil dos ex-alunos do Colégio em estudo dão mostras de que pertencem às classes consideradas dominadas, com

base nas ideias de Bourdieu e Passeron (1975). Nesse contexto, é possível pensar nas posições destes alunos frente à sociedade após a formação, que estão associadas aos exames, que os autores abordam, que selecionarão os alunos ou não nas provas de vestibulares e, por consequência, determinarão suas posições no mercado.

Essas análises partem da *reprodução* de classes segundo Bourdieu e Passeron (1975), mas Althusser (1980) demonstra que isso acontece por meio das ideologias do aparelho escolar, que uma vez transmitidas por uma classe dominante também explica as posições dos indivíduos no futuro, tendo em vista que as classes dominantes pretendem destinar conhecimentos técnicos transvestidos de ideologia para indivíduos que elas consideram que devem ser mão de obra no mercado de trabalho e não detentores de capital.

Para concluir essa ideia inicial, Gramsci (2004) é o autor que vai demonstrar que a escola é um ambiente de disputa de ideologias e explica o porquê dessas reproduções acontecerem por meio de leis e reformas, como também, a construção de políticas públicas. Essa análise ajuda a compreender que a política educacional do Ensino Médio é construída por uma ideologia dominante que coloca a educação na lógica neoliberal e a partir dela mecanismos de controle, visando a manutenção do *status quo*. Assim, continuarão formando mão de obra para o mercado no lugar de indivíduos humanizados com possibilidade de escolhas. Ao longo do trabalho estas análises serão melhor entendidas ao serem aplicadas no caso concreto.

1.5 O Ensino Médio no Brasil

Com base no debate realizado até aqui acerca da educação, vale enfatizar, de maneira breve, a trajetória e o histórico do Ensino Médio no Brasil, tendo em vista que é a etapa de ensino escolhida para a análise proposta nesta pesquisa. Vale destacar que o Ensino Médio é considerada a etapa de formação que é alvo de mais disputas e polêmicas, isso porque, segundo Krawczyk (2011), está atrelado à formação profissional e ao acesso ao Ensino Superior. Além disso, como demonstra Castro e Garrossino (2010), ao longo da história diversas frentes ideológicas tiveram o Ensino Médio como interesse, como, por exemplo, as classes dominantes que utilizam do mesmo como estratégia para se manter no poder.

Conforme Nascimento (2007), a educação no Brasil sempre esteve associada ao mundo do trabalho e à divisão de classes, desde a sociedade escravista, onde o trabalho manual vigorava com a utilização da mão de obra escrava. A educação, por sua vez, era uma atividade secundária destinada às elites que se especializavam para o exercício de atividades político-

burocráticas e das profissões liberais. Com o passar do tempo, no Brasil República, a mão de obra utilizada era a dos imigrantes, deixando assim a maioria dos negros sem emprego e sem amparo (dívida histórica que repercute até a atualidade). Desse modo, com a expansão da industrialização, nos anos de 1930, houve um aumento da demanda por formação escolar, bem como uma ampliação do sistema educacional para atender padrões de comportamento social e mão de obra.

Vale destacar que no processo de expansão educacional várias reformas foram pensadas, como a Francisco Campos e a Capanema, ambas na Era Vargas. Na reforma Francisco Campos houve a organização do ensino secundário em duas etapas: a fundamental, que dava a formação básica geral, e a complementar, que oferecia cursos propedêuticos articulados ao curso superior. Pelas dificuldades em cursar o ensino secundário, este foi considerado uma educação para a elite. Com a reforma Capanema, o ensino propedêutico foi estruturado em: primário e secundário e o ensino técnico-profissional. Segundo Nascimento (2007), tratou-se de uma reforma elitista e conservadora, pois o ensino público secundário era destinado às elites condutoras e o ensino profissionalizante para as classes populares.

Desde então, passa a existir a dualidade entre o ensino propedêutico e o profissional, que perpassa as definições do Ensino Médio. Dessa forma, o ensino propedêutico era voltado para dar sequência no ensino superior, com ensinamentos sobre ciências, letras, matemática, entre outros e era destinado para as minorias da elite, enquanto o ensino profissional tinha caráter técnico voltado para ensinamentos comerciais e industriais e para o mercado de trabalho. Assim, fica claro “que a finalidade do ensino profissional era atender aos menos favorecidos” (NASCIMENTO, 2007, p.81).

Durante o período militar o ensino continua com o objetivo de um currículo tecnicista, afim de preparar os alunos para o mundo do trabalho, acompanhando o desenvolvimento econômico exterior, tendo em vista o caráter periférico que o país se encontra no globo. Mas, como apontam Ramos e Frigotto (2017), ao longo da história os movimentos conservadores tinham como objetivo salvaguardar os domínios do capital, principalmente disputar pelos processos educativos e, neste cenário, sempre existiram os movimentos de resistência contra as reformas que surgiam para assegurar os direitos das classes dos trabalhadores e seus filhos.

Dessa forma, ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 surgem forças políticas em defesa de uma escola pública, gratuita e unitária que teve influências de pesquisadores da educação como Demerval Saviani, quando propõe o ensino politécnico, que passa a ser debatido a partir da Constituição de 1988 e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN - Lei nº 9394/96) que determinava, entre vários outros assuntos, os caminhos

do Ensino Médio no país. A proposta do ensino politécnico se baseia no aprendizado a partir da teoria e prática para que os alunos aprendam a dominar os conhecimentos gerais, bem como as habilidades para manejar os instrumentos elementares dos ramos industriais. Segundo Castro e Garrossino (2010), “é possível afirmar que o ensino politécnico traz para os jovens das camadas populares a possibilidade de acesso ao conjunto de saberes atrelados às exigências econômicas” (p.95).

Vale destacar que a proposta de ensino politécnico tinha o intuito de romper com o processo de aprendizagem destinado ao trabalho manual, que é substrato do modo de produção capitalista e da sua conseqüente desigualdade. Krawczyk (2011) mostra que neste modelo busca-se definir um ponto de equilíbrio para que o jovem seja preparado para as tarefas profissionais mas, também, para assumir múltiplos papéis que o espera, sejam de trabalhador, pai, filho, amigo, cidadão, entre outros. Nesse sentido, é importante a defesa de um ensino que rompa com a dualidade do ensino propedêutico e profissional. Essa não é uma tarefa fácil, mas ajudaria na oposição indesejável de conhecimento geral e específicos.

Essa dificuldade é recorrente ao longo da trajetória do Ensino Médio e, também, é analisada nos anos de 1990 com o avanço do neoliberalismo, onde os governos propõem a reorganização produtiva com redução do Estado e com uma seqüência de privatizações. Nesta época, o Banco Mundial passa a definir as estratégias para a educação e as ideias neoliberais são disseminadas no campo educacional por meio de um discurso de justiça social, através da lógica da mercadoria que “privilegia os privilegiados e exclui cada vez mais os excluídos, mantendo-se e fortalecendo-se a hegemonia do capital” (NASCIMENTO, 2007, p.85).

Nesse cenário surgem as escolas técnicas, denominadas CEFETS (Centros Federais de Educação Tecnológica), que tinham por objetivo o Ensino Médio integrado, onde seriam ensinados tanto os conhecimentos básicos como, também, uma formação técnica. Nesse período ocorrem interrupções autoritárias, segundo Ramos e Frigotto (2017), promovidas pelo Decreto nº 2.208/97, que regulamenta os arts. 36 e 39 a 42 da LDBEN. Artigos estes que contemplam a educação profissional³, permitindo uma série de reformas educacionais com novas diretrizes curriculares segundo a divisão social e técnica do trabalho.

Assim, a educação continua seguindo os modelos do mercado, e as noções de competências chegam aos currículos do Ensino Médio e passam a ser, também, o método de avaliação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que destina os jovens ao Ensino

³ O Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 foi revogado pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.

Superior. Nesse caso, esta etapa de ensino continua com o embate de preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica.

Com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram ampliadas as escolas técnicas, que passam a ser chamadas de IF's (Institutos Federais), estas foram espalhadas pelo Brasil seguindo a intenção de associar a função propedêutica e de formação profissionalizante para os cidadãos. Nesse contexto, os pensadores da educação defendem uma formação técnica, mas de sujeitos que compreendam a realidade ao mesmo tempo que possam atuar como profissionais. Dessa forma, defendiam que o Ensino Médio fosse oferecido sob princípios da ciência, cultura e trabalho “em que a profissionalização seja uma possibilidade” (RAMOS, FRIGOTTO, 2017. p.43).

Os autores destacam que os anos do governo do PT, que tiveram Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como presidentes, acumulou-se alguns avanços para o Ensino Médio, mas que foram travados por processos autoritários como, por exemplo, a Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente transformada em Lei (nº 13.451/2017), que aprovou a reforma do Ensino Médio que, segundo Ramos e Frigotto (2017), acompanham a lógica das reformas Capanema, Francisco Campos e Ditatórias que aconteceram na história, e que tem um caráter conservador e com ódio ao pensamento crítico da educação. Assim, vale destacar, a conjuntura educacional da atualidade, e como a mesma tem direcionado os rumos do Ensino Médio.

1.6 Conjuntura educacional, política e pandêmica

Na atualidade, após o segundo mandato do governo Dilma Rousseff, o país vem sendo afetado por uma crise econômica que já assolava o mundo, mas se desenvolveu mais neste período e repercutiu em várias áreas, principalmente na educação. Segundo Ramos e Frigotto (2017), a partir do “golpe” de 2016, que retirou a presidente do poder, o âmbito político foi demarcado por uma forte divisão de opiniões e polarizações, além disso a aprovação da PEC 241, que congelou os gastos públicos em saúde e educação, aprimora ainda mais a lógica mercantil, além de dificultar os direitos básicos.

A partir de então, o neoliberalismo se aprofunda no Brasil com o projeto do governo de Michel Temer e, durante este período, foram aprovadas duas reformas: a trabalhista e a da previdência, que representam grandes retrocessos, tendo em vista os vários direitos que haviam sido conquistados pela classe trabalhadora e que caíram por terra como, por exemplo, a criação

de contratos intermitentes e a ampliação das terceirizações, bem como o aumento da idade mínima para a aposentadoria.

Essas reformas fazem com que, cada dia mais, a escola entregue uma mão de obra para o mercado de trabalho que esteja preparada para abrir mão dos direitos e se tornar flexível. O âmbito educacional também passa por reformas, como a Reforma do Ensino Médio, que foi aprovada de maneira impositiva e antidemocrática, como se posicionam Corrêa e Garcia (2018), que alegam que o governo não escutou os principais interessados pela educação, como os intelectuais da academia, os fóruns estaduais de alguns estados e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). De forma análoga, nem mesmo os estudantes secundaristas foram ouvidos, a despeito de no período de discussões da reforma terem ocupado diversas escolas no país e se manifestarem contra às propostas de mudanças. Ramos e Frigotto (2017) alertam que as reformas aprovadas tiveram como objetivo dificultar o acesso dos filhos das classes trabalhadoras às universidades e ao trabalho complexo.

Além disso, podemos observar as ideias do “Escola sem Partido” que assombra muitos docentes e profissionais da educação, visto que alega uma escola com neutralidade, mas que ataca apenas o campo e ideias do socialismo. Conforme Frigotto (2017) a “Escola Sem Partido” defende uma escola do partido absoluto e único, por interesses hegemônicos que não tolera visões de mundo diferentes.

Por fim, para o autor, a Reforma do Ensino Médio e outras questões da conjuntura educacional apontam para uma legalização da existência de uma escola marcada por desigualdade, com projetos elaborados por quem pretende dirigir a sociedade. Ao final do mandato de Michel Temer o neoliberalismo se alavancou com os discursos do atual presidente Jair Bolsonaro, orientando e orientado por um neoliberalismo hiperautoritário, como aponta Cristhian Laval (2020), o que deixou em alerta o campo educacional.

É nesse contexto que o Ensino Médio brasileiro, política pública educacional do Estado, está inserido e é esta etapa de ensino que os jovens egressos desta pesquisa acabaram de concluir. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), documento que compõe a matriz curricular das instituições educativas públicas, bem como indica o que a escola deve buscar, estabelece como um dos objetivos da educação a preparação para o vínculo ao mercado de trabalho e à prática social (BRASIL, 2000). Isso demonstra que o Ensino Médio permanece difundindo o neoliberalismo e isso pretende ser demonstrado ao longo da pesquisa.

Aliado à reforma do Ensino Médio, vem acontecendo um desmonte da educação pública que, segundo Saviani (2020), foi consequência dos movimentos que tinham o objetivo de destruir o Partido dos Trabalhadores e impedir a candidatura do presidente Luís Inácio Lula da

Silva na última eleição. Muitos foram os fatores que ajudaram na eleição do presidente Jair Bolsonaro, como a lentidão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para apurar as acusações contra o PT e Lula, bem como não ter punido o crime de apologia à tortura cometido por Bolsonaro. Ao homenagear Brilhante Ustra que, comprovadamente, torturou a presidente Dilma, “naquele momento, Bolsonaro proclamou-se publicamente um apologista à tortura” (SAVIANI, 2020, p.11).

Assim, o conservadorismo foi ganhando espaço no país. Segundo Almeida (2021), as acusações de corrupção e a operação “Lava Jato” forneceram os argumentos que faltavam aos adversários do PT. Com isso, a prisão de Lula foi o ponto chave para o crescimento da candidatura de Jair Bolsonaro, que teve forte apoio da burguesia, classes médias e conservadores.

Esse contexto, de acordo com Saviani (2020), abriu margem para as “fake news” nas redes sociais, difundidas pela extrema direita do país, que ajudaram na eleição do presidente Jair Bolsonaro, o que acarretou em grande retrocesso social, político, cultural e educacional no país. Com isso, o governo Bolsonaro, segundo Almeida (2021), pôs um fim nos governos progressistas e deram margem para o retorno do governo ultraneoliberal que prioriza as privatizações, cortes nos orçamentos das políticas sociais e contribui para a precarização do trabalho e da educação.

O cenário já era de crescentes dificuldades e tensões no país e, à semelhança do que está ocorrendo no mundo, o Brasil, a partir do ano de 2019, começou a viver uma crise sanitária devido à pandemia do novo Coronavírus, SARS-COV-2, COVID19, que teve início na China e se espalhou rapidamente para todo o mundo. Segundo Saviani (2020), estamos vivenciando uma crise estrutural da sociedade capitalista em noções política, econômica, social e sanitária. No Brasil a postura negacionista do presidente só fez com que os conflitos acumulados pela conjuntura nacional prejudicassem ainda mais, conforme Almeida (2021).

Desde o começo da pandemia no país, o governo federal teve muitos conflitos com o Ministério da Saúde, o que ocasionou em negação das medidas impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a resistência com as medidas que deveriam ser adotadas com emergência como o distanciamento social e a vacinação da população. Além disso, como aponta Saviani (2020), os investimentos na pandemia foram controversos, tendo em vista a omissão do governo federal na distribuição do dinheiro para os governos estaduais e municipais, que tiveram que procurar, de forma isolada, formas de comprar equipamentos necessários. Em contrapartida, o governo fez investimentos equivocados como a compra do medicamento da

cloroquina, que é um medicamento comprovadamente ineficaz pela ciência para o combate à COVID-19.

Nota-se que esse contexto afetou o país em diversos âmbitos, principalmente aos mais vulneráveis, aliado às questões de raça, gênero e classe. Segundo Antunes (2020b), isso afeta principalmente a classe trabalhadora que está passando por grandes transformações como a uberização, desemprego e informalidade. É importante salientar que o mundo do trabalho pré-pandemia já tinha 40% da força de trabalho na informalidade, totalizando por volta de 40 milhões de pessoas que enfrentavam a precarização do trabalho.

Esse momento, para Antunes (2020b), é caracterizado como “período de capital pandêmico”, termo já utilizado, também, por Marx, em outros momentos de crises sanitárias, que é caracterizado por desigualdades que se estenderam na pandemia tendo um abandono total dos mais vulneráveis e a exploração extrema da força de trabalho. Dessa forma, a classe que vive do trabalho se vê na encruzilhada entre morrer de COVID-19 ou morrer de fome. Na visão do sociólogo do trabalho, a pandemia contribui para o aumento da segregações de classe, gênero e raça que são as pessoa com maior índice de morte.

Segundo esse autor, mesmo a pandemia sendo multiclassista, ela demarca as desigualdades tendo em vista que o vírus inicialmente se propagou a partir do contato que as classes burguesas tiveram em suas viagens a outros países. Para exemplificar tais argumentos, o autor destaca o caso da primeira vítima de COVID-19, que tinha mais de sessenta anos e era empregada doméstica em uma casa no Leblon (zona sul do Rio de Janeiro), que veio a óbito no Rio de Janeiro contaminada por sua patroa que não ficou isolada, demandando seus serviços.

Podemos, assim, traçar as diferenças que as classes enfrentam para lidar com o coronavírus. As classes burguesas podem escolher ficar em suas casas isoladas, já as classes baixas, que muitas das vezes se encontram em bairros periféricos, enfrentam fortes problemas de saúde pública como saneamento básico, problemas de falta de água e, também, dificuldades financeiras para comprar e manter a alimentação e produtos básicos de higiene pessoal, como sabonete e álcool gel para higienizar as mãos conforme aponta Antunes (2020b).

Diante disso, o autor aponta que o auxílio emergencial, que foi uma proposta de renda para auxílio frente a pandemia, mas que não cobre todas as despesas de uma pessoa ou família, além das dificuldades para se ter acesso ao recurso. Acerca do auxílio, observa-se que foi uma luta a sua aprovação e, ainda assim, não se deu atenção aos casos invisíveis de pessoas que não são cadastrados no Programa Bolsa Família, no NIS (Número de Identificação) e que não tem acesso à internet.

Dessa forma, constata-se que a pandemia afeta muito mais as classes baixas do país e, como mostra Almeida (2021), os indicadores relativos à contaminação da COVID-19 tem recorte de classe e étnico racial. Esse público em muito se assemelha à amostra de egressos do Ensino Médio selecionada para este estudo. Eles se formaram muito recentemente e logo se depararam com a pandemia e com a crise econômica. Não têm a possibilidade de permanecer em isolamento, pois precisam trabalhar, como os entregadores, expondo-se aos riscos.

O questionamento que Antunes (2020b) traz é muito pertinente, quando diz que o capital se organiza de maneira muito rápida e assim atrapalha ainda mais a vida das pessoas de classes baixas. Indaga sobre como explicar para aqueles que não tem “teto” a necessidade da quarentena e a importância de se lavar as mãos; outro questionamento importante é sobre como estas classes vão enfrentar a pandemia e não saírem ainda mais miseráveis do que estavam antes. Assim, o autor considera que existem corpos específicos sendo experimentados diante do contexto do neoliberalismo juntamente da pandemia.

Outro fator importante a considerar é a questão educacional, tendo em vista que com o isolamento social e o fechamento das escolas surge o “Ensino Remoto” que, segundo Saviani (2020), é a expressão que vem sendo usada como alternativa à Educação a Distância que tem regulamentação e coexistia com a educação presencial antes da pandemia. Desse modo, estamos assistindo novos experimentos de ensino remoto que nem os alunos, nem os professores e nem as administrações educacionais estão preparadas, tendo que aprender a partir da realização. Para que o ensino remoto aconteça de maneira benéfica são necessárias algumas condições, como: o acesso dos alunos ao ambiente virtual, acesso à internet e alfabetização digital. Mas isso é questionável.

Como coloca Souza (2020), a escola está passando por um momento de resignificação, onde é preciso aprender a lidar com as tecnologias digitais que já estavam há muito presentes nas relações sociais. Mas isso vai de encontro com vários fatores, como a infraestrutura dos professores e alunos frente a essas novas relações. A autora mostra dados em que fica enfatizado que as classes médias têm infraestrutura mais propícia em casa e que as classes populares enfrentam problemas, como: número de cômodos da casa e, até mesmo, compartilhamento de aparelhos eletrônicos.

Outra questão importante a ser analisada conforme Saviani (2020), diante da conjuntura educacional no governo Bolsonaro, é a inconstância dos Ministros da Educação, bem como o que eles representam e defendem. Em pouco tempo de mandato três ministros assumiram o cargo, começando por Ricardo Vélez Rodrigues (01/01/2019 a 08/04/2019), que tinha um discurso predominantemente religioso, mas que deixou o cargo com três meses. Em seguida,

assume Abraham Weintraub (09/04/2019 a 19/06/2020), que proferiu vários ataques às universidades, bem como à Lei nº 12.711/2012 (conhecida como a Lei de Cotas), sendo, contudo, demitido do cargo. O cargo de Ministro da Educação ficou vago no período de 20/06/2020 a 16/07/2020 e o terceiro Ministro, Milton Ribeiro (16/07/2020 a atual), é pastor e até o presente momento não mostrou propostas efetivas para a educação, tampouco medidas da coexistência desta com o momento pandêmico da COVID-19.

Diante do exposto, é mais que necessário que os movimentos contra-hegemônicos continuem na luta em defesa de uma escola unitária que, segundo Saviani (2020), possibilite que os jovens acessem uma profissão de qualidade, bem como ingressar no ensino superior de forma igualitária. Assim, é nessa conjuntura política, educacional, pandêmica e de incertezas que o Brasil se encontra e que o presente estudo foi realizado.

1.7 Juventude e seu perfil

Além do que foi apresentado até aqui, é importante discutir sobre a juventude, tendo em vista que é o recorte abarcado por esta pesquisa. Dessa forma, é necessário entender a juventude nas suas dimensões socioeconômica, racial, de gênero, territorial, bem como o contexto familiar. Esses aspectos serão fundamentais para conhecer os sujeitos da pesquisa e, assim, compreender o percurso dos egressos e a influência do neoliberalismo diante deste.

Falar sobre juventude merece uma atenção especial, já que muitas vezes esse debate cai no senso comum quando é tratado de maneira homogênea. Segundo Brenner, Dayrell e Carrano (2008) essa homogeneidade não ocorre, devido à vasta diversidade de jovens associados a diferentes bases socioeconômicas que possibilitam os diferentes acessos, experimentações, cultura, bem como lazer e tempo livre. Segundo esses autores, na juventude são construídas as identidades e descobertas de potenciais, bem como a inserção nas relações sociais.

Dessa forma, a juventude é heterogênea e deve ser analisada conforme sua variedade de contextos e circunstâncias; apontamentos da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de 2004, a partir das colocações de Abramovay e Castro (2015), “isso equivale a dizer que as experiências, representações e significados que definem a juventude não são únicos e, portanto, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo” (p.13).

Acerca do recorte de idade geracional, a Assembleia Geral das Nações Unidas em 1985 definiu a juventude como aqueles que possuem idade entre 15 a 24 anos; mas nota-se que no

Brasil vem sendo considerada a faixa etária de 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013), que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

A partir de então, é importante destacar que não existe apenas uma juventude, conforme Abramovay e Castro (2015) existem juventudes, tendo em vista seu caráter plural que está ligado com a construção social, estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, entre outros. Dessa forma, é importante analisar a juventude enquanto um processo e não apenas um grupo etário, como aponta Heilborn et. al. (2008), isso é central para analisar os desdobramentos que cada jovem vivencia. Segundo Junqueira (2005), a faixa etária não pode ser tomada como variável independente, pois os jovens vivem em diferentes dinâmicas sociais com capitais sociais variados.

A necessidade de falar em juventudes advém de influências de vários pensadores, como Bourdieu, a partir de quem Santos e Scopinho (2011) apontam que podemos diferenciar as distintas maneiras de vivenciar a juventude de acordo com os atributos sociais, além de como cada questão social afeta determinado jovem, que é o foco desta pesquisa, quando busca compreender os caminhos seguidos pelos egressos, seja no mundo do trabalho e/ou continuação dos estudos, aliado a seu perfil específico. Com isso, alguns estudos serão importantes para a pesquisa a fim de analisar as especificidades que cercam a juventude.

No que se refere ao contexto de classe econômica, existe uma diferença estrutural que divide as classes dominantes das dominadas, fazendo com que assim existam as elites e as classes altas que são mais favorecidas, bem como existam as classes médias e os pobres que se encontram em condição de vulnerabilidade econômica. Vale destacar que, segundo Boneti (2008), a maioria da população se encontra dentre as classes médias e pobres e criam assim estratégias de sobrevivência em uma sociedade que a racionalidade burguesa prospera.

Nesse cenário, as classes baixas encontram dificuldades no “acesso aos recursos, às instituições, à produção de saber, às tecnologias e as riquezas produzidas socialmente” (BONETI, 2008, p.112), e assim dependem de sua própria condição social para alcançar os objetivos. Em contrapartida, existe um monopólio das classes dominantes para o acesso aos bens a partir das restrições criadas pela racionalidade burguesa, o que permite que as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza sofram pela lógica do capitalismo e do etnocentrismo. Levando isso em consideração, “a população que vive em situação de vulnerabilidade, motivada pela necessidade de sobreviver, cria recursos e práticas sociais

apenas para conseguir usufruir desses recursos enquanto estes permanecerem restritos ao contexto pobre” (BONETI, 2008, p.113).

Os autores Dayrell e Jesus (2016) também pensam os contextos socioeconômicos e as relações das famílias com os estudos e a escola, para compreender os impactos das desigualdades na trajetória escolar. Eles situam a escolaridade dos pais, bem como suas profissões, para assim entender a influência da família nos estudos e nas percepções de futuro dos alunos. Os autores enfatizam que muitos pais têm baixa escolaridade e profissões com baixa remuneração. Além disso, é destacado que as famílias se modificaram, em relação às estruturas familiares tradicionais, que possuem a presença de pai e mãe, e isso deve ser considerado tendo em vista “as transformações que vêm ocorrendo nas famílias brasileiras e as complexas relações entre família e escola que extrapolam uma relação de causa e efeito com a pobreza” (p.411).

As contribuições de Ribeiro (2011) também chamam a atenção para a importância de compreender as estruturas familiares que os alunos estão inseridos, bem como a quantidade de integrantes das famílias, para analisar o desempenho deste aluno diante da sua trajetória. O autor afirma que “quanto maior for a capacidade da escola de oferecer ensino de qualidade capaz de superar as desvantagens de origem social dos alunos, maiores são as chances do sistema diminuir as desigualdades de oportunidades educacionais” (p.41). Outro aspecto que Ribeiro (2011) chama a atenção é a territorialidade, ou seja, qual a origem do jovem, pois isso ajudará a compreender o contexto social que se encontra.

Acerca da questão da territorialidade, será importante dialogar com os apontamentos de Siqueira (2016), que estuda os territórios e as percepções das fronteiras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ a partir das disputas de facções existentes, e analisa os impactos disso na juventude pertencente a estes espaços. Esse aspecto deve ser considerado neste estudo, pois a Escola dos egressos, objeto deste estudo, localiza-se um pouco distante da região central da cidade e está próxima a uma comunidade apontada pelos moradores como sendo pertencente a uma das facções da cidade. Isso ocasiona uma série de conflitos referente à divisão das favelas e bairros periféricos em territórios de facções rivais, que são responsáveis pela comercialização de drogas ilegais na cidade:

O comércio de drogas ilegais na cidade de Campos dos Goytacazes é “dominado” por dois grandes grupos estabelecidos na favela Baleeira e na Tira Gosto. A partir dos anos 90, os mesmos se tornaram rivais e passaram a se identificar por duas facções, Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA). Como consequência desta rivalidade, que implica disputas pelo domínio de territórios de vendas de drogas, emergem conflitos que incidem de modo diferenciado na vida e na rotina dos

moradores de bairros periféricos e das favelas, principalmente dos jovens (SIQUEIRA, 2016, p.10).

Assim, podemos observar que estes conflitos também se aproximam do ambiente escolar e deve ser levado em consideração para a análise do perfil dos jovens, uma vez que eles vivenciam toda essa realidade da comunidade escolar, muitas vezes como moradores, outras apenas como alunos.

No que se refere à raça, é importante compreender como isso afeta a juventude, uma vez que vivemos em uma sociedade que reproduz o racismo estrutural que tem as raízes no histórico da escravidão. Silva (2005) aborda como a população negra sempre foi excluída do contexto social, devido à exploração da sua mão de obra, sendo o negro, muitas vezes, tratado como não humano, sendo trocado e vendido. Isso reflete até os dias hoje em vários âmbitos, principalmente no mercado de trabalho e no acesso à educação.

Além disso, conforme Santos e Scopinho (2011), o Brasil teve um processo de abolição tardio e controverso, tendo em vista que os “ex-escravos” tiveram muita dificuldade de se inserir no mercado de trabalho após a abolição, já que houve a preferência pela mão de obra imigrante e branca. Após esse episódio, o país passou por um processo de embranquecimento e de construção de um mito de democracia racial que somente fortificaram as desigualdades raciais existentes.

Essas colocações implicam na discriminação existente que perpassa principalmente a construção da identidade dos jovens negros que passam por conflitos, tendo em vista que vivem em uma sociedade com moldes e valores brancos. Teixeira (2005) aponta a dificuldade da auto identificação negra em uma sociedade que tradicionalmente estigmatiza a negritude, associando-a ao fracasso, à escravidão, à submissão aos não-negros, à criminalidade e à marginalidade. Todas estas questões interferem na forma como a juventude negra irá se inserir na sociedade, bem como as cobranças que sofrem devido às desigualdades raciais.

A questão de gênero também é um fator de desigualdade que abarca a juventude, tendo em vista a divisão sexual do trabalho existente na sociedade, bem como os preconceitos advindos do machismo nos diferentes níveis, seja no acesso da juventude feminina no mundo do trabalho ou na busca por continuação na formação profissional.

Hirata e Kergoat (2007) chamam a atenção para o trabalho invisível que é destinado para as mulheres, que muitas vezes acontece sem remuneração e, ainda, atrapalha o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, que além de enfrentarem disparidades salariais se tornam sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho. Além disso, chamam a atenção que a luta pela

igualdade de direitos está longe de chegar, tendo em vista que ao mesmo passo que as mulheres começam a adentrar o mercado de trabalho, acabam deixando o trabalho doméstico para outras mulheres, fazendo com que as desigualdades se perpetuem.

Outro aspecto é acerca da gravidez precoce que algumas jovens enfrentam, seja por motivos de desigualdade de gênero ou pela falta de acesso ou conhecimento sobre os métodos contraceptivos. Na pesquisa realizada por Heilborn et. al. (2008) foi mostrado que existe certo despreparo dos jovens nas relações sexuais, devido ao lugar passivo que as mulheres se encontram nas relações estruturais. Além disso, existem as questões de moralidade que cercam os casais que acabam não conversando sobre as formas de contracepção e proteção. Isso pode interferir no futuro dos jovens e, principalmente, das mulheres que acabam precisando se dedicar ao trabalho invisível de cuidado quando poderiam estar dando sequência nos planejamentos futuros.

A partir da exposição de todos esses fatores socioeconômicos que a juventude vivencia é importante destacar que eles andam juntos, mesmo com suas especificidades. Com isso, vale destacar as teorias de interseccionalidade e consubstancialidade discutidas por Hirata (2014), que priorizam levar em conta as múltiplas fontes de identidade para fins de análises.

A primeira teoria foi difundida por Kimberlé Crenshaw nos anos 2000 para designar a interdependência das relações de poder, de raça e de gênero. A segunda teoria foi desenvolvida por Danièle Kergoat no final dos anos de 1970 para designar as relações de gênero e de classe. As duas teorias têm em comum o intuito de não hierarquizar as formas de opressão, mas se diferenciam pelas suas influências, sendo que a interseccionalidade advém do feminismo negro que tinha como objetivo elevar as lutas contra o feminismo branco e heteronormativo. A consubstancialidade surge da preocupação de compreender a divisão social do trabalho.

O que vale refletir é que ambas as teorias trazem contribuições para compreender as especificidades dos indivíduos, vale destacar a interseccionalidade de geometria variável que, para além de pensar nas questões de gênero, de classe e de raça, também se preocupam com as demais categorias como sexualidade, idade, religião, moradia, entre outros.

Segundo essas teorias, as categorias não são fixas e estão inseridas em relações dinâmicas, por isso as questões não devem ser colocadas no mesmo plano e as categorias não devem priorizar umas às outras, uma vez que necessitam ser historicizadas. Com isso, Hirata (2014) define que são “teorias transdisciplinares que visam apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de um enfoque integrado” (p.63).

Estas teorias são vistas como formas de combater as opressões existentes que estão imbricadas, portanto serve de instrumento de luta política. Além disso, Hirata (2014) diz que

elas contribuem para pensar nas dominações e reproduções existentes, fornecendo assim formas para compreender as desigualdades. Exemplos disso são as influências dessas teorias para compreender as desigualdades salariais existentes no Brasil, colocando os homens brancos com a melhor posição e, por último, as mulheres negras. Além disso, auxiliam nos interesses jurídicos e políticos, como nas denúncias de discriminações raciais e de gênero.

A questão socioeconômica bem como o debate acerca da juventude estão diretamente atrelados às escolhas profissionais, que são feitas na transição da juventude para o mundo adulto, seja o mercado do trabalho, a continuação dos estudos, o acesso ao ensino superior ou nenhuma dessas, vindo a compor a categoria “Nem Nem”, discutida por Cardoso (2013).

Nessa perspectiva, é muito importante pensar essas “escolhas” de maneira relativizada como propõe Bastos (2005), tendo em vista que os jovens pertencentes às classes subalternas, dentro de uma sociedade capitalista, possuem graus muito limitados de liberdade de escolha, pois sua condição de classe, muitas das vezes, os leva a percorrer caminhos em que as necessidades superam as vontades próprias. Assim, faz-se necessário pensar na argumentação de Coutrim e Cunha (2011) que debatem sobre escolha ou destino para pensar como se movimenta uma geração frente às transformações que passam após o Ensino Médio.

Dentro dos caminhos possíveis que percorrem os egressos desta pesquisa, nos atentamos às discussões sobre o mercado de trabalho de maneira geral, levando em consideração as várias transformações que o mundo do trabalho vivencia, diante do contexto de flexibilidade e de forte desemprego. Com isso, houve a necessidade de recorrer a autores contemporâneos que abordam o mundo do trabalho, afim de analisar como o contexto de flexibilidade e de precariedade do trabalho interferem nos rumos da juventude.

Outro fator importante é a capacidade de consumo da juventude, que Santos e Scopinho (2011) enfatizam que está atrelada à busca pela independência de que os jovens necessitam e que fazem com que consigam um emprego ou trabalho. Mas, levando em consideração o forte desemprego da atualidade nota-se que:

Para os jovens, o trabalho é tido como dever, obrigação social; é não ter tempo, é ser responsável, é ser digno. Por outro lado, a vivência do desemprego, a exclusão do mercado, promovem a interiorização de uma imagem negativa, desmoralizante, carregada de sentimentos de inferioridade e inadequação. Estar desempregado é não ter utilidade, não ter lugar para ser, é ser um peso para a família, um parasita, um não ser (DIAS; BOLGACOY; CAMARGO, 2007, p. 28 apud SANTOS; SCOPINHO, 2011).

Diante disso, é necessário considerar as desigualdades de oportunidade que abrange cada especificidade de jovem. Levando em consideração a conjuntura política neoliberal, vale recorrer à pesquisa de Fagiani e Previtali (2019) que retrata a influência na formação do jovem trabalhador brasileiro, analisando as desigualdades de renda após a conclusão do ensino médio. As autoras chamam a atenção para a conjuntura da educação na contemporaneidade e dizem que:

[...] As políticas e reformas educacionais implementadas na educação básica privilegiam uma formação educacional voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho (flexibilidade, adaptabilidade e empregabilidade) e obstaculizam propostas de uma educação crítica, que possibilita a formação de um sujeito social conhecedor de si mesmo e das relações socioculturais que cercam (FAGIANI; PREVITALI, 2019).

Outra alternativa dos jovens seria a continuidade dos estudos, ingressando assim num curso superior ou técnico profissionalizante. Isso estaria relacionado ao desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo em vista que é o exame que representa uma das alternativas de inserção no ensino superior. Segundo Boneti (2008), é sabido que o ensino superior é o que garante maior profissionalização para os jovens, mas algumas dificuldades são encontradas no acesso, como a fragilidade do ensino básico e a sua necessidade de satisfazer as demandas do mercado de trabalho.

Acresce que as condições socioeconômicas também interferem neste quesito, tornando o acesso ao ensino superior público uma competição desigual, o que ocasiona na busca pelo ensino privado, já que, muitas das vezes, as vagas das instituições públicas são destinadas às classes dominantes, pois estudam em melhores colégios e possuem maiores desempenhos na avaliação do Enem, utilizado no processo seletivo. Além disso, como chama a atenção Bastos (2005), nem todas as famílias têm recursos para matricular seus filhos em um cursinho de pré-vestibular e nem mesmo pagar uma faculdade privada. Outras vezes, muitos jovens têm a necessidade de apenas ter como perspectiva o mercado de trabalho.

Uma possibilidade muito recorrente diante de todo o referencial teórico discutido é a escolha dos jovens por dar continuidade aos estudos e trabalhar ao mesmo tempo. Isso chama a atenção sobre a flexibilidade apontada por Costa (2009) e Sennett (1999), tendo em vista que é uma característica fundamental do neoliberalismo.

Outra realidade brasileira é o fato de alguns jovens que não darem continuidade aos estudos e não acessarem o mercado de trabalho. Sendo assim, são considerados *sobrantes*

conforme Castel (1998), quando analisa a desfiliação que ocorre no mercado de trabalho. Segundo esse autor, os indivíduos precisam estar inseridos na sociedade salarial para que tenham seus direitos básicos assegurados. Na prática o que acontece, principalmente em países periféricos como o Brasil, é uma grande taxa de desemprego que faz com que as pessoas não tenham asseguradas suas condições básicas de proteção.

Desse modo, ser um sobranete na sociedade capitalista é se tornar individualizado e não contribuir para a coesão social que a sociedade assalariada proporciona, como mostra Castel (1998). Essa condição também se estende aos trabalhadores autônomos e flexíveis, como visto acima, já que não se encontram em condição de assalariados. Sendo assim, os sobrantes passam a ser descartáveis na sociedade capitalista, como aponta Maciel (2014), ficando à margem em uma sociedade em que os indivíduos competem por patrimônio e por melhores ocupações e posições na interdependência.

Aliado a isso, a condição do jovem que não estuda e não trabalha é chamada de “nem nem”, como discutida por Cardoso (2013). A denominação tem origem espanhola e foi percebida no Brasil na crise de 2008, que dificultou a chegada de jovens de classes baixas aos estudos e ao mercado de trabalho. Condição que sempre existiu, segundo o autor, mas que após a crise passou a ser cada dia mais enfatizada. O autor diz que esta condição pode estar associada aos contextos de inserção social das famílias e das trajetórias individuais que são marcadas por várias desigualdades.

O autor aborda que este fenômeno é estrutural e está relacionada à desigualdade de gênero, ao local de origem, à estrutura familiar e à raça. Essas são algumas características que esta pesquisa visa analisar. Segundo Cardoso (2013), as possibilidades de encontrar-se na condição “nem nem” pode estar associada ao tamanho do município e sua oferta de emprego no mercado de trabalho, bem como a renda familiar, ao número de filhos e, também, devido aos jovens terem que cuidar dos irmãos ou serem pais e mães de maneira precoce. Várias variáveis devem ser analisadas e estas estarão presentes na análise dos dados obtidos e apresentados neste trabalho.

Outro importante fator a considerar é compreender quais são as influências do neoliberalismo a partir dos caminhos percorridos pelos jovens, levando em consideração as teorias mencionadas acima, bem como os estudos de Dardot e Laval (2016). Para esses autores, a subjetividade neoliberal é a internalização de normas e condutas neoliberais em que os indivíduos se auto gerenciam como minipresas, buscando o sucesso individual.

O sujeito neoliberal segundo Dardot e Laval (2016) se torna cada dia mais competidor, usa seu máximo esforço para atingir o melhor desempenho possível e assume sozinho a

responsabilidade de seus eventuais fracassos. Os autores alegam que com a acirrada competição os indivíduos se tornam “empreendedores de si mesmos” e se veem como uma empresa que vende serviços ao mercado. Essas reflexões serão importantes para identificar a internalização desta subjetividade nos discursos dos alunos quando foram estimulados a responder sobre a sua realidade após a conclusão do Ensino Médio.

A subjetividade neoliberal proposta por Dardot e Laval (2016) sempre esteve ligada aos discursos meritocráticos, o que também será analisado no discurso dos egressos entrevistados. Para Foucault (2008), os indivíduos dentro dessa lógica passam a operar como capital humano, como se a classe não fosse causa das desigualdades, mas sim porque o indivíduo está mais apto ou não a investir em si próprio. Essas características do neoliberalismo serão levadas em consideração na análise sobre quais caminhos os recém egressos do Ensino Médio estão trilhando após a formação.

Outra questão a ser levantada refere-se aos direitos e à cidadania. Foi discutido que a desigualdade de oportunidades existe principalmente em um país marcado pela escravidão e desigualdade racial, bem como as desigualdades de classe e de gênero. Tendo em vista que as classes dominantes tomam cada dia mais a hegemonia das instituições, como sugeriu Gramsci (2004), vale compreender como o discurso neoliberal acarreta uma percepção adulterada dos direitos. Estas questões serão analisadas a partir das contribuições de Brown (2018), que já foram apresentadas acima e abordam as responsabilidades que os indivíduos carregam pelas falhas do Estado, e que ocasiona a falta de organização de classes e de luta pelos direitos da classe trabalhadora, como aponta Antunes (2020a).

Isso acontece tanto nos direitos como trabalhadores, bem como na luta pela educação. Neves (2005) aponta que a responsabilização social de cada indivíduo também é utilizada como estratégia para minimizar os efeitos da superexploração que boa parcela da sociedade está submetida, passando por cima dos direitos educacionais e das relações de trabalho. A ideia de cidadania passa a ser deturpada e o neoliberalismo ganha a frente dos discursos e das ações dos indivíduos, perpassando suas relações sociais e individuais. Para além dos problemas de classe, podem ocasionar problemas psicológicos e a falta de organização popular frente à estrutura que os cerca.

Sendo assim, com esse arcabouço teórico, a pesquisa visa contribuir para pensar sobre até que ponto as influências do neoliberalismo na educação dos jovens contribuem para a manutenção das desigualdades existentes no mundo contemporâneo, tomando-se como amostra um recorte de jovens egressos de um Colégio específico. Acreditamos que, a partir desse caso,

poderemos pensar a educação de jovens, refletindo tendências identificadas de forma mais geral.

CAPÍTULO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado o percurso metodológico desta pesquisa. Inicialmente, será apontado a sua natureza, a classificação, a especificação dos instrumentos metodológicos e os procedimentos, com suas etapas, para a execução deste trabalho. Ao descrever sobre um dos instrumentos metodológicos de coleta de dados, será descrita de forma mais detalhada a entrevista com os sujeitos deste estudo e as limitações para a sua realização. Em seguida, será feita a caracterização do Colégio, onde os egressos estudaram, o motivo para a sua escolha e, ainda, o perfil geral dos discentes. Por último, é apontado o contexto em que a pesquisa foi realizada.

2.1 Natureza, classificação, instrumentos e procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa é uma investigação de natureza empírica, do tipo básica, pois busca traçar um panorama de uma determinada realidade. Ela foi desenvolvida de forma que contribua para refletir sobre os fenômenos estudados, em seu contexto, tendo como subsídio o arcabouço teórico e legal sobre a temática da educação, em especial o Ensino Médio, a juventude, o neoliberalismo e o trabalho. Quanto aos objetivos, ela se caracteriza como exploratória, do tipo estudo de caso, tendo como campo de investigação os egressos do Ensino Médio de um Colégio Estadual do Município de Campos dos Goytacazes/RJ.

A pesquisa exploratória contribuiu para que fosse possível maior familiaridade com o problema objeto desta pesquisa, qual seja: como o neoliberalismo influencia na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio, de um Colégio Estadual de Campos dos Goytacazes/RJ, após um ano de formação? Essa maior aproximação com o problema permitiu clarear o tema e construir as hipóteses.

Considerando a abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que procurará interpretar os ocorridos observados onde eles estão inseridos, considerando a particularidade de cada sujeito desta pesquisa (NASCIMENTO, 2016). Nesse sentido, com a finalidade de responder aos objetivos estabelecidos, houve uma combinação de variados procedimentos metodológicos, como uma revisão bibliográfica, na literatura e na legislação.

Os conteúdos selecionados sobre a temática foram catalogados e serviram para discutir os eventos objetos do estudo, que foram apresentados no Capítulo 1. Para a abordagem dos temas os autores e as suas obras foram selecionados e optou-se por apresentar as reflexões de alguns clássicos, por entender que as suas ideias poderiam ajudar a compreender e a discutir os

acontecimentos do atual estudado e, ainda, utilizou-se das obras de autores da contemporaneidade. Houve a preocupação de que esta seleção de autores e obras fosse adequada ao recorte temático a ser investigado. Conforme Doxsey e De Riz (2003), o levantamento bibliográfico é um importante estágio para que o pesquisador possa utilizar as teorias e conceitos para estudar os fenômenos propostos.

Inicialmente, foi realizada a leitura dos textos selecionados e, em seguida, foram elaborados resumos e fichamentos, destacando os pontos mais relevantes tanto para a abordagem dos temas quanto para a elaboração do roteiro inicial das entrevistas. Segundo Doxsey e De Riz (2003), no levantamento a leitura é um hábito que deve ser cultivado, por ela o pesquisador se inteira sobre o que os autores discutem sobre os fenômenos que serão estudados e, durante a leitura, é importante levantar as informações que poderão ser úteis e destacar os trechos mais importantes e citações.

Junto do levantamento das referências, foi feita a seleção da legislação pertinente ao tema abordado, principalmente sobre a educação. Essa base teórica contribuiu para o exercício de reflexão e crítica sobre o conteúdo, despertando a inquietação sobre o tema (GIL, 1991). Outro procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados foi a entrevista com os sujeitos da pesquisa. Inicialmente, foi elaborado um roteiro prévio, semiestruturado, a partir de objetivos claros.

A leitura prévia dos textos dos autores, na fase do levantamento das referências e da legislação, foi fundamental para se chegar às perguntas iniciais contendo as informações necessárias que se pretendia obter, como bem pontuado por Szymanski (2004), quando explicita que para o desenvolvimento da entrevista os seus objetivos precisam estar claros, assim como a informação que se pretende obter. Esse roteiro prévio foi aperfeiçoado na fase do teste. Além disso, o roteiro serviu como pontapé inicial e os entrevistados foram sendo incentivados a falar sobre o tema, conforme a resposta de cada um.

A população selecionada para a entrevista foram os egressos do Ensino Médio de um Colégio Estadual de Campos dos Goytacazes/RJ, com 1 (um) ano de conclusão, em média. Dentre aproximadamente 70 egressos distribuídos por quatro turmas foi selecionada uma amostra inicial de 23 (vinte e três) jovens. A participação da pesquisadora nos anos de 2018 e 2019 no Programa de Residência Pedagógica (PIRP) foi o que permitiu a aproximação com o Colégio e com os discentes.

A coleta de dados junto aos egressos foi facilitada por esta oportunidade, sendo assim, a escolha da amostra se deu com base no número de alunos que se mantiveram em vínculo desde àquela época, nos grupos da disciplina de sociologia no aplicativo de WhatsApp. A

interlocução com os alunos para participar da pesquisa ocorreu de maneira fácil, mas não foi possível respeitar um equilíbrio de gênero dentre os entrevistados, pois não foram todos os que demonstraram interesse em participar da pesquisa.

A entrevista foi agendada com os 23 (vinte e três) egressos da amostra selecionada. Todos concordaram em participar, mas destes apenas 14 (quatorze) concluíram a entrevista e 9 (nove) desistiram de participar, alguns nem chegaram a iniciar e outros não deram continuidade, mesmo com a insistência da pesquisadora. Esses egressos foram estimulados a responder sobre a formação recebida e de que maneira ela contribuiu para a sua inserção social, quer seja na área educacional (continuação dos estudos) e/ou no mercado de trabalho, bem como outras trajetórias.

Antes da entrevista foi elaborado um roteiro sucinto, mas esclarecedor, para que as entrevistas não fossem cansativas. Optou-se pelo roteiro semiestruturado, pois as questões foram melhor organizadas sobre o tema pesquisado, permitindo que o entrevistado falasse livremente sobre os assuntos que fossem surgindo a partir do desdobramento do tema principal. Foi realizado um pré-teste, um mês antes do início da realização das entrevistas, para ajustes nas perguntas e tópicos, nesse sentido o roteiro seguiu três eixos: perfil socioeconômico, ensino médio e vida profissional. Cada eixo teve em média 10 perguntas, mas devido às entrevistas partirem de um roteiro semiestruturado o número de questões, ao final, variou bastante conforme os desdobramentos.

As entrevistas foram realizadas durante um período de quatro meses, de setembro a dezembro do ano de 2020. O tempo para a realização das mesmas variou bastante conforme a disponibilidade do entrevistado. Isso porque, considerando o cenário pandêmico do mundo pelo Coronavírus, onde o distanciamento social era uma das medidas para minimizar o contágio da SARS-COV-2, COVID19, a entrevista foi realizada a distância, utilizando a tecnologia de informação e comunicação (TIC) que o público selecionado para a pesquisa tinha mais condições de acesso, o aplicativo de conversas WhatsApp.

Além da questão do acesso, outras preocupações para a escolha da TIC foram levadas em consideração, como apontou o estudo de Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), que para o processo de escolha da plataforma para a realização da entrevista online deve-se considerar as necessidades do estudo, a relação custo-benefício, a segurança do aplicativo, além do grau de dificuldade para o acesso e a familiarização com o mesmo, pelo próprio pesquisador, mas sobretudo pelos participantes. Dessa forma, a escolha levou em consideração estes apontamentos, além da questão da gratuidade e a sua difusão na comunicação virtual de grande parte da população, principalmente dos sujeitos da pesquisa, como foi o caso do WhatsApp.

Outro aspecto explicitado por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), foi a questão das limitações de acesso à internet e a equipamentos para o uso da plataforma para a entrevista online. Podem ocorrer, sobretudo, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, como foi o caso do período pandêmico. A entrevista online da amostra selecionada poderia ter sido prejudicada devido ao acesso dos participantes à internet, principalmente se tivessem que utilizar os dados móveis das operadoras em seus aparelhos celulares.

Importante ressaltar que foi perguntado aos egressos quais eram as plataformas mais utilizadas por eles, o WhatsApp e o Instagram foram os aplicativos mais mencionados. Além disso, o aplicativo é de fácil acesso podendo ser utilizado com Wi-fi ou pelos dados móveis. Isso porque nem todas as pessoas têm acesso a uma rede de Wi-fi, mas normalmente recorrem aos pacotes de dados das operadoras para acesso à internet, esse também foi um dado que apareceu após questionamentos aos jovens.

Quanto ao equipamento, o aparelho utilizado foi, predominantemente, o celular, pois entendeu-se que nem todos possuíam um computador. Tanto o uso do celular quanto o aplicativo do WhatsApp foram facilitadores para a interlocução devido à familiaridade e ao acesso. Outro facilitador do aplicativo foi o fato dos entrevistados poderem responder tanto pela forma escrita quanto por mensagem de voz (áudio), o que, de fato, ocorreu. Aliado a isso, muitos jovens, devido a rotina corrida, respondiam as questões no seu tempo e no seu ritmo, garantindo-lhe conforto e segurança.

Assim, eles responderam no tempo livre ou no intervalo do trabalho, por exemplo, que foi o caso de muitas entrevistas realizadas. Isso contribuiu para que as entrevistas fossem concluídas mesmo em um período de isolamento social. Desse modo algumas entrevistas foram concluídas no mesmo dia do contato inicial e outras perduraram por meses. Mas, a despeito destas facilidades apontadas, a realização das entrevistas por meio do aplicativo de conversas WhatsApp encontrou algumas limitações e desafios, como a falta de um diálogo contínuo, o que interferiu no andamento das mesmas, uma vez que foi necessário retomar e situar os entrevistados várias vezes sobre o assunto abordado.

Nas entrevistas que duraram muito tempo as respostas mudavam muito, nesse caso optou-se por utilizar os dados respondidos pela primeira vez. As entrevistas mais longas tiveram como ponto positivo a possibilidade de acompanhar algumas conquistas e desafios dos jovens, como o fato de uma interlocutora ter sido aprovada em uma universidade pública. Além disso, muitos egressos continuaram mantendo contato após as entrevistas para compartilhar novas conquistas e complementar respostas anteriores, de maneira amigável ou em forma de desabafo,

como o exemplo de um aluno que contou sobre a rotina exaustiva de trabalho e solicitou ajuda para escolher um curso superior.

Ainda sobre a entrevista, vale a pena destacar a forma como ela foi operacionalizada. Num primeiro momento, houve o contato inicial, por meio do WhatsApp, com os egressos selecionados, momento em que houve a minha apresentação, a da Instituição e a do Programa em que eu estou vinculada, o tema da pesquisa, a sua finalidade e os objetivos do trabalho. Houve a solicitação de permissão para realização de transcrições, foi informado o direito ao anonimato, o acesso às gravações e análises e a abertura de espaço para fazer perguntas. Com a aceitação em participar da entrevista, foi combinado qual a tecnologia seria utilizada para essa conversa, como descrito acima.

Outro momento importante foi a condução da entrevista, antes da abordagem das questões houve um espaço para a apresentação do entrevistado e o estabelecimento de uma relação cordial, isso contribuiu para uma maior aproximação e para deixar à vontade o entrevistado, onde ele pôde falar sobre ele mais livremente e sobre o objeto amplo da pesquisa. Esse aquecimento foi fundamental para se aproximar da pergunta geradora.

A questão desencadeadora foi feita e, para a sua elaboração, houve preocupação com os objetivos da pesquisa, sem que ela induzisse uma resposta e que possuísse termos do universo linguístico do entrevistado. Isso contribuiu para que as respostas trouxessem bons insumos para a pesquisa. Outro aspecto da condução da entrevista foi a compreensão sobre a fala do entrevistado, isso ajudou a manter o foco do problema estudado e, ainda, contribuiu para a elaboração de sínteses, que serviu para acompanhar a fala do entrevistado.

O que trouxe a entrevista para o foco e, ainda, com a formulação de questões de esclarecimento, sempre com bom senso e respeito ao entrevistado. Foi necessária a elaboração de questões de aprofundamento para alguns entrevistados que responderam superficialmente com breves respostas. Houve, em todo o processo, a devolução, isto é, a compreensão e análise sobre a experiência relatada pelo entrevistado. Assim, foi possível tirar dúvidas, enriquecendo os dados coletados.

Após a coleta de dados junto aos egressos, todas as entrevistas foram transcritas da forma como foram pronunciadas pelos entrevistados, tanto as respostas escritas quanto os áudios. Em seguida, foram agrupadas conforme os eixos: perfil socioeconômico, ensino médio e vida profissional, para facilitar as análises, as comparações, os cruzamentos de dados e o confronto com a revisão da literatura e legislação. Salienta-se, ainda, que os nomes dos entrevistados foram modificados para preservar a identidade dos mesmos.

Sobre a experiência da entrevista remota, é imprescindível destacar as lacunas, como a ausência do contato face a face ou “olho no olho”, o que permite que os interlocutores participem melhor da entrevista e, ainda, para minimizar o trabalho da entrevistadora. Nas entrevistas remotas foi necessária certa insistência nas respostas que, muitas das vezes, eram respondidas de maneira monossílabas como: sim, não e talvez. Assim, foram necessárias as questões de aprofundamento, o que também afetou um pouco nos dados obtidos, pois eram respondidas algum tempo depois, exigindo paciência da pesquisadora.

De forma geral, a experiência foi positiva e a pandemia proporcionou novas formas de utilização dos métodos de pesquisa, o que é válido com o avanço tecnológico e a ascensão do mundo virtual. Como destacaram Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 964), sem essas estratégias online de investigação, certamente haveria maior dificuldade para conhecer e refletir sobre diversos assuntos durante este período que merece ser estudado.

Vale salientar, que as entrevistas realizadas de maneira remota pode ter excluído alguns possíveis interlocutores, devido à falta de acesso à internet e a equipamentos, como o aparelho de celular, que ainda é restrito para algumas classes sociais. Cabe refletir que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contribuem para aumentar a desigualdade social, uma vez que muitas pessoas não têm condições de acesso. Mas, tendo em vista o contexto da realização da pesquisa, foi necessário respeitar as normas de segurança impostas pela OMS e pelo Estado Brasileiro e realizar as entrevistas a distância.

Após a coleta dos dados, para fins de análise, foram criadas categorias para melhor apresentar os dados e incluir todas as respostas. Conforme os eixos da entrevista, como o perfil socioeconômico dos jovens, ensino médio e vida profissional; para, em seguida, possibilitar a análise do conteúdo e dos discursos dos egressos. Além disso, para a análise, foram feitos cruzamentos dos dados com os resultados, despertando reflexões acerca do tema proposto. Para que se pudesse ter uma melhor compreensão acerca da temática do estudo, os resultados obtidos foram confrontados com as informações coletadas na revisão da literatura e nos documentos pesquisados, principalmente sobre o contexto do neoliberalismo, no qual a política educacional está inserida.

2.2 Caracterização do Colégio objeto da proposta de estudo e sua conformação no projeto neoliberal

Os egressos do Ensino Médio escolhidos para a coleta de dados estudaram no Colégio Estadual José do Patrocínio, situado no Município de Campos dos Goytacazes, no Norte

Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A cidade conta com uma população de 511.168 habitantes, segundo os dados do IBGE⁴. Está marcada na história por ter sido a última cidade brasileira a abolir a escravidão, a despeito de ter vários avanços, como uma das primeiras a receber energia elétrica. O Colégio mostrado na Figura 1, conhecido como CEJOPA, está localizado no Bairro Parque Leopoldina, aproximadamente três quilômetros do centro do Município de Campos dos Goytacazes/RJ.



Figura 1 – Imagem frontal da escola. Fonte: A autora.

Este Colégio fica próximo a uma das avenidas mais importantes da cidade, a Avenida Alberto Torres, e perto dos Bairros Pecuária, Nova Brasília e Parque Esplanada. Observa-se que no Bairro existem alguns comércios como padaria, farmácia, “mercadinho,” “churrasquinho”, em geral de pequenos comerciantes. Encontra-se, ainda, vários tipos de imóveis residenciais, desde casas visualmente bem estruturadas a casas simples, algumas construções em mau estado de conservação e necessitando de reformas, bem como prédios populares semelhantes aos conjuntos habitacionais.

No Bairro existem alguns templos religiosos de manifestações católica, evangélica e de religiões de matrizes africanas. Tem-se próximo ao Colégio um campo de futebol, pertencente ao Clube Campos Atlético Associação, mais conhecido como Roxinho. Na mesma rua do Colégio encontra-se uma instituição particular de educação, que oferece desde o ensino infantil

⁴ Conforme os dados do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>> Acesso em: 12/03/2020.

até à pós-graduação. Além disso, neste Bairro, a algumas quadras do colégio, está localizada a intitulada por seus moradores “Comunidade Baleeira” e vista, também, como “Favela Baleeira” por uma expressiva parte da cidade. Nota-se então, a partir deste cenário, que coexistem nesse Bairro pessoas de classes sociais e econômicas distintas, muitas delas estudam e fazem parte da comunidade escolar do CEJOPA.

Vale ressaltar que o Parque Leopoldina não é considerado pela população da cidade como um Bairro de prestígio, tendo em vista a proximidade da Comunidade/Favela Baleeira à estrutura dos imóveis e seus pequenos comércios. É considerado, em determinada medida, um Bairro desvalorizado, porém não tanto quanto os bairros muito mais distantes do Centro, como alguns que chegam a distanciar 45 quilômetros, como o Farol ou como o subdistrito de Guarus e seus bairros, que mesmo sendo alguns deles próximos ao Centro da cidade, são divididos por um rio, sofrendo, assim, com a segregação sócio espacial.

O acesso ao Colégio, onde os alunos da pesquisa estudaram, como informado na introdução deste projeto, se deu a partir da minha participação, como bolsista, do Programa de Residência Pedagógica (PIRP). Estive vinculada ao projeto no período de agosto do ano de 2018 até o final do ano de 2019. Nesse tempo, o vínculo estabelecido com os alunos foi bastante produtivo e enriquecedor, o que fez com que ele perdurasse até depois da formação dos mesmos no ensino médio, o que favoreceu a realização desta pesquisa.

O Colégio tem amplo espaço, a sua infraestrutura física conta com quadra, dois prédios, refeitório, pátio, biblioteca, sala da direção, sala dos professores, auditório e sala multimídia. O CEJOPA possui 1072 (um mil e setenta e dois) alunos, de acordo com as informações repassadas pela direção da escola, atualizadas em junho do ano de 2019. O Colégio funciona em todos os turnos (manhã, tarde e noite), ofertando Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Possui aproximadamente 120 (cento e vinte) funcionários, entre professores e outros servidores da educação. Em 2019 o Colégio implantou a proposta do Novo Ensino Médio Integral, ofertando o Curso Técnico em Administração, com ênfase em Empreendedorismo, para os alunos do 1º ano.

Vale destacar que é neste contexto que os ex-alunos analisados nesta pesquisa se encontravam quando estavam estudando no Ensino Médio. É importante dizer que os egressos estudaram em apenas um turno e, por mais que vivenciassem influências dessa implementação do novo Ensino Médio, estudaram apenas em um turno, manhã ou tarde, tendo em vista que apenas os alunos ingressantes no ano de 2019 passaram a cursar o “Novo Ensino Médio” integral.

Além disso, é importante destacar a posição da escola no cenário educacional mais amplo. Para isso, tomou-se como referência o desempenho dos seus egressos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, e que tem como objetivo avaliar o ensino médio. O ENEM também é utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior. Com o desempenho individual o estudante pode concorrer a uma vaga no ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a maioria das vagas nas universidades federais são ocupadas utilizando-se as notas obtidas no Exame. Nesse contexto, o ENEM figura como um indicador que oferece uma classificação das escolas, conforme o desempenho dos seus alunos nas provas que avaliam a proficiência em quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, além da Redação.

De acordo com o “Blog do Enem”, em 2019 o Colégio Estadual José do Patrocínio ocupou a 31º posição entre 38 escolas da cidade de Campos dos Goytacazes. A melhor performance registrada na cidade foi do Alpha Colégio e Vestibulares, com 604,79 pontos. A maior nota do Brasil foi 716.37, alcançada pela Organização Educacional Farias Brito de Fortaleza/CE. Dentre as dez escolas mais bem posicionadas em Campos dos Goytacazes, há apenas duas públicas, ambas do Instituto Federal Fluminense (IFF): 1. Campus Campos Centro, na 6ª posição, com a nota 576,84 e 2. Campus Campos Guarus, na 10ª posição, com nota 550,06. O colégio estadual mais bem classificado é o CE José Francisco Sales, na 15ª posição, com nota 505,05.

O Colégio Estadual José do Patrocínio, lócus desta pesquisa, obteve a nota 472,97, o que revela que a instituição não ostenta uma boa avaliação nesse exame. No contexto desta pesquisa, isso sugere que o seu público não representa o daqueles que miram o ensino superior como perspectiva de continuidade de estudos. Vale destacar que muitos até miram o ensino superior como alternativa, mas não apresentam condições de acessar. A análise detida da classificação das 38 escolas de Campos dos Goytacazes revelam aquelas que estariam mais afeitas à preparação dos seus egressos para esse fim. Como se viu, no topo da listagem figuram escolas da rede privada, localizadas em bairros nobres, cujos estudantes descendiam das famílias mais bem favorecidas da cidade, quiçá da região. O quadro 1 apresenta a classificação completa das escolas de Campos dos Goytacazes com as notas obtidas no ENEM.

Quadro 1: Classificação das escolas de Campos dos Goytacazes, conforme as notas obtidas no ENEM 2019

POSIÇÃO	ESCOLA	NOTA
1	Alpha Colégio e Vestibulares	604,79
2	Colégio Centro de Estudos Britto e Vitoi Ltda – Me	601,86
3	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	600,78
4	Colégio Professor Clovis Tavares Pro-Uni	595,50
5	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora Censatec	581,89
6	IFF – Campus Campos Centro	576,84
7	Colégio Integrado Joao XXIII	576,35
8	Externato Campista	574,06
9	Colégio Bittencourt	564,18
10	IFF – Campus Campos Guarus	550,06
11	Colégio Eucarístico	544,76
12	Colégio Batista Fluminense	524,96
13	E T E João Barcelos Martins	518,85
14	Centro Escola Riachuelo – Filial	505,88
15	CE Jose Francisco Sales	505,05
16	CE Joao Pessoa	502,99
17	CE Benta Pereira	501,85
18	Liceu De Humanidades De Campos	498,83
19	CE Doutor Phillippe Uebe	498,80
20	CE Manoel Pereira Gonçalves	496,38
21	CE Desembargador Alvaro Ferreira Pinto	493,20
22	CE Constantino Fernandes	491,21
23	CE Doutor Barros Barreto	490,71
24	CE Doutor Sylvio Bastos Tavares	489,98
25	CE Doutor Felix Miranda	488,28
26	CE Doutor Thiers Cardoso	485,78
27	CE Theotônio Ferreira De Araujo	484,75
28	CE Rotary II	478,86
29	CE Doutor Maximo De Azevedo	478,30
30	CE Dom Otaviano De Albuquerque	476,66
31	CE Jose Do Patrocinio	472,97
32	CE Almirante Barroso	468,25
33	CE Professor Herval De Souza Tavares	466,63
34	CE Coronel João Batista De Paula Barroso	466,20
35	CE Nelson Pereira Rebel	465,39
36	CE Quinze De Novembro	460,76
37	CE Nilo Peçanha	453,60
38	Ciep 056 Doutor Custodio Siqueira	444,79
	Média Cidade	512,66

Fonte: Blog do Enem, disponível em: <<https://blogdoenem.com.br/resultado-enem-campos-dos-goytacazes/>>. Acesso em: 14 mar 2021.

Saliente-se que no contexto educacional, exames de massa, como é o caso do ENEM, compõem a engrenagem neoliberal e representam estratégias de classificação e competição entre as escolas, os professores, os alunos, entre outros. Tendem a se converter em mecanismo de controle da qualidade, induzindo cobranças ou incentivos decorrentes dos seus resultados, aos moldes da cartilha neoliberal. Dada as desvantagens “naturais” das escolas das classes trabalhadoras, que padecem por escassez de investimentos em infraestrutura, falta de reconhecimento e valorização dos profissionais de educação, entre outros, a leitura acrítica de ranqueamentos, como o do ENEM, ocultam a realidade cruel do acesso à educação das classes populares.

Por outro lado, as escolas da rede privada, que lideram a classificação, são aquelas cujos egressos ocuparão as vagas mais concorridas nas universidades públicas e, posteriormente, os melhores postos no mercado de trabalho. Isso contribui para que a classe hegemônica continue ocupando os melhores lugares na sociedade, além de disseminar a pedagogia da hegemonia apresentada por Neves (2005).

Dessa forma, conseguem ocupar as posições consideradas dignas na sociedade e fica a cargo das classes subalternas ocupar o novo proletariado de serviços ou o proletariado precarizado, como denomina Antunes (2020), que é a classe trabalhadora que enfrenta trabalhos intermitentes, uma série de terceirizações e, por consequência, cada dia mais perdem seus direitos e se veem com mais dificuldades de se unir para reivindicá-los.

2.3 Caracterização geral do perfil dos discentes do Colégio em análise

Apresenta-se aqui uma caracterização geral do perfil dos jovens discentes do Colégio Estadual José do Patrocínio (CEJOPA), objeto deste estudo, para, assim, identificar a qual alunado está destinado o ensino do Colégio e, para além disso, nos ajudar a analisar o perfil da escola aliado aos egressos. A análise sobre o perfil dos egressos, sujeitos desta pesquisa, é apresentado no próximo capítulo.

Com base em pesquisas anteriores, informadas na introdução deste trabalho realizadas pela pesquisadora, foi observado que a maioria dos alunos que frequentam a escola pertence ao bairro onde a escola está localizada ou moram na Comunidade Baleeira. Além disso, existem muitos alunos de localidades próximas, como: Nova Brasília, Pecuária e no conjunto habitacional, conhecido como Pombal, localizado na Pecuária. Ademais, também existem

alunos de localidades mais distantes, que procuram o colégio por vários motivos, como, por exemplo, o fato dele oferecer ensino médio em três turnos (matutino, vespertino e noturno).

Nota-se que grande parte dos alunos relata que estuda e trabalha ou cuida de seus irmãos mais novos, podendo assim permanecer na escola apenas em um turno. Supõe-se que a maioria dos alunos do CEJOPA é de classe baixa ou pobre e, majoritariamente, negro. Esse cotejamento preliminar e geral do perfil dos discentes é melhor explorado, com base nos dados coletados, e apresentado no capítulo 3 deste trabalho.

2.4 Contexto no qual a pesquisa foi realizada

É importante ressaltar que toda a pesquisa foi realizada no contexto da pandemia do Coronavírus, SARS-COV-2, COVID19, vivenciada pelo mundo à partir do ano de 2019 e que trouxe mais um ingrediente ao universo das preocupações do pesquisador. O distanciamento social, que foi uma das medidas de biossegurança impostas para evitar o contágio e para não sobrecarregar ou colapsar o sistema de saúde, impôs algumas dificuldades para o estudo e para a pesquisa, mas, ao mesmo tempo, intensificou as interações online e o uso cada vez mais crescente das TICs para as mais variadas tarefas e relações interpessoais.

Isso fez com que os pesquisadores lançassem mão de novas estratégias, como foi o caso desta pesquisa, para se adaptar a essa nova condição nesse período pandêmico, onde tudo é dificultado pela ausência do contato face a face. Sendo assim, foi nesse cenário que a pesquisa foi realizada. Ela não trouxe desafios a pesquisadora, mas, também, para os participantes da pesquisa, que estavam recém-saídos do Ensino Médio e tendo que se inserir socialmente num contexto de incertezas políticas, econômicas e sociais, que serão descritas ao longo do trabalho.

Apesar dos desafios apontados neste capítulo, foi possível realizar a pesquisa e observar os aspectos positivos, negativos e as potencialidades de uma pesquisa realizada a distância. Essa experiência nos fez sair do nosso lugar de conforto (daquele lugar em que estávamos acostumados) e lançar mão de estratégias que fossem capazes de cobrir as lacunas existentes. Ressalta-se, ainda, que a orientação para esta pesquisa foi realizada a distância, assim, também, foram coletados os dados. Foi possível observar que aprendemos muito nesse caminhar, que foi razoavelmente tranquilo, devido à familiaridade já consolidada com as TICs, portanto, foram menores as resistências e foi possível uma boa produtividade.

CAPÍTULO 3 – OS SUJEITOS DA PESQUISA E A SUA PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO NO ENSINO MÉDIO E AS SUAS TRAJETÓRIAS

Visando responder os objetivos propostos na introdução deste trabalho e levando em conta o referencial teórico apresentado no capítulo 1, serão apresentados neste capítulo: 1. O perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa; 2. A percepção dos entrevistados acerca da formação recebida, motivação para cursar o Ensino Médio, a avaliação do Colégio e as influências desta formação em sua vida; 3. A inserção social após um ano de formação, seja no mercado de trabalho, na continuação dos estudos entre outras alternativas. A análise destes aspectos buscará identificar a influência do neoliberalismo, enquanto política e ideologia, e como isso afeta as subjetividades dos entrevistados. Importante salientar que as respostas dos entrevistados, serão reproduzidas/transcritas da forma como elas foram ditas ou escritas, sem correção gramatical ou de ortografia, para garantir o inteiro teor das declarações.

3.1 O Perfil Socioeconômico dos Entrevistados

Os egressos do Ensino Médio regular do Colégio Estadual José do Patrocínio estudaram em quatro turmas, classificadas pelo Colégio como: 3001, 3002, 3003 e 3005. As três primeiras turmas eram do turno matutino e a última do vespertino. Cada turma, continha, aproximadamente, 20 (vinte) a 30 (trinta) alunos, sendo que a última tinha um número menor com, no máximo, 10 (dez) alunos. Como apresentado no Capítulo 2, desta população, 14 (quatorze) egressos compuseram a amostra da pesquisa, sendo um total de 8 homens e 6 mulheres⁵. As entrevistas foram realizadas após um ano de formação.

Vale destacar que diante do lamentável processo de exclusão, que é marca do Sistema Educacional Brasileiro, um grande número de jovens não conclui o Ensino Médio, que é a última etapa da Educação Básica. A exclusão social é um fenômeno social complexo, conforme pontua Teixeira (2005). Segundo esse autor, muitos jovens precisam abandonar a escola antes mesmo de completar o Ensino Médio “movidos por causas diversas como a necessidade de trabalho, casamento, maternidade e falta de assistência familiar” (p. 46). Assim, vale enfatizar que o perfil aqui retratado é o de sobreviventes de um sistema excludente e que conseguiram se formar mesmo diante das condições que serão apresentadas a seguir.

⁵ Como descrito no Capítulo 2, o número de integrantes de cada turma e de gênero não respeitaram uma igualdade devido às limitações encontradas para a realização das entrevistas, já que muitas não foram concluídas.

A idade média dos entrevistados é de 19 (dezenove) anos de idade e, dentre eles, os mais novos tinham 18 (dezoito) anos, ao passo que o mais velho tinha 22 (vinte e dois) anos. O que implica dizer que estão na faixa etária considerada juventude, conforme o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013). No que se refere ao nível de escolarização, de acordo com a Meta 3 do Plano Nacional de Educação⁶ (PNE), do Ensino Médio, a idade ideal para cursar esta etapa é de 15 a 17 anos. É necessário considerar que os entrevistados tinham aproximadamente 1 ano de idade a menos quando concluíram o Ensino Médio.

Por conseguinte, a partir da amostra pesquisada, 3 (três) jovens finalizaram o Ensino Médio na faixa etária prevista pelo PNE e os outros 11 (onze) com atraso, sendo: 7 (sete) de um ano, 3 (três) de dois anos e apenas 1 (um) com atraso de quatro anos. Apreende-se, assim, que é baixa a taxa de distorção idade-série⁷, que podem estar atreladas a vários fatores, como: repetência, entrada tardia na escola e abandono ou retorno do aluno evadido. É importante analisar este dado, pois conforme o PNE espera-se que os alunos formem no tempo necessário para poder dar sequência nos estudos, tendo em vista que a idade ideal de acesso ao Ensino Superior, conforme a Meta 12⁸ do PNE, é aos 18 (dezoito) anos. Assim, encontramos nesta amostra um certo atraso na formação dos egressos no que se refere à idade.

Em relação ao local de moradia, de acordo com os dados obtidos, a maioria dos egressos faz parte da comunidade escolar ou moram no entorno do Colégio, com a exceção de um aluno, que passou a morar em um bairro mais afastado após a sua formação. Como foi dito anteriormente, o Colégio está localizado no Bairro Parque Leopoldina e, da amostra selecionada, três egressos moram no Bairro do Colégio e os demais em bairros vizinhos, como: Nova Brasília, Parque Esplanada, Parque Caju e Pecuária. Isso evidencia que os egressos e/ou familiares priorizaram a escola do seu Bairro ou próxima a ele, o que facilitou os deslocamentos e a vivência escolar para os alunos e o acompanhamento da vida escolar dos filhos pelos familiares e/ou responsáveis legais.

Do ponto de vista étnico-racial, dentre os entrevistados 86% se autodeclararam negros (pretos ou pardos) e 14% brancos, não houve outra resposta. Nota-se que essa percentagem é muito superior à do Brasil, cujos negros totalizavam, em 2019, 52,7%⁹ e, também, da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, que no Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

⁶ Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/meta/ensino-medio>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁷ É a condição em que se encontra o aluno que está cursando uma série com idade superior a que seria recomendada ou prevista. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/distorcao-idadeserie/>> Acesso em: 28 jan. 2022.

⁸ Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior>> Acesso em: 26 jan. 2022.

⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf> Acesso em: 28 jan. 2022.

Estatística (IBGE) de 2010, totalizavam 51,6%¹⁰. Nas autodeclarações dos negros entrevistados foram apresentadas as seguintes terminologias: pardo, moreno, preto, escuro e negro. Em consonância com a metodologia empregada pelo IBGE, todas essas terminologias foram reunidas na categoria negros. Tendo como referência as relações étnico-raciais no Brasil com forte influência do discurso da democracia racial e da mestiçagem, faz com que muitas pessoas negras evitem se auto-identificar como tal, recorrendo às designações mais fluídas como aponta Santos e Scopinho (2011).

Levando em consideração o histórico de racismo estrutural que o Brasil enfrenta em todos os âmbitos como, também, no ambiente escolar, vale destacar o quanto isso impacta na construção das identidades dos jovens negros, uma vez que, segundo Junqueira (2005), a escola tem sido um local de reprodução social e cultural de desigualdades, que privilegia as relações sociais heteronormativas e que contribuem para as relações de poder. Com base nesse contexto, vale destacar a resposta de dois entrevistados quando questionados acerca da autodeclaração racial:

Pô, em relação a isso eu me acho minha cor super importante independente do que a sociedade acha sobre ser negro. Isso pra mim é de grande importância porque minha raça lutou muito pra chegar aonde chegamos e ainda lutamos pra ser aceito de vez pela sociedade me sinto muito orgulhoso em relação a isso (Jamil, 18 anos, turma 3005).

Para mim não existe essa separação que vemos por aí, que brancos podem tudo e negros não. Temos direitos igual e precisamos que entendam isso, pois cada tempo que passa, mais as pessoas têm mente fechada para esses tipos de assunto (Luedji, 19 anos, turma 3001).

A partir dessas falas é possível observar a construção da identidade dos jovens negros, tendo em vista uma preocupação de se autoafirmar, como mostra Teixeira (2005), podendo ocorrer de maneira coletiva ou individual. Segundo esse autor, a construção da identidade dos jovens negros é perpassada por um conflito diante de uma sociedade que vive com modelos e valores brancos que submetem este padrão. Nesse processo, quando alguns jovens percebem que sua negritude não passa despercebida do restante da sociedade ou passam a viver sob o impacto da sua própria condição, pode acarretar na aceitação e surgimento da identidade afrocentrada.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>> Acesso em: 14. fev. 2022.

Nota-se diante das respostas, como a de Jamil (19 anos) quando se refere à cor como “superimportante”, “ser aceito”, “orgulhoso” e Luedji (19 anos) afirmando seus direitos enquanto negra, demonstram uma preocupação a mais que os jovens negros enfrentam no seu cotidiano como a necessidade de ter que compensar características fenotípicas rejeitadas com algum valor adicional.

No que diz respeito a composição familiar dos entrevistados foram encontradas 9 famílias biparentais com 7 a 3 membros no total, 3 famílias monoparentais com pais ausentes com 5 e 4 membros, 2 famílias que os entrevistados residem com os avôs e um egresso que reside sozinho. Isso demonstra os diversos arranjos familiares existentes tendo em vista que continuam sendo um elo fundamental na organização social dos jovens brasileiros, conforme Correa (2008).

Acerca da renda familiar, dos 14 (quatorze) entrevistados 8 (oito) manifestaram sobre a renda e 6 (seis) não. Dos respondentes, a maioria pertence às classes D e E, em conformidade à classificação do IBGE quando destaca que os integrantes da classe D recebem de 2 a 4 salários mínimos e compõem a classe E aqueles que recebem até 2 salários mínimos. Observa-se que as classes D e E são consideradas inferiores e com maior vulnerabilidade social.

Outro indicador importante para a análise da renda é o Cadastro Único¹¹ (CadÚnico), que abrange as famílias que têm renda de meio salário mínimo por membro familiar ou famílias com renda mensal total de até 3 (três) salários mínimos¹². Assim, apenas uma família dos entrevistados não se enquadra neste perfil, o que reflete no que Almeida (2021) observa em seu trabalho acerca do contexto de vulnerabilidade socioeconômica da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ:

Os dados do CadÚnico de Campos (março de 2020) relativos às famílias com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, registraram 58.792 mil famílias (ou 160.012 mil pessoas), das quais 5% são consideradas pobres e 68% extremamente pobres. Somando, essas famílias representam 73% do CadÚnico local, ou seja, 116.809 mil pessoas (ALMEIDA, p.337, 2021).

Diante dessa constatação, é possível inferir que a maioria dos entrevistados desta pesquisa se encontra dentro do recorte indicado pela autora, que alega que os pobres e

¹¹ É um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Através do cadastro é possível participar de vários programas sociais como Bolsa Família e Id Jovem. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

¹² Vale ressaltar, que o valor do salário mínimo no ano de 2020 era de 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais).

extremamente pobres do CadÚnico são 23% da população total do Município. Portanto, a amostra deste estudo é constituída por pessoas de classes baixas, residentes em localidades com maior concentração de pobreza, conforme ilustra a Figura 2 abaixo, que trata de um mapa apresentado por Almeida (2021) que analisa a situação econômica das famílias da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

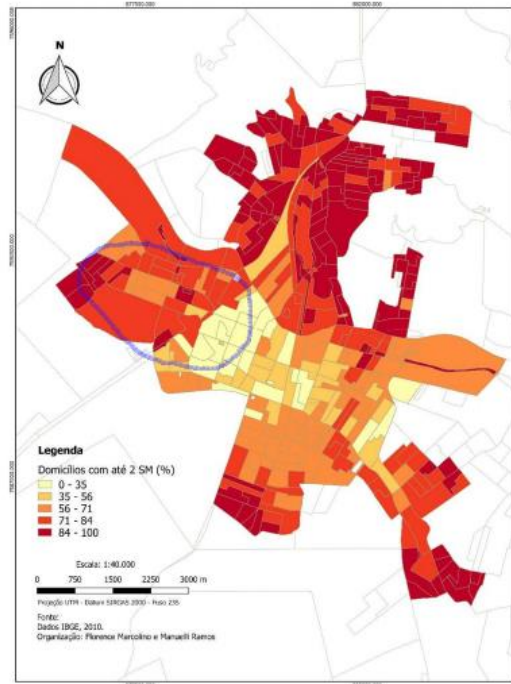


Figura 2 - Indicador de economia - Domicílios com até 2 SM no ano de 2010, em Campos dos Goytacazes
Fonte: Adaptação de Almeida (2021)

O mapa intitulado “Indicador de economia - Domicílios com até 2 SM (salário mínimo) no ano de 2010¹³ em Campos dos Goytacazes”¹⁴ revela a “distribuição socioterritorial das famílias em função da renda familiar, com base nos dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010)” (p.338). Cabe ressaltar que a área circulada em azul no mapa acima é onde o Colégio está localizado bem como os bairros onde os egressos residem. Os índices de pobreza e extrema pobreza coincidem com a distribuição da população negra, segundo a pesquisa de Almeida (2021), destacando que “são as margens da cidade, as periferias urbanas, aquelas que concentram uma grande parte dos trabalhadores pobres e negros da cidade, sujeitos submetidos cotidianamente ao racismo estrutural e institucional” (p. 339).

¹³ Conforme a Medida Provisória nº 474, de 2009, o salário mínimo vigente no ano de 2010 era no valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

¹⁴ Fonte: NETRAD/UFF CAMPOS. Elaboração e Organização de Florence Marcolino e Manuelli Ramos, a partir de dados do IBGE (2010).

Os dados apresentados pela autora podem ser relacionados com a amostra encontrada nesta pesquisa, que tem a maioria de negros (86%) autodeclarados, de famílias em contextos familiares distintos, com a renda entre 1 a 4 salários mínimos e que residem em bairros periféricos. Estes são os egressos do Ensino Médio com um ano de formação do Ensino Médio do Colégio Estadual José do Patrocínio.

Outro aspecto relevante para caracterizar o perfil dos egressos é a escolaridade de seus responsáveis e suas respectivas profissões. Esses dados podem indicar as condições de trabalho, bem como os capitais culturais e econômicos das famílias que, conforme Correa (2008), diz respeito às condições familiares e mostram que quanto maior o nível de escolaridade e de renda maiores são as condições. Esses dados podem indicar qual será o capital da família e, de certa maneira, como isso contribui para a inserção social de seus filhos.

Com base nisso, de maneira geral, os dados coletados mostram que a maioria dos responsáveis pelos egressos tem o ensino médio completo, demonstrando que a amostra está à frente no que se refere à formação em relação ao Brasil, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios¹⁵ (PNAD) de 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo¹⁶.

Os dados desta pesquisa apontam que 55% dos pais e 38,4% das mães têm Ensino Médio completo. Destaca-se que os números de resposta sobre os pais foram três vezes menores, tendo em vista a ausência dos mesmos na composição familiar. Além disso, é importante salientar algumas especificidades encontradas como um número superior de mães com Ensino Médio completo e acesso ao Ensino Superior. Essa informação vai de encontro aos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que demonstra que as mulheres são maioria em 73,4% nesta etapa de ensino, mesmo que enfrentem as desigualdades de gênero e são sobrecarregadas pelos trabalhos invisíveis: doméstico e de cuidado.

Por meio da figura 3 abaixo é possível comparar os níveis de escolarização dos responsáveis dos entrevistados com os dados da PNAD 2019, no qual observa-se que 63,5%

¹⁵ A pesquisa visa divulgar os dados do IBGE acerca da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

¹⁶ Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

dos pais e 53,7% das mães dos egressos têm até o Ensino Médio completo, que são valores acima ao da PNAD que representa 31,4%.

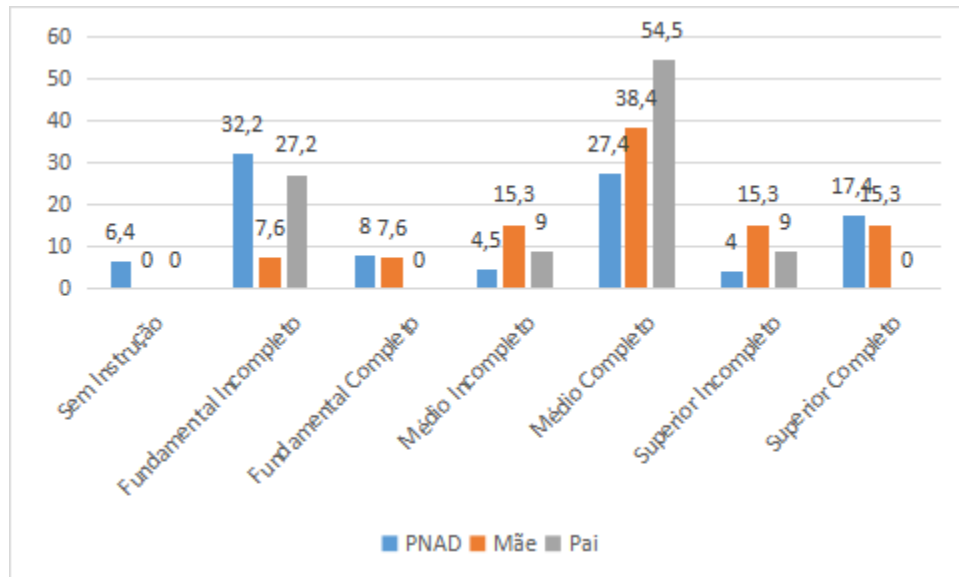


Figura 3 - Comparação dos níveis de escolarização dos responsáveis dos entrevistados com os dados da PNAD 2019

Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa realizada e nos dados da PNDAD, disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao>>.

Subjacente aos dados, apreende-se um reflexo da “reprodução”, teoria cunhada por Bourdieu e Passeron(1975), tendo em vista que o objeto da pesquisa são egressos do Ensino Médio. Nota-se que, segundo esses autores, a reprodução ocorre a partir de transmissões hereditárias que influenciam no sistema de ensino e educacional, mas vale pensar neste caso o que o Ensino Médio representa na sociedade a partir de seu histórico. Retomando discussões realizadas no Capítulo 1, ao longo da história o Ensino Médio, este sempre teve um caráter tecnicista e passou a ser essencial concluir esta etapa para a inserção no mercado de trabalho.

Segundo Krawczyk (2011), existe uma certa exigência de escolarização para o exercício de qualquer ocupação, o que não garante um lugar no mercado, mas foi uma estratégia criada tanto para diminuir a exclusão escolar como para acolher as demandas das transformações do mundo do trabalho. Nesse sentido, destaca-se a importância do ensino propedêutico associado ao profissional difundido para todas as classes, o que garante maior perspectiva dos egressos do Ensino Médio na vida em sociedade, uma vez que é sabido que a classe, de acordo com seu capital, tem influências distintas, como o acesso às universidades.

A partir de então, é importante analisar as ocupações dos responsáveis uma vez que indicam a posição que estão diante do mercado de trabalho, bem como a sua influência na vida

dos egressos. Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), as ocupações dos pais dos egressos estão distribuídas nas seções C, E, H, N, O e T, descritas na Tabela 1 (indicados pela cor cinza) e as mães distribuídas nas seções G, P, Q, S e T (indicadas pela cor amarela). Apenas o item T se repete para mães e pais (indicado na cor azul)

Tabela 1 - Classificação das ocupações dos responsáveis pelos egressos conforme o CNAE

Seção	Divisões	Descrição CNAE
A	01..03	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
B	05..09	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C	10..33	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
D	35..35	ELETRICIDADE E GÁS
E	36..39	ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO
F	41..43	CONSTRUÇÃO
G	45..47	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
H	49..53	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
I	55..56	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
J	58..63	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
K	64..66	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS
L	68..68	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	69..75	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
N	77..82	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
O	84..84	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL
P	85..85	EDUCAÇÃO
Q	86..88	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS
R	90..93	ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
S	94..96	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
T	97..97	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
U	99..99	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da CONCLA, IBGE, disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>

Diante das seções/ocupações que os responsáveis dos egressos estão inseridos, no que se refere à formalização das ocupações, destaca-se a Tabela 2 abaixo que ilustra a distribuições dos responsáveis conforme o tipo de trabalho que desempenham. Neste caso, existem 6 (seis) pais e 5 (cinco) mães que se encontram em ocupações formais, ou seja, com contrato ou carteira assinada. Já os que estão na informalidade são 5 (cinco) pais e 9 (nove) mães que não têm carteira assinada ou contrato e são autônomos.

Tabela 2 - Distribuição dos responsáveis dos egressos na formalidade e informalidade.

	Pai	Mãe
Formalidade	6	5
Informalidade	5	9
Sem informações	3	0

Fonte: Elaboração da autora

Dentre as ocupações formais dos pais todas exigem o nível de ensino médio completo, como foram os casos de técnico em mecânica, militar, serviços gerais, pintor industrial e servidores públicos. No que se refere as ocupações informais, apenas 2 (dois) pais atingiram o nível de escolaridade completo (eletricista e bombeiro), sendo que os outros 3 (três) não concluíram o ensino fundamental. Neste caso foram encontrados: caminhoneiro, pedreiro e moldureiro.

Em relação às mães, a ocupação com maior nível de escolaridade é a de professora, com superior completo. As demais mães que se encontram em ocupações formais todas terminaram o ensino médio atuando na área da saúde como: técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, enfermeira e auxiliar de serviços gerais. Já as que se encontram na informalidade 4 (quatro) possuem apenas o ensino fundamental completo e as outras 5 (cinco) ensino médio completo. Estas estão distribuídas em dois grupos: cuidado (empregada doméstica, cuidadora e dona de casa) e autônomas (trancista¹⁷, vendedora de porta e comidas).

Com base nesses dados, constata-se que mesmo que as mulheres tenham um maior nível de escolaridade, elas se encontram em maior quantidade na informalidade e divididas em ocupações aliadas ao trabalho doméstico e cuidado. Isso alude ao que Hirata e Kargoat (2007) dizem sobre os princípios da divisão sexual, que estão naturalizados na sociedade e como isso dificulta o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Em contrapartida, os homens têm profissões mais diversificadas, e a partir dos dados apresentados nenhuma profissão se repetiu nas respostas.

Os trabalhos autônomos e informais, encontrados em grande número, refletem a conjuntura política e a ascensão do trabalho informal que passou a crescer no Brasil juntamente do avanço do neoliberalismo. Segundo Almeida (2021), a reforma trabalhista contribuiu para

¹⁷ Trancista é o(a) profissional especializado(a) em fazer tranças, principalmente em cabelos afros.

as desigualdades no mercado de trabalho e “a informalidade cresceu atingindo 44%, ou seja, 41 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, jovens e adultos, sem nenhum direito trabalhista e previdenciário” (p. 333).

Com isso, o perfil socioeconômico dos entrevistados bem como os dados apresentados sobre a família ajudam a compreender as influências do neoliberalismo na vida dos jovens egressos do Colégio estadual José do Patrocínio em Campos dos Goytacazes, que será analisado mais profundamente adiante.

3.2 Ensino Médio: Percepção dos entrevistados sobre a formação e as influências em sua vida

Em um trabalho que avalia a inserção social e as trajetórias dos egressos do Ensino Médio é imprescindível escutá-los acerca desta etapa de ensino, isso ajuda a compreender de que forma este ensino influencia na vida da juventude. É sabido que os egressos entrevistados têm em média 19 anos e residem aos arredores da escola, em bairros considerados periféricos. Em sua maioria são negros, de classes consideradas baixas e com composição familiar diversa. Aliado a isso, grande parte dos responsáveis pelos egressos terminou o Ensino Médio, adentrando ao mercado de trabalho com profissões distintas.

É importante ressaltar que o neoliberalismo se configura como uma política econômica vinculada ao mercado, que associa o Estado às grandes empresas como forma de organizar a sociedade com princípios de bem-estar humano, mas que na prática individualiza como aponta Harvey (2008). O neoliberalismo opera, ainda, enquanto uma ideologia que afeta diretamente as subjetividades dos indivíduos, modificando suas condutas e maneiras de se mostrar ao mundo afetando, assim, as relações sociais, como mostra Foucault (2008).

Partindo dessa ideia, vale destacar que o neoliberalismo influencia o mundo educacional e, mais especificamente, o Ensino Médio, de diversas maneiras. Isso é notável nas teorias de Harvey e Foucault. Uma vez que os grupos dominantes (elites e empresários) foram os atores principais a difundir esta política/ideologia no mundo, segundo Harvey (2008), impuseram a todas as instituições a ordem do mercado, inclusive às escolas. Foucault (2008), por sua vez, destaca como os indivíduos, influenciados pela ordem neoliberal, acabam se convencendo a se tornar um capital humano, buscando na economia a sua experiência própria, o que reverbera em todos os âmbitos da vida, inclusive o educacional.

As discussões desses autores, embora situadas num determinado contexto histórico, são bastante úteis para discutir as políticas educacionais na contemporaneidade, principalmente a

partir do ponto de vista dos sujeitos desta pesquisa, alvo dessa política. Sendo assim, foi questionado aos entrevistados o motivo da decisão de cursar o Ensino Médio. Metade dos egressos responderam que a formação contribuiu para a inserção no mercado de trabalho.

Isso indica, de antemão, como a influência do mercado, que é regido pelo neoliberalismo, opera na vida dos indivíduos. Autores que discutem sobre a educação, como Althusser (1980), já indicavam a escola enquanto aparelho ideológico do Estado, levando em consideração o histórico de consolidação do neoliberalismo no Brasil desde os anos de 1990, a partir de iniciativas privadas e aceitação do governo através do “Educação para todos”, mencionado por Martins e Neves (2015), nota-se como esta lógica opera até os dias atuais. A partir da fala de uma entrevistada é possível observar a preocupação em se formar para inserção no mercado de trabalho:

Hoje em dia no mínimo que você pode ter é a escolaridade completa, no caso é a base o começo de tudo. Acho que não tem muito um porquê concreto. Meus pais sempre me aconselharam a estudar porque hoje em dia é muito difícil você conseguir um emprego sem os estudos. Então segui os conselhos, vi que aquilo era bom pra mim. E graças a Deus me formei (Nubia, 19 anos).

Outros entrevistados associaram a possibilidade de conseguir um emprego com o fato de “ser alguém na vida”, de “chegar em algum lugar” e de “melhorar de vida”. Além disso, é possível observar a influência dos responsáveis para cursar o Ensino Médio, o que pode se referir ao fato terem concluído o Ensino Médio. Isso, também, pode estar relacionado à reprodução, tendo em vista que os sujeitos de uma mesma classe, segundo Bourdieu e Passeron (1975), acabam por reproduzir a estrutura de sua classe devido às hierarquias impostas de uma classe para outra. Vale pensar, também, na ascensão que os pais e os egressos podem alcançar na sociedade frente a um sistema de exclusão.

Diante das respostas apresentadas pelos entrevistados, onde metade manifestou que cursou o Ensino Médio para “conseguir um emprego/profissão”, como foi analisado acima, a outra metade respondeu que decidiu fazer o Ensino Médio para terminar os estudos e/ou para dar continuidade nos estudos e fazer uma faculdade.

Levando em consideração que vivemos em uma sociedade do conhecimento, conforme destaca Krawczyk (2011), o currículo do Ensino Médio é um espaço de disputa de diferentes projetos sociais e, também, é identificado como um capital importante, por isso existe uma exigência de escolarização para o exercício de qualquer ocupação, o que não garante que os jovens que cursam o Ensino Médio venham a conseguir um lugar no mercado ou o acesso ao

Ensino Superior. Mas reforça a importância da educação escolar e enfatiza a competição no mercado de trabalho, característica do projeto neoliberal.

Acerca das respostas relacionadas ao acesso ao Ensino Superior, observa-se que, ao longo da história, este espaço era ambicionado por classes privilegiadas, devido à forte competição nos vestibulares e a vantagem que os egressos das instituições privadas obtinham nesses processos seletivos. No final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, conforme Picanço (2016), houve um avanço na democratização para o ingresso no Ensino Superior de grupos sociais que se encontravam em desvantagem socioeconômicas, a partir de programas e sistemas de inclusão nas universidades como: o PROUNI, o REUNI, o SISU e outros. Isso impulsionou o interesse das classes baixas em acessar, principalmente, as instituições públicas.

No que se refere aos projetos dos jovens após a formação no Ensino Médio vale destacar resultados obtidos em pesquisa semelhante a esta

Grupos que se dividem entre aqueles que têm como projeto a entrada imediata no ensino superior, em geral mais jovens e com adequação série-idade; aqueles que desejam fazer o ensino superior, mas primeiro investirão na estabilidade através de cursos técnicos e trabalho estável; os que afirmaram encerrar o ensino médio para conseguir um trabalho melhor; e aqueles que não desejavam nada com muita clareza (DAYRELL; REIS, 2011 apud PICANÇO, 2016, p.124).

Em conformidade com os dados acima, a amostra da pesquisa encontrou tanto egressos interessados em integrar o mercado de trabalho, bem como acessar o ensino superior. Também houve dois respondentes que se encaixam no que os autores chamaram de “aqueles que não desejavam nada com muita clareza” como foram o caso das respostas: “era a opção que eu tinha” e “um plano B”.

Cabe enfatizar, ainda, o caráter técnico do ensino médio, no que se refere a seu papel na vida da juventude, que não deve ter caráter apenas profissional, tendo em vista que se trata de uma etapa importante na vida dos egressos. Enfatiza-se, então, a necessidade que aponta Ramos e Frigotto (2017) de “um ensino médio sob princípios da ciência, da cultura e do trabalho, em que a profissionalização seja uma possibilidade” (p.43).

Ainda sobre o ponto de vista dos egressos acerca do ensino médio, também foram questionados sobre o Colégio em que concluíram esta etapa, mais especificamente como avaliam ter estudado nesta instituição escolar. A maioria dos entrevistados, totalizando 9 (nove) egressos, considerou a experiência positiva, 3 (três) negativa, 1 (um) mediana e 1 (um) não respondeu.

Dos que consideraram positiva foram seguidos alguns adjetivos como: “Incrível”, “muito bom”, “satisfatório”, “legal” e “ótimo”. Algumas respostas foram atribuídas aos “bons profissionais” e “bons professores”. Dentre estas respostas, vale destacar a fala (enviada por meio de áudio) de um egresso que aborda a importância de estudar em uma escola tradicional no bairro e a representatividade que isso significa:

Tem a tradição pelas boas bandas que fizeram sucesso, tem a tradição no esporte, nas danças e também muitas pessoas formadas ali que foram pessoas que devem ser seguidas como exemplo de sucesso. Lá perto da secretaria tem vários troféus, não sei se você já reparou. E sobre as danças, teve uma época, tinha um projeto ali, que foi época de passinho que veio do Rio pra cá, a cultura do passinho veio pra Campos, aí o CEJOPA abraçou a causa, criaram um grupo de passinho e os próprios alunos foram os dançarinos e teve vários eventos pros alunos dançarem e a banda tem vários troféus como eu falei no outro áudio, depois se você tiver a oportunidade de ir lá ou se você estiver trabalhando lá ainda, dá uma olhada nos troféus. E sobre o futebol, tem um time ali bem conhecido, bem famoso aqui que é o BARCEJOPA, já ganhou vários títulos, ganhou bastante troféu (Akin, 20 anos).

A partir dessa fala podemos notar o quanto as atividades para além do ensino e da aprendizagem que ocorrem na sala de aula contribuíram para a formação deste aluno. Isso implica dizer que, a partir desse exemplo, a escola não cumpre apenas um modelo neoliberal, como aponta Laval (2004) quando diz que ela cumpre um papel de produção eficiente que faz com que a escola se confunda com a fábrica. Nesse aspecto destaca-se que, de certa forma, a escola tenta garantir direito à cultura e ao lazer aos alunos, sendo assim mesmo que diante de dificuldades de execução de tarefas por falta de investimento público ela não reproduz apenas conhecimentos.

Brenner, Dayrell e Carrano (2008) abordam a importância do lazer, da cultura e do esporte na vida dos jovens, tendo em vista que isso constrói a identidade e favorece a descoberta de potencialidades humanas. Os autores enfatizam o quanto essas atividades ajudam na aprendizagem e serve como espelho para a construção das identidades coletivas e individuais. No caso do aluno, é perceptível como essas experiências fizeram com que ele tivesse uma avaliação positiva da escola, não apenas para profissionalização e a inserção no mercado de trabalho, como aparece em outros casos.

Assim, é enfatizado como as atividades de lazer ajudam na construção de identidades, bem como na fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações, como aponta Brenner, Dayrell e Carrano (2008), o que pode de uma certa forma subverter a ordem lógica dos efeitos do neoliberalismo na vida dos indivíduos, mais especificamente dos jovens. Por isso, há a necessidade de políticas públicas que diminuam as desigualdades no acesso dessas atividades por parte dos mais pobres, já que é recorrente como mostra o recorte da pesquisa dos autores.

Contudo, dizem que “é preciso favorecer o acesso a espaços, equipamentos, instituições e serviços de cultura e lazer que ampliem as possibilidades culturais de escolha no tempo livre para todos os jovens brasileiros (p.41).

Com relação às considerações negativas apontadas sobre a formação em nível médio no Colégio, as duas respostas chamaram a atenção, pois parecem influenciadas pela inversão paradoxal acerca da cidadania, que o neoliberalismo ocasiona, conforme as ideias de Brown (2018). Primeiramente, seguem as manifestações das interlocutoras:

Não tenho o que dizer, até porque **quem faz a escola é os alunos**. (Dalia, 18 anos)
(grifos da autora)

Então, o ensino lá é fraco mas não pelos professores pois eles são ótimos. **Mas como segue o ritmo dos alunos que não tem muito interesse, se torna mais difícil até para eles**. Baseado em outras escolas que já estudei também públicas o Cejopa é extremamente fraco. (Odara, 20 anos) (grifos da autora)

O que chama a atenção nas duas falas é a forma como as jovens colocam a responsabilidade da escola, de ser boa ou ruim, nos alunos. Conforme a teoria de Brown (2019), a substituição da política pela governança neoliberal elimina os últimos traços da formulação republicana de cidadania passando a ser um sacrifício cidadão. Ocorre uma diminuição das noções de cidadania que é trocada pelo capital humano responsabilizado. O indivíduo responsabilizado é obrigado a sustentar a si mesmo, com isso passa a se culpabilizar pelas falhas do Estado. Isso corrobora no que a autora irá denominar de cidadania sacrificial, que é reduzida e despida de voz e engajamento político.

Isso afeta a individualidade dos sujeitos e a percepção acerca dos seus direitos básicos, como o direito à educação, que é garantido para o exercício da cidadania, conforme assegurado pela Constituição Brasileira, em seu art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Com isso, as falas das entrevistadas demonstram a culpabilização dos indivíduos demonstrada por Brown (2019) uma vez que avaliam o desempenho da escola como algo que dependesse apenas da capacidade dos estudantes. O que não enfatiza as responsabilização das falhas do Estado em relação a educação e ensino oferecido. Nota-se que nas falas das estudantes elas se incluem, pois também fazem parte deste lugar, o que reforça a conduta neoliberal que

perpassa todos os âmbitos da vida, afirmando o que Brown (2019) diz “o neoliberalismo é muito mais do que políticas econômicas e ideologia de livre mercado que os acompanha” (p.14).

Destaca-se sobre até que ponto as avaliações positivas dos alunos podem estar atreladas a essa falta de percepção dos direitos educacionais que precisam ser ofertados, afim de combater as desigualdades. Além disso, até que ponto a garantia de direitos ao lazer, por exemplo nas atividades extraclasse, contribuem para a diminuição da lógica neoliberal na educação.

Acerca da influência do Ensino Médio na vida dos egressos, destaca-se que as respostas foram bem diversas. Segundo Santos e Scopinho (2011), a construção da juventude é o momento onde as identidades se moldam e alguns jovens passam pelo processo de adultização mais rápido, devido às demandas que a sua condição de classe e raça impõem. Aliado a isso, é nessa etapa que os jovens buscam pela independência, tendo em vista que vivemos em uma sociedade do consumo, o que ocasiona na busca por recursos, seja através do trabalho ou dos estudos, como aponta as autoras. Das respostas encontradas, chamou a atenção aquelas relacionadas à influência do Ensino Médio para “amadurecer” e “criar maturidade”, nessa esteira de pensamento um entrevistado pontuou:

Olha, teve bastante influência, por que querendo ou não ensino médio, as aulas que você tem com os professores vai formando a pessoa que você é né, vai ajudando no seu crescimento como pessoa e como homem, no meu caso né, então eu evolui bastante, com os professores, com as aulas, com as matérias, e isso foi muito importante para minha vida (Akin, 20 anos).

Quando o entrevistado aponta que o Ensino Médio influenciou no seu crescimento como pessoa e homem mostra a busca por independência e como a escola ajuda na construção das identidades. Em consonância com esta resposta, os demais entrevistados também apontaram questões sobre a influência do Ensino Médio em suas vidas, como: “ter um novo olhar sob a sociedade”, “ajudou a formar a pessoa que sou” e “a minha mente ficou mais aberta”.

Isso atravessa o debate histórico acerca da função do ensino médio na vida de seus estudantes. Desde a separação do ensino primário e secundário, vem sendo discutido o caráter propedêutico e profissional que o ensino médio deve ter na vida dos jovens. Nesse sentido Krawczyk (2011) diz que deve haver um equilíbrio, onde os jovens possam aprender em sintonia com o mundo em que vivem e que a educação não seja apenas uma progressiva massificação.

Segundo a autora, o jovem deve ser preparado durante a escolarização básica para assumir múltiplos papéis que os esperam. Este ponto de vista vai de encontro com a resposta de um egresso que aborda a importância dos conhecimentos obtidos no ensino médio para a sua

escolha profissional: “eu soube identificar as matérias que mais me identifico. Para assim, se possível eu escolher a carreira que quero ingressar” (Ismael, 20 anos).

Associado a isso, é importante destacar os projetos sugeridos para a educação brasileira que resistem até a contemporaneidade, como o ensino politécnico que segundo Castro e Garrossino (2010) tem como uma de suas funções promover a mediação entre conhecimentos gerais e formação profissional, que possibilite ao aluno o embasamento teórico e o conhecimento das alternativas para continuar os estudos ou ingressar no mercado de trabalho. Segundo os autores esta proposta deve assegurar a autonomia tecnológica e política. Isso pode ser notado a partir de falas de entrevistados que demonstram a influência dos conhecimentos obtidos no ensino médio em suas vidas:

Tem influência na minha faculdade, no meu conhecimento como sociedade e tem conteúdo sim que dá para se levar no dia a dia, conhecimento sobre a vida humana, matemática, algumas coisas que a gente faz no dia a dia e no trabalho que dá para levar sim (Dandara, 18 anos) (Enviada por áudio).

Eu acho que o ensino médio influenciou na minha vida, porque eu terminei e hoje eu faço minha faculdade e se eu não tivesse terminado o ensino médio eu não faria porque Precisa terminar o ensino médio para fazer a faculdade e influencia sim no meu dia a dia, muitas coisas que eu aprendi na escola eu uso na faculdade como bioquímica, na escola eu tinha química e na faculdade tem umas aulas adicionais que nós temos que no primeiro semestre foi português e esse semestre filosofia, então a escola e o ensino médio influencia sim no dia a dia (Dalia, 18 anos) (Enviado por áudio).

Alterou sim porque no decorrer do ensino médio, a gente vai lidando não mais como pessoas, a gente vê a transformação da mente né, dos alunos, no sentido de eu não sou mais uma pessoa imatura, tenho que começar a amadurecer porque eu tenho que trabalhar, porque eu tenho que estudar, porque eu tenho que ter minhas coisas e a gente lida com essas transformações das pessoas e até da vivência com meus próprios amigos, a gente aprende a lidar com essas diferenças, então como sociedade, como ser humano sim me ajudou muito. E fora que o conhecimento que eu tive lá não é inválido, ele é válido, eu uso na minha faculdade eu uso no meu trabalho, então assim, a gente, eu né, eu aprendi muito com as pessoas e com meus professores, porque a gente tem professores diferentes de formas diferentes e a gente tem que lidar com pessoas de maneiras diferente, então assim, a didática diferente, estudar com vários professores e ter vários alunos, vários colegas e ter que me relacionar isso sim, foi um diferencial e o conhecimento para mim ele vai ficar, tem matéria que eu lembro até hoje (Dandara, 18 anos - Enviado por áudio).

Com base nas respostas das entrevistadas é notável a influência do Ensino Médio para a construção do indivíduo e seu olhar para a sociedade, bem como da contribuição dos ensinamentos na próxima etapa de ensino, como no caso da educação superior. Isso enfatiza a necessidade de pensar uma escola para além do capital, principalmente diante da conjuntura de várias reformas e contrarreformas educacionais. Segundo Castro e Garrossino (2010),

influenciados por Mészáros, é necessário encontrar estratégias de rompimento do controle exercido pelo capital:

Trata-se de uma mudança de concepção por parte dos educadores no sentido de, como mediadores mais experientes nos processos de ensino, promoverem uma educação que se constitua em um processo de emancipação dos indivíduos por eles mesmos (CASTRO; GAROSSINO, 2010, p. 99).

A fala de Akin, de 20 anos, mencionada anteriormente, destaca: “eu evoluí bastante, com os professores, com as aulas, com as matérias, e isso foi muito importante para minha vida”, enfatiza a importância de se alcançar o equilíbrio entre o ensino propedêutico e o profissional. É necessário analisar as lacunas que isso reverbera na luta por parte dos grupos contra hegemônicos, com base no pensamento de Gramsci (2004), porque só assim a luta contra o capital passa a vigorar. Enfatiza-se então a chamada de Ramos e Frigotto (2017) para a resistência sob a estrutura do capital em sua forma dependente no Brasil, no sentido de resistir e não implementar na prática o que impõem as reformas neoliberais da educação.

Vale destacar, ainda sobre a influência do ensino médio na vida dos egressos, que as respostas abarcaram a continuação nos estudos, bem como conseguir um emprego, neste quesito é essencial pensar que a problemática acerca do ensino politécnico está na dificuldade da formação de indivíduos com autonomia tecnológica e política. Uma vez que, segundo a lógica do capital explicitada por Mészáros a partir de Castro e Garrossino (2010), “o pensamento dos indivíduos sofrem um processo de internalização de valores que pode dar a impressão de estar a educação e os sistemas de ensino a favor do livre pensar” (p.97), mas na verdade ocorrem explorações do trabalho intelectual para que os indivíduos passem a aceitar passivamente as condições impostas pelo sistema.

Assim, levando em conta o projeto neoliberal, que só tem se expandido no âmbito educacional, tem-se o discurso empreendedor advindo do novo espírito do capitalismo, que foi apontado por Boltanski e Chiapello (2009), que além de assegurar os lucros pretende também dar lugar ao discurso moral e do esforço próprio. O que aprofunda a necessidade dos egressos mostrarem alternativas e influência dos estudos em suas vidas. Isso será melhor abordado no próximo tópico que trata da vida profissional dos jovens, pois será analisado o que os mesmos estão fazendo, na prática, e como o Ensino Médio pode ter contribuído para tal, levando em consideração que são oriundos de classes baixas e majoritariamente negros.

Outro destaque das respostas relacionadas à influência do Ensino Médio na vida dos jovens, os egressos mencionaram sobre as amizades. Isso demonstra como a escola, também, é

um lugar de relações sociais para além do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que diante de várias concepções ela é o espelho da sociedade. Nesse sentido, Brenner, Dayrell e Carrano (2008) apontam a escola como lócus de sociabilidade e a necessidade que ela reconheça a sua importância como espaço de encontro dos jovens se atentando para as dimensões educativas. Este é mais um ponto relevante que quando valorizado pode contribuir para que a lógica do mercado seja reduzida no ambiente escolar.

O último dado deste tópico se refere à questão de sucesso e insucesso que os egressos atribuíram ao Ensino Médio. Dos respondentes, apenas dois consideraram que foi insucesso, sendo que um deles atribuiu esse insucesso ao fato de não ter retirado o seu diploma na escola ainda devido a questões burocráticas. O outro atribuiu a sua rotina quando disse: “porque não faço nada, fico só de cara para cima”. Destaca-se que esses dois entrevistados integram a categoria “Nem-Nem” (não estudam e não trabalham), como explicita Cardoso (2013). Dessa forma, considerar o não sucesso pode estar atrelado a um sentimento de não pertencimento social, o que é denominado por Castel (1998) como desfiliação social. Isso faz com que os indivíduos se sintam sobranes na sociedade e pode estar atrelado à sua condição de classe, de raça e de gênero. Isso pode acarretar um sentimento de rejeição ou, até mesmo, de problemas de saúde mental. Com isso, vale destacar que:

Diante de tanta fugacidade e incertezas, os projetos juvenis são guiados por uma certeza: ninguém pode ficar parado. É o movimento, em sua ampla gama de significados e em todos os sentidos e direções, que conduz à estratégia para conseguirem realizar seus sonhos, vigorando a lógica do cada um por si (MAIA; MANCEBO, 2010 apud SANTOS; SCOPINHO, 2011, p.29)

Nessa esteira de pensamento está a discussão de Brown (2019), quando aponta que enquanto capital humano somos auto investidores e responsáveis pelos nossos sucessos e fracassos. Nos transformamos em cidadãos neoliberais, que responsabilizados passamos a suportar sem queixas as mazelas, como o desemprego e as reformas como as trabalhistas que nos retiram direitos.

Em se tratando do sucesso alcançado com a formação do Ensino Médio, alguns egressos atribuíram este sucesso a: “vencer uma etapa da vida”, “conquista muito importante”, “encerrar um ciclo desafiador”, “alcançar um objetivo” e “uma vitória para mim”. Enfatiza-se com base em Foucault (2008) que sob as influências do neoliberalismo o indivíduo passa a ser o próprio cálculo, nesta lógica precisa sempre estar pronto para tudo, inclusive o seu discurso passa a ser

o do sucesso, como se suas vitórias pessoais fizessem parte da acirrada concorrência do mercado.

Isso pode ser observado no discurso de liberdade individual e dignidade humana que foi difundido pela classe dominante para assegurar seu poder desde os anos de 1990, época em que o neoliberalismo já estava sendo difundido no mundo, como mostra Harvey (2008). Essa falsa liberdade afeta os modos de pensamento dos indivíduos nas formas de viver e compreender o mundo, principalmente diante de crises do capitalismo onde buscam segurança. Assim, o neoliberalismo até a atualidade continua reverberando enquanto salvação, um exemplo disso pode ser visto no surgimento de “coachs motivacionais”, mas nota-se que a única liberdade que o mesmo assegura é o do mercado.

Nessa mesma lógica tem-se o “*homo economicus*”, abordado por Foucault (2008), que é adaptável sob as normas neoliberais que redefine os sujeitos a partir das variáveis do mercado. Para o neoliberalismo são sujeitos manejáveis pela “*governança*” neoliberal e passam a ser dóceis e empresários de si. Ou seja buscam na economia sua experiência vivida e, por consequência, atribuem seus sucessos e fracassos na sua própria conduta enquanto sujeitos se tornando, assim, um capital humano. Portanto, para complementar os dados acerca do sucesso e fracasso atribuído pelos entrevistados no próximo tópico será apresentada a vida profissional dos jovens após a formação no Ensino Médio.

3.3 Vida profissional dos egressos após um ano de formação

Analisar a vida profissional que os egressos do Ensino Médio estão trilhando após um ano de formação é essencial para compreender como as influências do neoliberalismo afeta a juventude, bem como quais são as estratégias de sobrevivência nesta conjuntura. É importante enfatizar que a análise sobre a vida profissional dos egressos estará alinhada com o perfil socioeconômico dos entrevistados, uma vez que este representa obstáculos para a concretização das opções profissionais dos sujeitos. A presente pesquisa não visa analisar a vida profissional dos jovens como escolhas profissionais, uma vez que determinadas classes têm escolhas limitadas, devido à necessidade impostas pelo contexto socioeconômico em que se encontram, conforme aponta Bastos (2005).

Sobre a vida profissional dos 14 (quatorze) jovens entrevistados, 10 (dez) estavam vinculados a alguma ocupação durante a realização da pesquisa. Destes 2 (dois) estudavam e trabalhavam, outros 2 (dois) apenas estudavam e 2 (dois) não estudavam e não trabalhavam.

Desse modo, a maioria dos egressos se encontravam com alguma ocupação e, dentre elas, apenas duas são formais, ou seja, têm carteira assinada ou contrato.

Como apresentado anteriormente, dentre as ocupações formais estão: funcionário de supermercado (auxiliar de pizzaiolo) e jogador de futebol (goleiro da categoria de base de um time de futebol do município). As demais profissões são consideradas informais, por não assegurar alguns direitos trabalhistas e por configurarem como ocupações flexibilizadas conforme Antunes (2020a). Elas foram classificadas em três categorias: doméstico e cuidado (trabalho em casa e cuidado de crianças); ajudantes (ajudante de pedreiro, ajudante de instalador de ar condicionado e ajudante de caminhoneiro) e autônomos (funcionário de delivery de comida, funcionário de pet-shop e trancista). Em um estudo semelhante a este, Santos e Scopinho (2011) analisam a inserção da juventude no mercado de trabalho e classificam:

O emprego é relacionado à inserção formal e estável no mercado de trabalho, configurado pelo vínculo empregatício, tendo como requisito maior grau de escolaridade. O trabalho por sua vez, ora é tido como informal, ora como formal em instituição privada, o que atrela um sentido de instabilidade também, de acordo com a ordem que regula a inserção e permanência de trabalhadores nas instituições privadas (SANTOS; SCOPINHO, 2011, p. 28).

Assim, é possível classificar os entrevistados da pesquisa na categoria trabalho, tendo em vista a questão da formalidade e informalidade, bem como a instabilidade que o mercado de trabalho enfrenta. Santos e Scopinho (2011) apontam as várias transformações do mundo do trabalho que dá lugar, cada dia mais, à informalidade e ao trabalho flexível, deixando assim os jovens em instabilidade e diante de um contexto de precariedade. No Brasil a informalidade vem crescendo com o avanço do neoliberalismo e Antunes (2020a) aponta a fenomenologia da informalidade acerca de suas condições e manifestações; suas condições são de contratos temporários, sem registro em carteira e sob ameaças e desemprego.

No que se refere às manifestações da informalidade vigentes, Antunes (2020a) aponta três tipos, sendo o primeiro de informais tradicionais, que são instáveis e têm o mínimo de conhecimento profissional, prestam serviço temporários ou fazem bicos¹⁸, além de não ter jornada de trabalho fixa. Com base nesta análise, na pesquisa tem-se o exemplo dos ajudantes que trabalham como auxiliar de pedreiro (exemplo 1), instalação de refrigeração (exemplo 2) e

¹⁸ Termo popular utilizado para denominar atividades transitórias.

de caminhão (exemplo 3). Isso é perceptível nas falas dos entrevistados acerca da carga horária e da demanda de trabalho:

Ajudo meu pai. Ele trabalha numa empresa. Aí aos sábados eu trabalho com ele quando tem, às vezes na casa do vizinho aqui. (Jamil, 18 anos)

Só ajudo a instalar o ar condicionado mesmo, não trabalho todos os dias. Só quando chamam mesmo aí é umas 8 horas por dia. (Omar, 19 anos)

Tipo, eu trabalho junto com meu pai, entende? Tipo a gente viaja no mesmo caminhão, daí tipo, a gente vai para onde tem carga, tipo, o valor que dá para ir a gente roda o mês inteiro e no final o valor total que a gente faz a gente tira 16% daquilo que é a comissão do meu pai, para gente. Entende? (Adnan, 19 anos)

Seguindo o pensamento de Antunes (2020a), a segunda manifestação se refere aos informais assalariados sem registro. Ou seja, não são contratados por meio da carteira assinada, ocasionando na retirada de alguns direitos. Nesse exemplo, temos o interlocutor que trabalha como funcionário do Pet-Shop que relata cumprir uma jornada de 8 (oito) horas por dia, recebe salário mensal e definiu seu trabalho como autônomo a partir do MEI (Micro Empreendedor Individual). Por fim, Antunes (2020a) apresenta a terceira manifestação: os informais por conta própria, neste caso tem-se: a trancista (exemplo 1), funcionária do delivery (exemplo 2) e cuidadora de criança (exemplo 3). Neste caso, foi observado que a carga horária é mais exaustiva, como ocorre nos exemplos 1 e 2:

Então, eu sou trancista e trabalho com cabelo afro e normal também, mas a gente trabalha mais com cabelo afro, meu trabalho ele é bem cansativo, a gente fica de 10 a 12 horas em pé, e a gente faz cabelo, tranças, dreads, penteados e eu trabalho com isso. (Dandara, 18 anos)

Faço tudo, ajudo no setor financeiro, funcionários, compras e estoques. Trabalho o dia inteiro. Literalmente. Até nos meus sonhos (risos). (Odara, 20 anos)

Acerca do exemplo 3, a entrevistada que cuida de uma criança, remete ao trabalho doméstico e de cuidado, que por vezes ocorre de forma invisível, não remunerado e realizado na maioria das vezes por mulheres como revela Hirata e Keargoat (2007). No geral, duas respostas (exemplos) estão incluídas neste aspecto, uma das entrevistadas relatou que cuida do primo e recebe remuneração para auxiliar a criança a realizar tarefas escolares, recreações e

demais atribuições no cuidado de uma criança. Já o segundo caso se trata de uma mãe, que tem uma criança de 5 meses, relatou que cuida dos trabalhos domésticos enquanto a sua família trabalha fora e não consegue outra ocupação no momento, devido ao fato de precisar dedicar o tempo para cuidar do recém-nascido.

Esse tipo de ocupação faz parte da divisão sexual do trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007), estão sob a precarização e flexibilização do trabalho, além de incluir, principalmente, um recorte de raça e de classe, onde estão as mulheres negras e de classes baixas como é caso, também, dos exemplos abordados acima. Acerca da condição socioeconômica, tem-se a pesquisa de Heilborn et. al. (2008) que identifica um maior número de gravidez na juventude por parte dos grupos com menor capital cultura e econômico, neste caso é destacado que a inserção no mercado de trabalho ou nos estudos será mais tardia.

Um dado que se repetiu com frequência foi o trabalho com os pais, totalizando 5 egressos. Outros entrevistados relataram seguir os mesmos passos de seus familiares, como exemplo o jogador de futebol, que apontou: “minha família toda jogou e chegou a ser profissional, aí eu desde de novo sempre acompanhei papai nos jogos aí gostei muito”. Além disso, outros dois alunos relataram que querem seguir a profissão de seus pais: bombeiro e mecânico.

Mais uma vez isso reflete a reprodução de “*habitus*”, que os jovens estão acometidos diante da sua condição de classe, que é discutido por Bourdieu e Passeron (1975), atravessa o ambiente escolar e a formação dos indivíduos, levando em consideração que os pais dos alunos, em sua maioria, têm ensino médio completo e os egressos estão também nesta etapa. Isso ocorre pelas estratégias que as classes dominantes asseguram através das instituições sob forma de hegemonia, como aponta Gramsci (2004).

Voltando à questão do trabalho e recuperando o pensamento de Santos e Scopinho (2011) quando dizem: “o emprego é relacionado à inserção formal e estável no mercado de trabalho, configurado pelo vínculo empregatício, tendo como requisito maior grau de escolaridade” (p.28), destaca-se que na coleta dos dados junto aos egressos não foram identificadas ocupações que seguem essa lógica. Nesse sentido até as ocupações consideradas formais, de uma certa forma, estão atreladas ao risco, tendo em vista que em momentos em que o capital se encontra em crise, como aponta Almeida (2020) e Antunes (2020b), diante do aprofundamento neoliberal e a instabilidade conjuntural com a pandemia de COVID19, existem ocupações que se tornam as primeiras ameaças, como pode ser observado nas falas dos entrevistados:

Time pequeno assim para fazer contrato eles fazem o contrato até o campeonato acabar, tipo por exemplo é quatro meses de campeonato aí acabou eu to desempregado aí volta quando tiver campeonato aí então não estava tendo campeonato estava tudo parado aí ninguém estava empregado entendeu? Já time grande não, time grande é diferente tem contrato de anos, tipo um ano, dois anos aí com isso eu sofri muito. Pela falta de dinheiro assim e tal aí agora ta voltando aos poucos as paradas. (Moise, 19 anos)

Bom, para mim está sendo muito difícil porque como eu tinha falado a minha área de trabalho foi muito atingida e ficou parada muito tempo e agora que está voltando aos poucos. Estou recebendo o auxílio trabalhista, então é a empresa e o governo que dá esse dinheiro, é a mesma quantia do auxílio emergencial. (Akin, 20 anos)

Com base nos dados apresentados, acerca das ocupações dos egressos, é necessário abordar a questão racial, uma vez que dos 10 (dez) que declararam estar em alguma ocupação, 8 (oito) se autodeclararam negros. Segundo Teixeira (2008), o descaso e o abandono institucional com os negros não cessou desde a escravidão, pelo contrário, muito pouco ou nada se fez em prol da população negra ao longo da história. Uma tentativa de compensação a isto chegou somente no século XXI com as ações afirmativas, ainda que incipiente considerando a dívida histórica com este segmento social. Exemplo disso são a “Lei de Cotas” e os pré-vestibulares sociais que refletem as lutas históricas dos movimentos negros.

Essas políticas muito contribuem para a população negra, mas é tardio, uma vez que o privilégio dos brancos é muito superior, “o acesso às oportunidades e a novas posições hierárquicas na sociedade obedece a uma hierarquia bipolar, que tem privilegiado a camada social branca em detrimento de outras camadas sociais não brancas” (TEIXEIRA, 2008, p.63). Silva (2005) assinala que a inserção no mercado de trabalho para o negro brasileiro reproduz e reforça o trabalho escravo e, assim, a população negra sempre foi remetida ao trabalho manual e desqualificado. Com isso é predeterminado que essa população não tenha a mesma igualdade salarial e os mesmos direitos que a população branca:

Para tratar raça não podemos perder de vista as novas configurações do capitalismo, a exemplo do neoliberalismo, trazendo com eles o discurso da empregabilidade, da qualidade total. Discurso que se contrapõe aos princípios de solidariedade e construção coletiva tão presentes nas ações dos povos africanos e indígenas (SILVA, 2005, p.103-3).

Tendo em vista que a inserção no mercado de trabalho está atrelada à vivência escolar, evidencia-se a necessidade de políticas educacionais que combatam o racismo e que avance as políticas para os jovens negros, para que assim consigam planejar seu futuro. Além disso, as desigualdades raciais devem ser incorporadas como elemento central dos debates, para além do

ambiente escolar. Conforme Santos e Scopinho (2011), “a relevância de práticas discriminatórias na educação e no mercado de trabalho devem ser veículos promotores das desigualdades raciais no Brasil” (p.35).

Dessa maneira, ressalta-se que a maioria dos entrevistados fazem parte da nova morfologia do trabalho, que Antunes (2020a) demonstra e isso pode acarretar em muitas consequências, como: a falta de organização dos trabalhadores e nas lutas sindicais. Isso influencia na garantia dos direitos trabalhistas, bem como na dimensão da existência dos mesmos. Os entrevistados foram questionados acerca dos direitos trabalhistas e alguns disseram que os conheciam, já outros logo respondiam que não. Nesse sentido, apenas dois dos 14 (quatorze) entrevistados fizeram menção a direitos. Os demais só opinaram após a pesquisadora apontar alguns exemplos.

É uma das características da lógica neoliberal a falta de percepção dos direitos, uma vez que coloca os indivíduos em competição e concorrência para que se tornem cada vez mais individualizados. Brown (2019) aponta que os cidadãos acometidos pela cidadania de sacrifícios são obrigados a sustentar a si mesmos. Com isso passam a viver sob uma lógica individualizante que prejudica a organização da classe trabalhadora. Dois interlocutores pontuaram sobre os direitos, sendo que Dandara é uma trabalhadora informal e Akin formal:

Então, a gente aqui não tem registro ainda, CNPJ, MEI, então ninguém tem INSS, nem direito trabalhista. E como as coisas estão mudando agora politicamente e os direitos também estão sendo praticamente retirados, a gente também não vê razão para entrar nesse meio trabalhista, a gente quer sim, abrir um CNPJ, um MEI, mas a gente se classifica empreendedora porque a gente começou com um *puff* e um espelho e hoje a gente tem um salãozinho dentro da nossa casa, então assim, a gente trabalha junto e nós somos empreendedoras, mas no meio informal porque não tem registro. (Dandara, 18 anos - Resposta enviada por áudio)

Acho direitos bom, quando o funcionário se machuca na empresa eles dão o suporte necessário, ou quando a mulher fica grávida ela tem um tempo para ficar em casa acho isso importante e o lado ruim é quando o funcionário quer se demitir ou quando se demite não recebe a quantidade certa do tempo de casa perde umas porcentagem. (Akin, 20 anos - Resposta enviada por áudio).

A partir dessas falas é possível observar que estão em consonância com a conjuntura do país, os egressos apontam os retrocessos dos direitos trabalhistas que foram conquistados a partir das lutas da classe trabalhadora. Com o avanço do neoliberalismo, cada dia mais os direitos estão sendo retirados e, conforme Antunes (2020a), até os trabalhadores de carteira assinada estão enfrentando dificuldades, ainda que os informais estejam diante de um contexto de precarização maior.

Conforme os exemplos mencionados acima, vale destacar que as mazelas da atual conjuntura política diante de reformas trabalhistas não passam despercebidas aos olhos dos trabalhadores que enfrentam questões de vulnerabilidade mas, devido à realidade árdua e, principalmente, de desemprego que o país vive, as pessoas precisam inserir-se de alguma forma no mercado para sobreviver. No entanto, essa inserção precarizada interfere na organização da classe trabalhadora para lutar a favor de seus direitos.

Desse modo, nota-se a rotina dos egressos, uma vez que, sob as influências do neoliberalismo, os indivíduos se veem induzidos a tomar para si mesmo, como um capital, se reconhecendo como uma empresa. Assim, acabam internalizando as normas e condutas neoliberais apontadas por Dardot e Laval (2016). Isso ocorre nas práticas, mas também no discurso em busca do sucesso individual, o que é notável a partir da resposta de um egresso após relatar a sua rotina. A passagem retrata um momento em que ele responde a entrevista no intervalo do trabalho:

Correria hoje, vitória amanhã, vamo que vamo, agora to fazendo hora descansando um pouquinho daqui a pouco tenho que voltar pro expediente. Trabalhar em supermercado é maior doideira, não para um segundo, só para esse tempinho de lanche mesmo (Risos) (Akin, 20 anos).

Analisando esse depoimento com base nas ideias de Dardot e Laval (2016), é possível perceber o quanto o neoliberalismo também opera enquanto ideologia perpassando as subjetividades dos sujeitos como próprios empreendedores que vendem serviços ao mercado. O entrevistado atribui sua vitória ao esforço que exerce em seu emprego, nesse aspecto vale pensar: será que a vitória esperada deve estar sempre atrelada à força de trabalho destinada ao mercado? Ainda sobre a rotina dos entrevistados vale destacar os que articulam os estudos com o trabalho, assim tem-se o relato de uma das interlocutoras:

Eu acordo, já começo ver algumas coisas do trabalho, montar os cardápios essas coisas e envio pro pessoal. Ai vou treinar, depois do treino passo lá vejo como tá, ai vou em casa almoçar, volto lá de novo para ver se tá tudo certinho, ai eu venho para dar minhas aulas particular, depois eu volto para casa para ir para faculdade. Quando acaba, eu volto pro trabalho e fico lá até fechar. E quando estava tendo aula presencial eu saia da faculdade e já ia direto pro trabalho. (Odara, 20 anos)

A partir da fala de Odara é possível identificar mais uma característica do capitalismo, que foi aprofundada com o avanço do neoliberalismo. Sennett (1999) chama a atenção para a flexibilização do trabalho, onde se espera do trabalhador agilidade e flexibilidade, além disso que esteja adaptável às mudanças buscando por resultados, dentro de prazos constantes. Diante da rotina da interlocutora podemos notar como seu tempo é totalmente flexibilizado, para que

desempenhe o trabalho informal com sua família na lanchonete e, ao mesmo tempo, se dedicar aos estudos. Além dessas atividades, ela alega dar aulas particulares para seus sobrinhos nas horas vagas. Esse é um exemplo da otimização do tempo que o indivíduo empresa estabelece conforme Costa (2009). Assim, fica outro questionamento: qual o tempo livre desses jovens?

É importante compreender como a juventude se organiza para viver e sobreviver frente ao contexto neoliberal diante da flexibilidade, competição e precarização como já foram vistos até aqui. A estrutura que vivemos é marcada pelas desigualdades advindas da divisão de classes como aludidas por Marx (2008), onde as classes dominantes que representam a minoria detêm maior capital e bens, com isso as classes dominadas precisam utilizar de estratégias frente ao contexto imposto. Nesse sentido, a partir da fala abaixo é possível notar algumas delas:

Então, aqui no meu trabalho começamos eu minha mãe e minha irmã e depois a gente teve, agora tem mais pessoas né, eu, minha mãe, minha irmã e meu namorado, também minha avó trabalhava com a gente. E a gente funciona democraticamente mesmo, tudo que a gente vai fazer a gente conversa e não tem uma pessoa chefe, mas minha mãe é como se fosse uma pessoa que lidera, entendeu? Que compartilha com a gente “ó, vou querer fazer isso, isso e isso”, e aí a gente vê assim até na parte da contabilidade, de colocar mais alguém, comprar material, a gente faz tudo isso conversando. (Dandara, 18 anos - Resposta enviada por áudio)

Dandara, ao explicar como funciona o seu empreendimento com a família, traz elementos interessantes quando diz que as coisas funcionam democraticamente e conversadas. Isso remete à forma como o neoliberalismo foi imposto nos países latino-americanos, já que foi experimentado nessas regiões devido às relações de dependência das grandes potências com os países considerados periféricos dentro da teoria de Marini (2017). Nesse contexto, Gago (2018) enfatiza a necessidade de pensar o neoliberalismo de baixo para cima, bem como as formas de resistência que ocorrem por meio da afetividade coletiva, que são relações existentes que fogem à lógica neoliberal do cálculo. Segundo a autora, no neoliberalismo de baixo para cima ocorre a “proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (p.13).

Essas ideias podem ser observadas na fala da entrevistada, uma vez que ela conta como as relações dão certo diante do contexto familiar. Vale destacar, que o empreendimento da família é com o cuidado dos cabelos, através de práticas ancestrais africanas das tranças. Dandara diz que o aprendizado foi passado da sua avó para a sua mãe e que passou para as filhas, práticas como estas estão associadas à herança cultural africana, que são abordadas na Coluna de Antonilde Rosa, quando diz:

A arte de trançar cabelos, manipular os fios com agilidade e produzir belezas que rememoram a práticas ancestrais é um comportamento muito comum nos territórios que foram ocupados por africanos e seus descendentes. Mais comum é ver este ofício ser praticado pela figura feminina negra. São as mulheres negras as principais interlocutoras desta herança cultural. Elas sutilmente têm sinalizado para a sociedade brasileira, marcadamente racista, sexista, machista e classista, que é possível re-existir, se reconfigurar, mas não esquecer ou deixar de fazer um ofício ancestral¹⁹ (ROSA, 2017)

Práticas como essa ultrapassam a lógica neoliberal que opera muito diferente das sociabilidades apresentadas acima. Conforme Gago (2018), essas práticas seriam denominadas como economias barrocas, pois misturam lógicas e racionalidades incompatíveis com teorias econômicas e políticas que advém dos laços comunitários. Segundo a autora, é necessário pensar o neoliberalismo para além de uma perspectiva homogênea e compacta a partir de saberes culturais e formas de organização. Esse exercício de pensá-los de baixo para cima, de forma a ouvir a forma de organização dos indivíduos em coletivo, é necessário.

Voltando à análise da rotina dos egressos, foi notado que as mais árduas, tanto pela carga horária, quanto pela flexibilidade, foram as das interlocutoras que conciliam os estudos com o trabalho. De maneira informal, com suas famílias no empreendimento da lanchonete delivery e no estúdio de tranças. Tendo em vista que o Ensino Médio é a etapa de conclusão do ensino básico, a sua finalização pode ser a porta de entrada para o ensino superior.

Dentro dessa possibilidade, com base nos dados obtidos, 4 (quatro) egressos deram continuidade nos estudos, sendo que 2 (dois) apenas estudando e outros 2 (dois) estudando e trabalhando. Além disso, também foram destacadas outras duas classificações: egressos que pretendem dar sequência aos estudos, totalizando 6 (seis) e 4 (quatro) que não desejam dar continuidade nos estudos.

Destaca-se assim, que o número de egressos que acessaram o ensino superior é muito pequeno diante da amostra apresentada, o que pode revelar a desigualdades de acesso a esta etapa de ensino. Isso está relacionado ao histórico do acesso ao ensino superior no Brasil. Segundo Picanço (2016), a criação dos vestibulares nos anos 70 foi perversa, uma vez que o investimento nos níveis primário e secundário da educação básica pública era bem escasso, já que as instituições privadas sempre estiveram mais bem preparadas para ocupar as vagas de seleção dos vestibulares.

¹⁹ Disponível em: <https://caterinas.info/colunas/na-trama-das-trancas-existem-os-saberes-ancestrais-matematicos-artisticos-e-filosoficos/>

Segundo Krawczyk (2011), isso reverbera em várias desigualdades, tendo em vista que para alguns é natural cursar o Ensino Médio e ter incentivos para almejar uma vaga nas universidades públicas, pois possuem o capital cultural necessário. Apenas nos anos de 1990, com forte avanço do desemprego e da flexibilização, foram criados programas de inclusão social nas universidades, havendo nos anos 2000 uma maior democratização do ensino superior público por meio de políticas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o que possibilitou maior acesso de estudantes negros e provenientes das classes baixas no mundo acadêmico, tendo em vista que poucos acessavam esse lugar.

Mas, com base nos dados da pesquisa, as 4 (quatro) entrevistadas que deram continuidade nos estudos estão cursando em instituição privada. Vale destacar que são quatro mulheres que estudam em diferentes universidades privadas da cidade. Isso vai ao encontro da pesquisa de Picanço (2016) que, ao analisar o acesso ao ensino superior a partir dos dados de PNAD, identifica que “as mulheres seguem ocupando uma fatia cada vez maior, em 1993 somavam 55,5% no ensino superior e em 2011 58%” (p.118). A tendência, segundo a autora, é que esse índice continue aumentando no tempo. Sendo assim, no que se refere ao gênero dos entrevistados, mais uma vez constata-se que as mulheres estão à frente na escolaridade em relação aos homens, uma vez que nenhum destes continuou os estudos.

Dentre os cursos que as jovens estão cursando, surgiram: Enfermagem, Psicologia, Direito e Engenharia Civil, todos estes são cursos que podem dar um retorno profissional positivo, tendo em vista que o mercado de trabalho valoriza este grau de especialização, em certa medida. Outra coisa que chamou a atenção foi que as quatro entrevistadas cursavam o ensino privado com bolsa de estudos. Três delas ingressaram na instituição com bolsa de estudo destinada a estudantes advindos do ensino público, disseram que fizeram uma prova e conforme a pontuação ganhavam desconto. Sendo assim, uma delas conseguiu um desconto significativo e outras duas parciais. Nesse último caso, as duas entrevistadas que possuíam uma ocupação e afirmaram pagar a faculdade com o dinheiro do trabalho. A terceira estudante, por sua vez, tem bolsa de estágio: ou seja ela presta serviços na biblioteca da universidade e arca com o restante do pagamento do valor da mensalidade.

Levando em consideração o perfil socioeconômico dos jovens desta pesquisa, a sua maioria é composta de negros, representando 86% da amostra e a maioria considerada de classes baixas, com base nos dados do IBGE e do CadÚnico. Este perfil é o mesmo que Picanço (2016) encontra em sua pesquisa, mostrando que o acesso dos negros e dos mais pobres ao ensino superior ocorre em maior parte pelo ingresso no ensino privado, o que também é

observado na presente pesquisa. Do ponto de vista racial, apenas duas estudantes se autodeclararam negras. Esse resultado, enfatiza a importância da “Lei de Cotas” para estudantes negros e indígenas, bem como outras políticas de ações afirmativas direcionadas, por exemplo, para alunos egressos de escola pública e de baixa renda.

Chama a atenção uma situação acerca da continuação dos estudos: uma das estudantes entrevistadas informou ter sido convocada pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada) para cursar Ciências Econômicas em uma instituição pública, mas enfrentou dificuldades para comprovar o seu perfil socioeconômico, tendo em vista que concorreu à vaga de cota social e racial. Segundo a estudante:

Se eu não conseguir, vou trancar Engenharia Civil e continuo depois, mas **estou em processo com a faculdade, porque a gente é autônomo e não temos vínculo MEI e aí a UFF falou que não temos comprovar nossa renda aí tive que entrar com recurso com minha matrícula.** Mas por enquanto são as duas profissões que eu quero, mas só depois vou saber do que gosto mais, mas engenharia civil sempre foi meu sonho. (Dandara, 18 anos - grifos da autora)

A partir da fala da entrevistada, observa-se que ela teve dificuldades para comprovar a sua renda, tendo em vista ser autônoma. Estas são algumas questões que precisam ser analisadas para a melhoria destas políticas de inclusão, uma vez que as transformações do mundo do trabalho dificultam a comprovação da renda e, por sua vez, a condição de classe. Mesmo que o perfil de Dandara se encaixe no perfil das cotas a dificuldade que muitos estudantes encontram na comprovação da renda familiar pode desmotivá-los, o que também é apresentado por Santos (2020) a partir de estudos em universidades mineiras. Durante a entrevista, a jovem pediu ajuda sobre como seguir tentando a vaga e foi orientada pela pesquisadora. Após um período de tempo, a estudante voltou com a notícia de que tinha conseguido começar a universidade pública.

Acerca dos egressos que ainda não se encontram estudando mas desejam continuar os estudos, totalizam seis jovens, sendo que um deles indica profissionalização em curso técnico e o outro quer estudar para o concurso do Corpo de Bombeiros. Já os demais indicaram o ensino superior como opção e apontaram os cursos: arquitetura, medicina, educação física, engenharia e medicina veterinária. É necessário, ainda, destacar que a disposição A vontade dos jovens em dar continuidade nos estudos está relacionada à profissionalização, buscando corresponder o aumento das exigências do mercado de trabalho, com vistas a ascender socialmente. Segundo Picanço (2016):

A consequência do maior acesso ao ensino médio e à sua finalização é que a seletividade vai sendo transferida para as demais transições e diante deste cenário mais diversificado em relação à demanda e oferta e com “portões de entrada” com diferentes critérios de seleção, não é possível assumir um único modelo para a compreensão do processo de expansão educacional do ensino superior e dos impactos sobre a desigualdade educacional. (p.126)

Com a possibilidade de continuar os estudos para atender às exigências do mercado de trabalho, foi questionado aos egressos que pretendem cursar o ensino superior como estariam se organizando para esse acesso: no entanto, nenhum deles começou a estudar ou a se preparar para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Isso chama bastante a atenção, porque o preparo de jovens de instituições privadas e de classes altas tem um grande investimento para realizar as provas, conforme demonstrado por meio do ranking do ENEM, que foi apresentado no Capítulo 2 desta pesquisa.

Nota-se que os colégios que lideram a classificação são instituições privadas, sendo que a única pública que aparece, dentre as primeiras 15 (quinze) colocadas, é o Instituto Federal Fluminense (IFF), que tem um reconhecimento maior que as escolas públicas municipais e estaduais, decorrente de um maior investimento por parte do governo e de uma difícil seleção para o ingresso de estudantes no Ensino Médio. A escola onde os egressos entrevistados estudaram ocupou a 31ª colocação entre as escolas de Campos, revelando a desvantagem das escolas públicas estaduais no acesso ao ensino superior. Assim, o esforço destes jovens precisam ser mais elevado para efetivamente concorrerem com jovens de instituições privadas.

Desse modo, foi questionado aos egressos quais eram as instituições em que gostariam de cursar o ensino superior. Dois entrevistados mencionaram o IFF (que também oferece ensino superior), os demais não indicaram alguma instituição específica, mas disseram que gostariam de estudar em instituição privada. Outro fator importante é pensar nos pré-vestibulares, que preparam os estudantes para o acesso ao ensino superior, existem muitos cursinhos pré-vestibulares privados onde as classes dominantes se preparam para a prova do ENEM, obtendo, ótimos resultados e aprovações, mas muitos jovens não conseguem acessar estes espaços devido a sua condição financeira.

Segundo Teixeira (2005), existem cursinhos pré-vestibulares sociais que tem a finalidade de reparar estas questões, sejam eles organizados por movimentos sociais ou por universidades públicas, mas nota-se que poucos jovens que participaram desta pesquisa tinham conhecimento acerca destes projetos sociais na cidade. Aliado a isso, é importante frisar que além do IFF existem outras duas instituições públicas na cidade, uma estadual e uma federal, mas os alunos não demonstraram interesse ou não conheciam as mesmas. Exemplo disso, foi

uma estudante que revelou vontade de estudar medicina veterinária em instituição privada: “O lugar que eu conseguir um desconto tá ótimo”. Durante a entrevista me referi a uma instituição pública que oferece o mesmo curso e a jovem então respondeu: “vou procurar saber, mas lá é difícil demais de passar”.

Por conseguinte, é importante salientar como as instituições privadas operam dentro da lógica do mercado, chamando a atenção dos jovens através de bolsas e descontos. Picanço (2016), destaca: “uma das grandes questões enfrentadas por quem trabalha é a disponibilidade de horário do curso e a rede privada de ensino superior atenderia as especificidades desse grupo e a partir dele criado um nicho de mercado” (p.119). Assim, as instituições privadas seduzem os jovens, enquanto as públicas continuam seguindo um parâmetro da exclusão. É necessário que as políticas de inclusão no ensino superior avancem para que consigam atingir os jovens socioeconomicamente mais vulneráveis, já que a profissionalização a partir do ensino superior é mais reconhecida. A exclusão destes jovens faz com que a competição seja desigual para os que são de classes inferiores, segundo Boneti (2008).

Juntamente com o incentivo e a preparação para a prova do ENEM, políticas de ingresso e permanência dos estudantes devem ser garantidas para a reversão desse quadro de desigualdade. Conforme Boneti (2008): “o Inep indica que no Brasil, dos 40% da população mais pobre, apenas 4,0% têm acesso à universidade, enquanto que entre os 10% da população mais rica, 23,4% têm acesso.” (p.108). Olhando essa questão do ponto de vista dos direitos, o acesso a um ensino gratuito, público e de qualidade é um direito básico, e pode ser conquistado por meio de políticas de inclusão, mas nem sempre os jovens têm conhecimento acerca dos mesmos (direitos e políticas), buscando assim um sucesso individual advindo da lógica neoliberal, sendo prejudicados na competição do mercado e, assim, como consequência, são destinados a ocupações de baixa remuneração.

Dos egressos entrevistados, quatro alunos revelaram que não pretendem dar continuidade aos estudos: dentre estes dois desejam seguir suas respectivas ocupações, os outros dois não estudam e nem trabalham e disseram que pretendem encontrar um emprego. A pesquisa apontou, ainda, a terceira possibilidade, que se refere à condição “Nem-Nem”, apontada por Cardoso (2011). Segundo esse autor, a taxa de jovens que não estudam e não trabalham tem aumentado no Brasil e está relacionada às variáveis de contexto, como: sexo, cor, escolaridade, bem como as condições sociais do município, do mercado de trabalho e da oferta escolar. Assim sendo, a partir dos 18 anos é a idade que mais existe recorrência de jovens “Nem Nem”, conforme o autor, pois terminam a etapa do Ensino Médio e os jovens não buscam se inserir no mercado de trabalho ou na continuação dos estudos.

De todos os entrevistados, os egressos que não estudam e não trabalham foram os que menos apresentaram um planejamento para as próximas etapas da vida, além de se queixarem da falta de emprego. A situação de apatia e de não pertencimento acontece devido à condição sobrando dos indivíduos que são excluídos, como se não contribuíssem para a coesão da sociedade, segundo Castel (1998), o que está relacionado ao que ele denomina de “*desfiliação social*”.

Em contrapartida, uma curiosidade foi o fato de os dois respondentes afirmarem que para ocupar o tempo praticam algum esporte, o que os deixam mais tranquilos. Segundo Brenner, Dayrell e Carrano (2008), a prática do esporte proporciona formas agradáveis de excitação e o tempo livre dos jovens precisam ser preenchidos por atividades como estas, mas nota-se que o importante é a conciliação destas atividades com outras. No caso apresentado uma alternativa seria o aprofundamento de políticas voltadas as práticas esportivas para a população jovem, tendo em vista que é uma ótima alternativa profissional, mesmo não tendo muito investimento por parte do poder público.

Outra questão que acomete e incomoda os jovens que se encontram na situação “Nem Nem” é a independência financeira, como relata um deles: “tipo eu gosto muito de sair e ficar pegando dinheiro com meus pais não é maneiro. Aí, prefiro ficar trancado em casa sozinho então se vier um emprego direito eu aceito” (Abebe, 20 anos).

Essa condição traz angústia ao entrevistado, provocada pela exclusão social do mercado e do ambiente educacional, que promovem uma interiorização de uma imagem negativa, desmoralizante, carregada de sentimento de inferioridade. Segundo Dias, Bulgacov e Camargo (2007) *apud* Santos e Scopinho (2011), “estar desempregado é não ter utilidade, não ter lugar para ser, é ser um peso para a família, um não ser”. (p.28). O contexto atual de pandemia da COVID-19 intensifica ainda mais essa condição, uma vez que o país enfrenta um grande índice de desemprego.

Com isso, foi questionado a todos os interlocutores sobre a pandemia, para compreender em que medida este contexto afetou a vida dos jovens que se formaram na época em que o país começou a assistir a crise do capital pandêmico. Segundo Saviani (2020), o país já vivenciava um contexto de crise do capitalismo que só se intensificou com a pandemia. O avanço do vírus afetou toda a população e a cada indivíduo a partir de suas peculiaridades, mas a postura do presidente do país contribuiu para que as consequências fossem intensificadas pela tardia tomada de medidas para conter o vírus, como o investimento nas vacinas e o descaso com a ciência.

Em certa medida, parecia uma brincadeira o presidente do país tratar o coronavírus como uma “gripezinha”, sendo que no mundo inteiro o número de mortes só aumentava. Mas isso faz parte de um projeto de governo que, segundo Antunes (2020b), busca atender os interesses da burguesia e não se importa com as vidas perdidas. Conforme Almeida (2021), o Brasil vive como em um estado de exceção, ou seja, vive alheio ao ordenamento jurídico e desprovido de poder político. A autora argumenta que o Estado vive em um contexto de exceções em que se escolhe qual vida é mais digna de ser vivida, sendo o presidente considerado um genocida. A autora segue abordando que:

a crise que se vive atualmente não se restringe a uma crise sanitária; ela é muito mais do que isso. Ela articula elementos históricos de negação de direitos e, portanto, de reconhecimento de uma imensa parcela da população, invisibilizada politicamente e desumanizada pelo Estado (ALMEIDA, 2021 p. 355).

Nesse cenário, a pandemia acaba afetando a vida daqueles que se encontram em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, que precisam trabalhar e dar sequência na formação profissional. Por meio das entrevistas, foi possível observar dois tipos de posicionamentos acerca da pandemia: de um lado alguns interlocutores a trataram com certa “normalidade” e outros reconhecem como o contexto afeta suas vidas.

No primeiro caso, foi observado que muitos interlocutores responderam que a pandemia não afetou a rotina e que continuou a mesma, vale destacar que dentre estes respondentes a maioria tem alguma ocupação e não puderam parar de trabalhar durante este período. Quando questionados acerca da rotina, algumas respostas que surgiram foram:

Estranho porque tenho que ficar de máscara direto. Mais eu to de boa, continua tudo normal porque preciso ter dinheiro né. (Omar, 19 anos)

A gente não conseguiu parar porque é o que sustenta a casa, então a gente diminuiu o fluxo de pessoas dentro do salão, atendeu menos porém, a procura foi maior. (Dandara, 18 anos)

Tudo continua a mesma coisa, graças a Deus não atrapalhou em nada! Continuo trabalhando! (Daren, 22 anos)

Segundo Antunes (2020b), a classe trabalhadora se encontra sob fogo cruzado, pois nem todos podem seguir o isolamento social e precisam continuar “servindo” as classes médias e elites. Assim, se encontram em maior risco pois estão na linha de frente. O autor chama a atenção para a classe trabalhadora que está vivendo na precariedade, na informalidade e, principalmente, sem direitos trabalhistas, o que vai ao encontro com a fala de Dandara,

quando diz que “a gente não conseguiu parar porque é o que sustenta a casa”, mas complementa “a procura foi maior”. Podemos notar o quanto uma classe se arrisca para “cuidar” da outra.

Normalizar a pandemia para estes jovens não significa dar às costas, como faz o presidente ao se posicionar frente ao combate ao coronavírus, uma vez que estes jovens estão acometidos pelas ideias neoliberais perversas, onde culpam a si mesmos, ou até mesmo a Deus, se algo der errado, mas falta consciência de classe para compreender que a perversidade do capitalismo que os afetam, conforme expõe Antunes (2020b). Talvez, se políticas mais emergentes fossem tomadas por parte do governo poderia minimizar situações como essas.

Outra parcela dos entrevistados abordou como a pandemia afetou as suas vidas. As respostas foram relacionadas aos planejamentos que foram interrompidos, como, por exemplo:

Atrapalhou todas minhas expectativas de estudar, eu tinha muitas metas e todas foram por água abaixo. (Luedji, 19 anos)

Era pra mim ter entrado num curso agora né de barbeiro. Mas essa pandemia acabou com a graça. (Jamil, 18 anos)

Como eu tinha te dito, minha vida está estagnada, devido a pandemia não consegui pegar nem meu diploma nem meu certificado. Única coisa que mudou é que agora estou totalmente parado. (Abebe, 19 anos)

Dos entrevistados acima dois se encontram em uma ocupação no momento, Luedji cuida de sua filha e Jamil trabalha com seu pai de pedreiro. Nota-se que ambos buscam por novas alternativas, Luedji pretende fazer pré-vestibular para entrar na faculdade e Jamil gostaria de fazer um curso de barbeiro para ter mais de uma ocupação e complementar a renda. A pandemia foi um fator que interrompeu estes planejamentos, tendo em vista que intensificou o contexto de crise que o país já vivia. No caso do último interlocutor, Abebe é um dos egressos na condição de “Nem Nem” apontada por Cardoso (2013) e que representa um dos muitos brasileiros que se encontram desempregados durante o contexto de crise. Ilustra essa realidade o questionamento de Antunes (2020b), que destaca que nessa crise estrutural a pandemia afeta, principalmente, um recorte de classe, gênero e raça específico e que, por trás de uma ideia de que “todos estamos juntos nessa”, as práticas por parte do governo sugerem motivações mais sombrias como o forte desemprego. Assim, o autor demonstra preocupações com o tempo que isso vai durar, bem como suas consequências.

Vale destacar, que existe um fio condutor entre os entrevistados que normalizaram a pandemia com aqueles que reconheceram seus efeitos, que se refere à condição socioeconômica em que se encontram, todos eles sofrem pelas consequências e descaso por parte do governo frente à crise pandêmica. A preocupação maior destes egressos não se trata do isolamento social

e sim o fato de ter os sonhos e planejamentos interrompidos, bem como as condições de sobrevivência.

Por fim, foi questionado aos jovens acerca de seus sonhos e planejamentos futuros, com o objetivo de compreender como suas inserções sociais já mencionadas poderiam contribuir para a realização dos mesmos. Na tabela 3, abaixo, foram classificados alguns sonhos e planejamentos com base no número de ocorrências que apareceram nas respostas dos entrevistados:

Tabela 3 - Planejamentos dos egressos do Ensino Médio

Planos e Sonhos:	Nº de Ocorrências:
Formação no Ensino Superior	5
Estabilidade financeira	5
Conseguir um emprego e trabalhar	11
Constituir família	4
Bens materiais: carro e casa	4

Fonte: Elaboração da autora

A partir dos dados acima, observa-se que o maior planejamento e sonhos dos egressos do Ensino Médio do Colégio Estadual José do Patrocínio, a partir do recorte estabelecido, é conseguir um emprego ou trabalhar. A partir dessa amostra é possível inferir que a estratégia do projeto neoliberal, em colocar a educação na lógica do mercado como mostra Laval (2004), vem contribuindo com a construção da mentalidade dos jovens, na forma de pensar sobre a sua inserção social e a sua participação para o desenvolvimento do país. Mas, é claro, é preciso relativizar, uma vez que a juventude é heterogênea:

Isso equivale a dizer que as experiências, representações e significados que definem a juventude não são únicos e, portanto, “nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo (UNESCO, 2004 apud ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p.13).

Aliado a isso, é importante destacar que as “juventudes” estão inseridas em sua vivência de acordo com seus atributos sociais, como: gênero, raça, classe, nível de instrução, localização e outros, como apontam Santos e Scopinho (2011). Em consonância com os dados encontrados nesta pesquisa, referente ao perfil socioeconômico dos jovens entrevistados, essas autoras ajudam a refletir que esse perfil de jovens sofre pelo cenário de desigualdade de oportunidades,

uma vez que jovens pobres são mais atingidos pelo desemprego e, por consequência, pela ausência de projetos de vida.

Jovens que vivenciam esta condição, conforme Abramovay e Castro (2015), passam por um forte processo na formação da identidade em busca de emancipação e autonomia. Além disso, trazem preocupações com a família, exemplo disso está nas várias respostas dos entrevistados, sobre a necessidade de constituir família, bem como ajudar a família:

Construir minha casa e dar tudo do bom e do melhor para minha filha e claro deixar os meus pais bem. (Luedji, 18 anos)

Estar atuando na área em que pretendo. Dar tudo tudo em dobro daquilo que os meus pais hoje, me dão. (Jamila, 18 anos)

Para esses jovens, as cobranças são mais árduas, possivelmente um jovem de classe alta pode ter outros sonhos e planos, como: viajar o mundo. Mas os jovens entrevistados, devido às desigualdades a que estão expostos, demonstram seus planejamentos atrelados à responsabilidades, como ajudar a família, conseguir um emprego e buscar maior profissionalização na faculdade, como Dandara, de 18 anos de idade, que disse “só quero terminar a faculdade o resto é consequência disso”. Com esse relato observa-se que os jovens atribuem o sucesso aos estudos ou trabalho e, assim, seguem tomados pela subjetividade neoliberal e internalização do capital humano, onde os indivíduos atribuem o sucesso pessoal às suas próprias conquistas, a partir da ideologia vigente, conforme Dardot e Laval (2016) apontam.

A partir disso devem ser asseguradas políticas para os grupos com maior vulnerabilidade socioeconômica, para que os jovens possam construir suas identidades com menores dificuldades, para que consigam avançar nos estudos e se tornem cidadãos mais críticos e conscientes da sua realidade e, em consequência, consigam melhores colocações profissionais e que deixem de reproduzir as lógicas do capital. É urgente a necessidade de continuar lutando por uma educação para além do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou, por meio de um estudo de caso, responder sobre as influências do neoliberalismo na trajetória de jovens egressos do Ensino Médio do Colégio Estadual José do Patrocínio, em Campos dos Goytacazes/RJ. Para atender parte dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos assuntos que permeiam o tema desta pesquisa, como: o neoliberalismo no mundo, na América Latina e no Brasil, bem como as suas influências na educação e no mundo do trabalho. Foi apresentado, também, um histórico do Ensino Médio no Brasil e a abordagem acerca da juventude. Por fim, foram feitas análises da conjuntura política, educacional e pandêmica, que permeiam o tema. A partir dessas análises, buscou-se ouvir os egressos do Ensino Médio utilizando a entrevista como instrumento para a coleta dos dados, afim de obter as respostas sobre o questionamento acima.

Dessa maneira, destaco aqui algumas considerações relevantes da pesquisa desenvolvida. Ademais, também são abordadas questões que ainda precisam de maior aprofundamento e proposições para elaboração de pesquisas futuras, tendo em vista que este trabalho não se trata de uma pesquisa finalizada e que possibilita muitos desdobramentos, considerando, ainda, que a temática necessita de seguir em debate sob a perspectiva das Ciências Sociais e da Sociologia Política.

Afim de responder os objetivos propostos acerca do perfil dos jovens egressos, foi constatado que os mesmos têm idade média de 19 anos e que a maioria faz parte da comunidade escolar e residem no bairro do colégio ou em bairros próximos, onde existe uma grande concentração de população com baixa renda. Conforme os dados coletados, os egressos são pertencentes às classes baixas, em comparação com os dados do IBGE e do CadÚnico. A maioria dos jovens se autodeclararam negros, desse modo, o fator racial perpassou todas as análises da pesquisa.

Acerca do contexto familiar, foram encontradas famílias com distintas conformações. Os responsáveis pelos jovens, em sua maioria, completaram o Ensino Médio e estão inseridos no mercado de trabalho, possuindo várias ocupações distintas, mas vale destacar que os pais dos jovens têm maior diversidade de ocupações do que as mães, o que aponta implicações da divisão sexual do trabalho.

Sobre o perfil encontrado, no que diz respeito à escolaridade, pode-se dizer que os egressos da pesquisa são considerados vitoriosos, pois terminaram a última etapa do ensino básico: O Ensino Médio. Tendo em vista a grande exclusão das classes baixas no acesso à

educação que se encontram à margem da sociedade, levando em consideração os privilégios das classes médias e altas.

Compreender o perfil dos entrevistados foi fundamental para refletir sobre como as políticas educacionais são destinadas aos jovens de diferentes contextos que, no caso da pesquisa, são jovens oriundos de camadas populares. Com relação às percepções dos egressos sobre a formação recebida, de maneira geral, foi observado que eles a associam à profissionalização, sejam elas pelo mercado de trabalho ou continuação dos estudos. Com base nos dados que foram apresentados, isso ocorre devido à necessidade de independência financeira que os jovens almejam e a posição social que se encontram.

Isso confirma o que alguns autores como Nascimento (2007) e Castro e Garossino (2010) trouxeram ao longo da pesquisa no que se refere ao caráter propedêutico e profissional do Ensino Médio. Além disso, confirma o quanto a educação continua seguindo as demandas do mercado e proporcionando uma educação profissional, sendo organizada a partir de moldes neoliberais que privilegiam o capital.

Assim, enfatiza-se a necessidade da defesa por uma educação que possibilite aos estudantes ir além do ensino prático, mas também para o despertar de um olhar crítico acerca da sociedade. Esse debate precisa continuar, tendo-se em vista o histórico do Ensino Médio, de reformas e reprodução do capital.

Devem ser lançadas, assim, contra-hegemonias, como propõe Gramsci (2004), afim de reduzir as desigualdades e formar indivíduos prontos para inserir na sociedade como, também, sugere Castro e Garossinho (2010), os educadores e alunos devem trabalhar para construir uma escola e uma sociedade para além do capital:

As quais exigem a superação da lógica desumanizadora do capital que impregna a vida escolar e cotidiana dos indivíduos, colocando como premissa a necessidade da adequação dos conhecimentos segundo as exigências de um mundo do trabalho onde os indivíduos estarão sempre na condição passiva de executores de tarefas, para a manutenção de uma lógica que os mantém distanciados da riqueza gerada por tais tarefas. (p.101)

Dessa forma, percebeu-se a forte influência do neoliberalismo no que se refere à formação recebida pelos jovens, bem como as suas subjetividades o que, também, foi um dos objetivos deste estudo. Nesse aspecto, os jovens atribuíram para si as responsabilidades que deveriam ser asseguradas pelo Estado através da escola, como o ensino e a estrutura do ambiente escolar. Isso foi percebido quando os egressos afirmaram que o sucesso ou não no

Ensino Médio depende do comprometimento do aluno. Isso enfatiza a ideia de dignidade humana que foi abordada com base em Harvey (2008); e o homem empresário de si por meio das ideias de capital humano demonstrados por Foucault (2008).

Assim, os jovens demonstraram o discurso empreendedor do esforço próprio, que acarreta na falta de percepção dos direitos, como apontado por Brown (2019) e foi observado como a cidadania sacrificial opera diante da lógica neoliberal, onde incorporam o neoliberalismo enquanto norma de vida, como mostra Dardot e Laval (2016). Dessa forma, o neoliberalismo está presente na formação educacional enquanto política e ideologia que perpassa as subjetividades dos jovens formados.

Vale destacar, ainda, que essa lógica diante do ambiente escolar pode ser neutralizada, tendo em vista alguns dados apresentados, como as atividades culturais e de lazer dentro do ambiente escolar, bem como o espaço de sociabilidade de que a escola também é um *locus*. Isso enfatiza a necessidade de mecanismos para reduzir a lógica neoliberal que vem sendo imposta no Brasil, como se observa na área da educação, uma vez que as formas de dominação devem ser combatidas afim de apartar e acabar com as desigualdades.

A pesquisa buscou, também, apresentar a inserção dos jovens na sociedade após a formação, em especial no que se refere às ocupações e/ou a continuação dos estudos, assim obteve-se dados acerca das “escolhas” dos jovens após a conclusão do Ensino Médio, levando em consideração o perfil socioeconômico em que estão inseridos. Assim, a maioria dos entrevistados estavam vinculados ao mercado de trabalho, mas muitos na informalidade, com cargas horárias inconstantes e flexíveis, o que vai de encontro com a nova morfologia do trabalho proposta por Antunes (2020a). O crescimento do trabalho informal no Brasil merece atenção diante da lógica neoliberal, tendo em vista a precarização do trabalho e como isso afeta a vida das classes trabalhadoras.

Acerca desses resultados, foi observado o quanto ocorre uma reprodução, como aponta Bourdieu e Passeron (1975), diante dos dados sobre os responsáveis legais e os filhos, sendo que a maioria dos pais terminaram o Ensino Médio e os filhos também. Além disso, as ocupações dos egressos no mercado de trabalho foram semelhantes às de seus pais e, assim, continuam reproduzindo o mesmo *habitus*.

Ainda sobre a inserção social, um número menor de egressos deu continuidade aos estudos em universidades privadas, com bolsas de estudo, o que demonstra o quanto a lógica mercadológica se reinventa nos moldes capitalistas aprofundando as desigualdades. Outros egressos demonstraram interesse em dar continuidade nos estudos, mas foram apontadas dificuldades e o desconhecimento acerca das instituições de ensino superior público, o que

demonstra a necessidade de ampliação do acesso à informação e ao aumento das políticas de acesso a esta etapa de ensino, para que as mesmas continuem no processo de democratização e deixem de ser um espaço apenas destinado às elites do país.

Além desses destaques, também, foram encontrados jovens que não estudam e não trabalham, o que reflete a forte onda de desemprego e a falta de oportunidades que a conjuntura nacional impõe e reverbera na angústia e sensação de isolamentos nos jovens.

A pesquisa contribuiu, ainda, para analisar como a desigualdade racial afeta a juventude, uma vez que o mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior sempre foi uma problemática para os negros no Brasil, tendo em vista a dívida histórica para com os mesmos, devido à escravização que é sentida até os dias atuais, como o racismo estrutural.

Nota-se que os negros sempre estiveram associados aos trabalhos precários no Brasil, é uma das consequências do período de escravidão e seus desdobramentos. Além disso, foram necessárias políticas de inclusão desta população, como a ação afirmativa, tendo como exemplo a “Lei de Cotas” que tem o objetivo reduzir as desigualdades. Esta política pública deve ser ampliada, esta pesquisa corrobora com essa afirmação, uma vez que os resultados demonstram um perfil de jovens que ainda estão à margem das instituições públicas de ensino superior.

Uma análise a partir da perspectiva interseccional e da consubstancialidade, que foram apresentadas por Hirata (2014), deve ser levada em consideração, uma vez que o recorte de classe, gênero e raça se entrelaçam, assim, são as mulheres, negras e de classe baixa, as mais prejudicadas nas inserções sociais após a formação; identificar esse recorte contribui para combater as opressões existentes. Os interlocutores da pesquisa são de classe baixa e, em sua maioria, negros, sendo assim, é nítido as formas de dominação e reproduções que se perpetuam na estrutura capitalista brasileira.

As influências do neoliberalismo, também, foram identificadas, com base na rotina dos jovens egressos que flexibilizam suas rotinas afim de serem mais produtivos e “prontos para tudo”. Isso foi observado por meio das longas cargas horárias e da conciliação dos estudos com o trabalho. Vale questionar, assim, onde está o tempo livre e de acesso à cultura dessa juventude, que tem como planos e sonhos trabalhar, se profissionalizar e ajudar a família, conforme observou-se nos dados encontrados.

Em contrapartida, diante da estrutura imposta, ressalta-se a maneira que os sujeitos se reinventam frente a um modelo neoliberal que individualiza os indivíduos. Isso foi demonstrado por meio da forma de organização em coletividade da jovem transgênera, que exemplifica o “neoliberalismo de baixo para cima” apontado por Gago (2018).

Com base no contexto em que a pesquisa foi realizada, considerado um período de capital pandêmico por Antunes (2020b), observou-se que esta conjuntura afeta ainda mais as classes baixas, tendo em vista que vivem em situação de vulnerabilidade e, como denomina o autor, “sob o fogo cruzado”, já que não podem parar de trabalhar para sobreviver. Assim, identificou-se que para muitos entrevistados a rotina não foi afetada pela pandemia, pois, seguindo uma lógica neoliberal não existe tempo a perder. Em contrapartida, alguns interlocutores apontaram o que muito autores, também, haviam alegado, como Almeida (2021), o forte desemprego e as dificuldades que a pandemia trouxe no que se refere à mudança de rotina das pessoas.

A partir dos dados encontrados, a pesquisa contribuiu para refletir sobre a influência do neoliberalismo na política do ensino médio, especificamente nas consequências desta etapa de ensino na vida da juventude, principalmente porque esta fase da vida é marcada pelas diferenças de contexto que os jovens estão incluídos, desse modo, para os jovens de classes baixas e que em sua maioria são negros, a educação precisa ser mais que de reprodução mas, sim, libertadora, para que ascendam em suas inserções sociais e deixem de ocupar lugares periféricos na sociedade.

Portanto, a pesquisa confirmou as hipóteses apontadas inicialmente, uma vez que ocorre a internalização de lugares e papéis sociais reservados aos jovens entrevistados, pois, de fato, encontram-se em ocupações periféricas, no contexto do capitalismo, como em ocupações informais e cargas horárias flexibilizadas. Além disso, foi notado uma pequena parcela de estudantes que seguem estudando e poucos com planejamentos concretos de seguirem se profissionalizando através do estudo. Isso ocorre de maneira inconsciente e, pode-se dizer, por influências do neoliberalismo que opera enquanto política e ideologia. Por fim, os egressos acabam por buscar alternativas mais viáveis adaptando-se e reproduzindo a condição de seus responsáveis legais.

Levando em consideração a importância do tema proposto e das limitações que a pesquisa encontrou para ser realizada, vale enfatizar a necessidade de estudos mais aprofundados devido às possibilidades de desdobramentos do objeto investigado. Seria interessante ampliar o estudo para obter dados mais concretos, afim de realizar futuras comparações. É de grande importância, levando em conta o histórico do Ensino Médio, mais pesquisas que visam avaliar essa política educacional a partir dos principais públicos alvos da mesma: os discentes e seus egressos.

É de extrema importância e relevância apresentar resultados de pesquisas que visam contribuir para a área das Ciências Sociais, momento em que a ciência, de forma geral, está

sendo deslegitimada e questionada. Para além disso, desenvolver esta pesquisa com jovens que estudaram no Ensino Médio trouxe dados que podem ser levados em consideração para refletir sobre a necessidade de melhorias das políticas e da realidade da juventude. As devolutivas aos jovens entrevistados, durante o processo de elaboração da pesquisa, contribuiu para que os mesmos pudessem refletir sobre a sua realidade, com base no conhecimento científico e cultural da pesquisadora.

Finalmente, esta pesquisa contribuiu para pensar de que maneira o capitalismo se reinventa e intensifica, principalmente em governos ultraconservadores e autoritários, como na atual conjuntura do país, em que as possibilidades de redução das desigualdades, principalmente educacionais, tornam-se ainda mais distantes e utópicas para uma parcela da sociedade. Entretanto, não se deve descartar o papel exercido pelas lutas históricas em defesa de um projeto de educação alternativo em conjunturas semelhantes a essa. É nesse contexto de resistência que se insere este trabalho, em busca de uma educação transformadora para além do capital.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary. Ser Jovem no Brasil Hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, v. s/n, n.1, p.13-25, 2015. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=55825619-323e-712f-2f0a-f7b2fb31b673&groupId=265553>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ALMEIDA, Érica. A pandemia em contexto de vulnerabilidade socioeconômica: algumas considerações sobre Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v.23, n.1, p.325-350, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n12021p325-350>. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15871>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sobre o fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

BASTOS, Juliana Curzi. Efetivação de Escolhas Profissionais de Jovens Oriundos do Ensino Público: Um Olhar sobre suas Trajetórias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 2005, 6 (2), pp. 31– 43. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016893004.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BATISTA, Flávia. A relação entre educação e capitalismo: O aluno como “produto” da “indústria” escola. In: **Revista eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, nº10, Jan/Jun, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone Benedetti, Brasília Sallum Jr. São Paulo: Mmf Martins Fontes, 2009.

BONETI, Lindomar. Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil. In: **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Tradução: Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1975.

BRASIL. **Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em 6 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRENNER, Ana; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. 2018. Disponível em: <<http://www.zazie.com.br/pequena-biblioteca-de-ensaios>>. Acesso em: 19 set. 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n68, p.293-314, maio/ago 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Rosane; GARROSSINO, Silva. O Ensino Médio no Brasil: Trajetória e perspectivas de uma organização politécnica entre educação e trabalho. **Organização e Democracia**, Marília, v.11, n.1, p.91-102, jan/jun. 2010.

CORREA, Shirlei; GARCIA, Sandra. Novo Ensino Médio: quem conhece aprova! Aprova? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469/7359>>. Acesso em: 13 maio 2019.

CORREA, Silvo. Brasil: uma sociedade de jovens? In: **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2008.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**. Maio/Agosto de 2009.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; CUNHA, Maria Amália de Almeida. Escolha ou destino? A influência intergeracional na vida de jovens egressos do ensino médio. **Revista Contemporânea de Educação**, nº12 ago/dez. 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chirstian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo. Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.3, nº 135, p.407-423, abri-jun 2016.

DIAS, Vanessa. A “miséria” da educação: análise de um manual de “empreendedorismo” do Sebrae para professores do ensino fundamental. **Revista de Ciências Sociais Século XX**, v.8 nº1 jan/jun, 2018.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila.

FAGIANI, Cílson; PREVITALI, Fabiane. O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-979). São Paulo: Martins Fortes, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses da Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017.

GAGO, Veronica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do cárcere**: Caderno 12 (1932), vol 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. AQUINO, Estela. KNAUTH, Daniela. ROHDEN, Fabíola. CABRAL, Cristiane. Trajetórias sexuais de jovens brasileiros: da iniciação a uma possível gravidez. In: **Um olhar sobre o jovem no Brasil**/ Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v.26, n.1, p. 61-73, jun. 2014.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.73, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

JUNQUEIRA, Rogério. Expectativas sobre a inserção de jovens negros e negras no mercado de trabalho: reflexões preliminares. In: **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Coleção educação para todos. Brasília. 2006. Público: Um Olhar sobre suas Trajetórias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 2005.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n.144, p. 752-769, set. 2011.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução de Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LÜDKE, Menga; André, Marli D. A. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1999.

MACIEL, Fabrício. **Trabalho e vulnerabilidade**: a questão social na obra de Robert Castel. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.16, n.2, p. 113-128, maio/ago. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, v.9. n.3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação básica: tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política - Livro I**. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. Tradução: Luís Claudio de Castro e Cosra. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

NASCIMENTO, Manoel. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG Ci. Hum**, v.15, n.1, p.77-87, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594>>. Acesso em: 16. Dez. 2021.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Editora Xamã, 2005.

PICANÇO, Felícia. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: Onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. **Latin American Research Review**, vol. 51, v.1.2016. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/303239752_Juventude_e_acesso_ao_ensino_superior_no_Brasil_Onde_esta_o_alvo_das_politicas_de_acao_afirmativa>. Acesso em: 30 jan. 2022.

RAMOS, Marine. FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v.19, n.46. p.26-47. jul/dez. 2017.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, vol54, núm.1, pp 41-87. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

SAMPAIO, Pedro. A questão neoliberal: quando a revolução mudou de lado. **Revista Rosa**, n. 2, v. 2. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://revistarosa.com>, ISSN 2764-1333. LINK: <https://revistarosa.com/2/a-questao-neoliberal>>. Acesso em: 17 dez. 2021

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão universitária e a lei de cotas**. 1ed. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, Elisabete; SCOPINHO, Elisabete. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 26-37, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180952672011000300004>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação - o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p.1-25. 2020. Disponível em:<<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>> Acesso em: 15 Dez. 2021.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Maria. Diversidade étnico-racial e educação escolar: uma leitura das práticas pedagógicas no ensino médio em Campo Grande (MS). In: **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Coleção educação para todos. Brasília. 2006. Público: Um Olhar sobre suas Trajetórias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 2005.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. **TERRITÓRIOS PROIBIDOS?** Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/politicassociais/wpcontent/uploads/sites/11/2017/05/CAROLINA-DE-OLIVEIRA-SIQUEIRA.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas**, 17(30), p. 110-118, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7127>> Acesso em: 02 mar. 2020.

TEIXEIRA, Marco. Jovens afrodescendentes de Porto Velho – os caminhos para a autoafirmação. In: **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Coleção educação para todos. Brasília. 2006.